



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS DA AMAZÔNIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA**

JAYME NASCIMENTO SILVA

**PERSPECTIVAS SUSTENTÁVEIS NAS COMPRAS
GOVERNAMENTAIS: UM ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA**

**Belém - PA
2016**

JAYME NASCIMENTO SILVA

**PERSPECTIVAS SUSTENTÁVEIS NAS COMPRAS
GOVERNAMENTAIS: UM ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia - NAEA / UFPA, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Adagenor Lobato Ribeiro

**Belém - PA
2016**

JAYME NASCIMENTO SILVA

**PERSPECTIVAS SUSTENTÁVEIS NAS COMPRAS
GOVERNAMENTAIS: UM ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia - NAEA / UFPA, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Aprovado em: _____ de _____ de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Adagenor Lobato Ribeiro - Orientador

Prof. Dr. Marina Yassuko Toma - Membro

Prof. Dr. João Augusto Pereira Neto - Membro

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela benção da vida e por me presentear com a oportunidade de realizar este curso, que por méritos próprios não teria condições de adentrar, muito menos de concluir.

A Carla Silva, minha esposa, fonte de motivação e inspiração na vida, agradeço pelo companheirismo, compreensão e paciência ao longo de mais esta jornada. Confesso aqui, que a parte mais difícil ao longo do curso era sair do seu lado para ir à aula, e o momento de maior alegria era retornar para os seus braços ao final das aulas.

Ao pequeno João Lucas, meu filho, que ao longo das disciplinas do mestrado ainda crescia em graça e formosura no ventre da mãe, pelas emoções que me entretinham e me davam forças para não mais caminhar e sim correr para estar presente o quanto antes em cada momento de sua vida.

Aos meus pais José Jaime e Maria Betânia que sempre me incentivaram a estudar, e apesar de não parecer ouvir, guardei na memória os ensinamentos, e hoje concluo mais este curso.

Aos Professores do Curso pelo conhecimento e experiências compartilhadas que permitiram o aperfeiçoamento e a aquisição de novas percepções a cerca da Gestão Pública.

Ao Professor Adagenor Lobato Ribeiro, orientador que sempre de forma elucidativa e objetiva direcionou o seu conhecimento para a construção desta dissertação.

A Professora Marina Yassuko Toma pelos ensinamentos ao longo do curso, em sua disciplina e nas contribuições determinantes na elaboração desta dissertação.

Ao Professor João Augusto Pereira Neto, amigo e colega de instituição, por aceitar participar desse momento e pelos conselhos que permitiram a construção e melhoria deste trabalho.

Aos Colegas de Turma que propiciaram discussões construtivas e proporcionaram o aprendizado prático da importância dos *stakeholders* numa organização.

Dedico este trabalho a minha esposa Carla Silva, mulher sábia, que pela grandiosidade de conhecimentos que possui, me motivou a querer aprender um pouco mais, sendo minha inspiração, orientadora e conselheira ao longo de toda minha vida acadêmica.

Dedico também ao meu filho João Lucas que mesmo tão pequeno com 11 meses, me mostra que aprender é um exercício diário, o qual tenho sido ricamente agraciado com a experiência que a sua vida me proporciona.

"Eu sou a videira, e vocês são os ramos.
Quem está unido comigo e eu com ele,
esse dá muito fruto porque sem mim
vocês não podem fazer nada".

João 15:5 – Bíblia Sagrada

RESUMO

A legislação das Compras Públicas Sustentáveis prevê a adoção de critérios sustentáveis nas aquisições governamentais por parte dos órgãos da Administração Pública Federal. Essa modalidade de compras foi instituída visando estimular o Desenvolvimento Sustentável no mercado, destacadamente nas organizações públicas. A Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) nos anos de 2011 e 2012 foi autuada pelos órgãos de controle externo, pela não adoção de critérios sustentáveis em suas aquisições. Dessa forma, a pesquisa aqui apresentada objetiva propor a construção de um conjunto de critérios sustentáveis, visando à implantação futura, para a utilização nas compras da UFRA. Para alcançar o objetivo definido, descreve-se o ambiente empírico de compras na instituição e propõe-se um conjunto de métodos e técnicas, dentre as quais a aplicação de um *survey* alinhado com as teorias revisadas. Como base teórica abordou-se conceitos e teorias que permeiam o Desenvolvimento Sustentável, conduzindo-se a lógica do uso do poder de compra do Estado, sucedendo para a idéia das Compras Públicas Sustentáveis. Resultados obtidos são apresentados e analisados considerando os princípios definidos para compras sustentáveis. A conclusão da pesquisa aponta que a Universidade não vem utilizando de forma plena critérios sustentáveis em seus processos licitatórios, e ainda que os servidores possuem concepções distorcidas dos conceitos das compras com caráter sustentável. Propõe-se um conjunto de ações que subsidiarão a utilização de critérios sustentáveis, conjugados no sentido de aprimorar o cumprimento missão da instituição.

Palavras-Chaves: Desenvolvimento Sustentável; Compras Públicas Sustentáveis; Critérios para Compras Sustentáveis; Gestão de Compras.

ABSTRACT

Laws of Sustainable Public Procurement provides for the adoption of sustainable criteria in government procurement by the Federal Public Administration. This type of shopping was established to stimulate sustainable development in the market, notably in public organizations. The Federal Rural University of Amazonia (UFRA) in the years 2011 and 2012 was assessed by external control agencies, by not adopting sustainable criteria in their purchases. Thus, the research presented here aims to propose the construction of a set of sustainability criteria, aiming at future deployment, for use in purchases UFRA. To achieve the objective set, describes the empirical environment of shopping in the institution and proposes a set of methods and techniques, among which the application of a survey line with the revised theories. As a theoretical basis addressed to concepts and theories that underlie sustainable development, leading to the logic of the use of state purchasing power, succeeding to the idea of Sustainable Public Procurement. Results obtained are presented and analyzed considering the principles for sustainable procurement. The conclusion of the research shows that the University is not using the full form sustainable criteria in their procurement processes, and that the servers have misconceptions of the concepts of shopping with sustainable character. It proposes a set of actions that will subsidize the use of sustainable criteria, combined in order to improve compliance with the institution's mission.

Keywords: Sustainable Development; Sustainable Public Procurement; Criteria for Sustainable Procurement; Purchasing Management.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Percentual de compras públicas em relação ao PIB	32
Quadro 02	Aquisição de Bens e Serviços do Governo Federal - 2014	33
Quadro 03	Modalidades de licitação	36
Quadro 04	Relação de processos licitatórios x unidade responsável	56
Quadro 05	Detalhamento da população da UFRA	62
Quadro 06	Quantitativo de servidores ligados diretamente ao processo de compra	63
Quadro 07	Quantidade de itens adquiridos detalhados por ano e modalidade de licitação.	63
Quadro 08	Quantitativo financeiro de aquisições por ano e modalidade de licitação.	64
Quadro 09	Quadro de referência de avaliação do ICSL	72
Quadro 10	Quadro de referência de avaliação do TACSA	73
Quadro 11	Referências teóricas para operacionalização do <i>Survey</i>	75
Quadro 12	Fórmulas e cálculos na definição do tamanho mínimo da amostra	78
Quadro 13	Comparação das informações referente a Licitações Sustentáveis contidas no Relatório de Gestão da UFRA – Período: 2010 a 2013	82
Quadro 14	Informações referentes a Licitações Sustentáveis contidas no Relatório de Gestão da UFRA – 2014	84
Quadro 15	Licitações da UFRA – Período: 2010-2014	87
Quadro 16	Quantitativo de itens do CATMAT – sustentáveis e não sustentáveis	88
Quadro 17	Quantitativo de itens licitados, sustentáveis e não sustentáveis – Período: 2010-2014	89
Quadro 18	Relação dos itens sustentáveis licitados – Período: 2010-2014	90
Quadro 19	Resultado dos indicadores ICSL e TACSA	91
Quadro 20	Comparação dos itens constantes no edital e no resultado do processo licitatório do Pregão 23/2012	92

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Comparação evolutiva das compras sustentáveis e não sustentáveis	47
Figura 02	Vista aérea da área da UFRA	50
Figura 03	Vista aérea da área do Prédio Centra da UFRA	50
Figura 04	Organograma da PROAF	55
Figura 05	Tipos de compras na UFRA	56
Figura 06	Fluxograma da abertura de procedimento licitatório na UFRA	59
Figura 07	Fluxograma do processo de compra na UFRA	61
Figura 08	Esquema visual de identificação da utilização das CPS na UFRA	67
Figura 09	Esquema de correlação de dados entre as tabelas	71
Figura 10	Quantitativo de licitações por objeto – Período: 2010-2014	87
Figura 11	Quantitativo de itens licitados – Período: 2010-2014	88
Figura 12	Itens do catálogo de materiais	89
Figura 13	Quantitativo em % de servidores participantes do processo de compra	94
Figura 14	Frequência em % de respostas do grupo para as questões A01, A04 e B01.	95
Figura 15	Frequência em % de respostas do grupo para as questões A02, A03, A04 e B02.	96
Figura 16	Frequência em % de respostas do grupo para as questões A09, A10 e B05	97
Figura 17	Frequência em % de respostas do grupo para as questões A11 e B06	98
Figura 18	Frequência em % de respostas do grupo para as questões A12 e C01	99
Figura 19	Frequência em % de respostas do grupo para as questões C02, C03 e C05	100
Figura 20	Distribuição em % do Survey entre técnicos e docentes, gestores e não gestores	101
Figura 21	Frequência em % de respostas do grupo para as questões A01 e A04	102
Figura 22	Frequência em % de respostas do grupo para as questões A07 e A08	103
Figura 23	Frequência em % de respostas do grupo para as questões A11 e B06	104

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A3P	Agenda Ambiental da Administração Pública
AAE	Amostragem Aleatória Estratificada
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AC	Autorização de Compra
AFE	Análise Fatorial Exploratória
ALMOX	Divisão de Almoxarifado
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APF	Administração Pública Federal
API	<i>Application Programming Interface</i>
BD	Banco de Dados
CATMAT	Sistema de Catalogação de Material
CF	Constituição Federal
CFE	Conselho Federal de Educação
CG	Compras Governamentais
CGU	Controladoria-Geral da União
CISAP	Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública
CMMAD	Comissão Mundial para o Meio Ambiente
CNMA	Conferência Nacional do Meio Ambiente
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CONCUR	Conselho Curador
CONSAD	Conselho de Administração
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUN	Conselho Universitário
CPL	Comissão Permanente de Licitação
CPS	Compras Públicas Sustentáveis
CSV	<i>Comma-separated values</i>
DAM	Divisão de Compras
DOU	Diário Oficial da União
DP	Divisão de Patrimônio

DS	Desenvolvimento Sustentável
EAA	Escola de Agronomia do Pará
FCAP	Faculdade de Ciências Agrárias do Pará
IAN	Instituto Agronômico do Norte
ICA	Instituto de Ciências Agrárias
ICIBE	Instituto Ciberespacial
ICSL	Índice de Adoção de Critérios Sustentáveis na Licitação
IES	Instituição de Ensino Superior
IN	Instrução Normativa
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
ISARH	Instituto Sócio Ambiental e Recursos Hídricos
ISPA	Instituto de Saúde e Produção Animal
KMO	Kaiser-Meyer-Olkin
Mairo	Matriz de Alocação Interna de Recursos Orçamentários
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MEC	Ministério da Educação
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NBR	Normas Brasileiras
NE	Notas de Empenho
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OECD	<i>Organization for Economic Cooperation and Development</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PF/UFRA	Procuradoria Federal junto à Universidade
PIB	Produto Interno Bruto
PLS	Planos de Gestão de Logística Sustentável
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PROAES	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROAF	Pró-Reitoria de Administração e Finanças
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão

PROGEP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROPED	Pró-Reitoria de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
PROPLADI	Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
PROPLAGE	Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão
QIL	Quantidade de Itens da Licitação
QIS	Quantidade de Itens Sustentáveis
RaaC	Relatórios de Auditorias Anuais de Contas
ReG	Regimento Geral
RG	Relatório de Gestão
RoHS	<i>Restriction of Certain Hazardous Substances</i>
RU	Restaurante Universitário
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICAF	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SICON	Sistema de Gestão de Contratos
UJ	Unidade Jurisdicionada

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Problema.....	16
1.2	Objetivos.....	18
1.3	Justificativa	18
1.4	Organização da pesquisa.....	19
2	COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: O PODER DO ESTADO NO FOMENTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	21
2.1	Desenvolvimento Sustentável	21
2.1.1	Breve histórico do constructo	22
2.1.2	O conceito de Desenvolvimento Sustentável	24
2.2	O Estado e as compras	29
2.2.1	O poder de compra do Estado	30
2.2.2	Compras governamentais	33
2.3	Compras Públicas Sustentáveis.....	40
2.3.1	Compras Públicas Sustentáveis no Brasil	42
2.4	Síntese do capítulo	48
3	O AMBIENTE DE COMPRAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA.....	49
3.1	<i>Locus</i> da pesquisa.....	49
3.2	Estrutura organizacional	52
3.3	Fluxo do processo de compras	55
3.3.1	Formalização do processo licitatório	57
3.3.2	Fluxo processual do pedido de compra.....	60
3.4	Cenário da pesquisa.....	61
3.5	Síntese do capítulo	65
4	MÉTODOS E TÉCNICAS.....	66
4.1	Fundamentação metodológica	66
4.2	Caracterização da pesquisa.....	66
4.3	Procedimentos técnicos.....	67
4.3.1	Levantamento de dados documentais.....	67
4.3.2	Aplicação do <i>Survey</i> no <i>locus</i> da pesquisa	74
4.3.3	Seleção dos sujeitos da pesquisa	77

4.4	Síntese do capítulo	79
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO	80
5.1	Cenário das Compras Públicas Sustentáveis na UFRA	80
5.1.1	Considerações acerca das Compras Públicas Sustentáveis na UFRA...	93
5.2	A perspectiva de sustentabilidade dos servidores e as dificuldades de implementação	94
5.2.1	Participantes do processo de compras.....	94
5.2.2	Demandadores de bens e serviços	100
5.2.3	Considerações acerca das perspectivas e das dificuldades	105
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
	REFERÊNCIAS.....	109
	ANEXOS	120
	Anexo A – Autorização para coleta de dados.....	120
	APÊNDICES	121
	Apêndice A – Questionário de coleta de dados	121
	Apêndice B – Dados condensados do <i>survey</i>	126
	Apêndice C – Detalhamento das propostas de ações	144

1 INTRODUÇÃO

As preocupações com a capacidade assimilativa dos ecossistemas em relação às taxas incompatíveis entre o desgaste e regeneração dos recursos naturais vêm se intensificando desde o final da década de 1960 (FENZL, 2009). É neste momento que as preocupações com as questões ambientais obtiveram destaque tanto na área acadêmica quanto no cenário político mundial, ganhando maior notoriedade após a publicação em 1971 dos relatórios realizados pelo Clube de Roma¹, no qual se previu o esgotamento de recursos renováveis e não renováveis, levando em consideração o modelo de consumo e produção vigente na época, onde até então não se previa esta possibilidade, tão pouco cuidados com questões ambientais.

Outro fator que corrobora para este cenário são as mudanças no processo de integração sócio-econômica no qual as sociedades e nações vêm se inserindo. Os princípios e as maneiras em que esta integração ocorre produzem efeitos colaterais desastrosos, tais como impactos ambientais, altos níveis de injustiça social e uma voracidade desenfreada em relação à utilização dos recursos naturais (FENZL, 2009).

Dessa maneira, surge um novo paradigma que envolve progresso e preservação, e fez com que nas últimas décadas houvesse inúmeros debates sobre novos modelos de gestão e desenvolvimento que incorporassem soluções para os desafios contemporâneos, culminando em diversas propostas de desenvolvimento, com destaque para a do Desenvolvimento Sustentável.

A base conceitual do Desenvolvimento Sustentável está alicerçada na busca de satisfazer necessidades das gerações presentes com vista a não comprometer necessidades das gerações vindouras (ONU, 1988), tomando como pressuposto que a biosfera e antroposfera são indissociáveis e que evoluem ou extinguem juntas, não havendo a possibilidade de “desconto temporal do futuro da biosfera em benefício imediato da antroposfera” (FENZL, 2009, p.19). Na visão de Sveiby (2009 *apud* BRANDÃO; BARBIERI; SILVA, 2012, p. 18) o desenvolvimento que busca

¹ O Clube de Roma foi fundado em 1966 pelo industrial italiano Aurelio Peccei e pelo cientista escocês Alexander King, que consistia em um grupo de pessoas que se reuniam para debater sobre assuntos relacionados à política, economia internacional, especialmente sobre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

promover uma sustentabilidade ambiental, justiça e equidade, “é caracterizado por diversas tensões e diferentes perspectivas filosóficas e políticas”.

Esta complexidade entre o equilíbrio de tensões e perspectivas, que permeiam a temática do Desenvolvimento Sustentável, realça a dificuldade e a necessidade de uma intervenção do Estado de forma mais efetiva no sentido de direcionar ações e políticas públicas, que para Matias-Pereira (2010, p.19), “é um dos principais desafios para a gestão pública da maioria dos governos ao final da primeira década do século XXI”.

Os governos têm um papel fundamental na formulação de políticas públicas, sendo estas os parâmetros que servem para analisar a eficiência governamental e também no entendimento do papel das organizações públicas na expressão dos valores sociais (DENHARDT, 2008). As organizações públicas e seus integrantes têm a responsabilidade de auxiliar o público a identificar e articular suas necessidades, buscando alternativas no intuito de solucionar-las num ciclo de governança², atendo-se a *accountability*³ por meio de uma transparência dos atos governamentais.

A busca pela modernização do Estado já é perceptível em muitos países que vêm incorporando novos conceitos e práticas, abrindo espaços para a participação popular, sendo o momento propício para enraizar outras questões que antes ficavam em segundo plano, como as questões ambientais nas políticas públicas, reforçando o compromisso governamental com o desenvolvimento sustentável.

1.1 Problema

A Constituição nos Estados pós-modernos é o pilar estratégico que direciona as linhas e diretrizes das políticas públicas. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, dispõe de um conjunto de normas que regulam todos os assuntos pertinentes à nação e aos seus indivíduos, dentre as quais uma série de deveres para o poder público realizar na tarefa de cuidar do meio ambiente (BRASIL, 1988), havendo a necessidade de legislações complementares específicas que auxiliem os governantes na direção e realização das diretrizes propostas.

² A forma como as decisões são tomadas numa sociedade e como os cidadãos interagem na formulação dos propósitos públicos e na implementação das políticas públicas.

³ O termo está relacionado com a obrigação de prestação de contas por parte de membros de um órgão administrativo ou representativo a instâncias controladoras ou aos seus representados.

Neste contexto é instituída a Instrução Normativa nº. 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conhecida também como legislação de Compras Públicas Sustentáveis (CPS), que prevê a utilização de critérios sustentáveis na aquisição de bens e contratação de serviços por parte da Administração Pública Federal. Dentre os órgãos que ficam subordinados a esta legislação, tem-se a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) – *locus* da presente pesquisa – Instituição de Ensino Superior, localizada no Estado do Pará, que possui em sua maior parte cursos voltado para as áreas agrárias e ambientais, buscando desenvolver a região amazônica de forma técnica, científica e cultural.

Estudos vêm demonstrando que as nações gastam de 10% a 15% do seu Produto Interno Bruto (PIB) em compras governamentais, e esta movimentação financeira pode ser utilizada como uma ferramenta estratégica por parte dos governos para fomentar questões sustentáveis (OECD, 2002). A Universidade Federal Rural da Amazônia realizou no período de 2010 a 2014 a aquisição de bens e serviços que totalizam um montante de 216 milhões⁴. Trata-se de valores de alta expressividade que poderiam ter utilizados critérios sustentáveis nas compras da Universidade.

Contudo, a Controladoria-Geral da União (CGU) ao realizar auditoria na UFRA no ano de 2011, referente à gestão de 2010, constatou em seu relatório que a Universidade não havia adotado critérios de sustentabilidade nas aquisições de bens, serviços e obras (PARÁ, 2011). A instituição justificou que estaria em processo de adequação dos procedimentos para atender esta exigência legal. No ano seguinte a CGU realizou uma nova auditoria, referente à gestão de 2011, e diagnosticou reincidência da não adoção dos critérios sustentáveis nas aquisições (PARÁ, 2012).

Promover aquisições com critérios de sustentabilidade é um dever, não somente pela obrigação legal, e deve ser uma prioridade para as instituições públicas, especialmente as geradoras de conhecimentos e formadora de cidadãos. Desta forma e a partir da legislação das Compras Públicas Sustentáveis, inquire-se: qual o relacionamento entre o conceito de sustentabilidade e a orientação da legislação das Contratações Públicas Sustentáveis no processo de compras no

⁴ Conforme Quadro 08, constante na página 64

âmbito da Universidade Federal Rural da Amazônia?

A hipótese que guia esta pesquisa é que a realização de Compras Públicas Sustentáveis no âmbito da Universidade Federal Rural da Amazônia não ocorre em sua totalidade devido a ausência de uma percepção dos atores no que diz respeito aos conceitos de sustentabilidade e de sua importância, também em parte pelo desconhecimento da legislação e de sua obrigatoriedade, que acabam sendo associadas como dificuldades de implementação das Compras Públicas Sustentáveis.

1.2 Objetivos

Diante deste cenário, a presente pesquisa tem por objetivo geral: propor a construção de um conjunto de critérios sustentáveis, visando a implantação futura, para a utilização nas compras da Universidade Federal Rural da Amazônia.

Para atingir o objetivo proposto, faz-se necessário alcançar os seguintes objetivos específicos:

- Identificar o atual cenário de utilização das Compras Públicas Sustentáveis nos processos licitatórios da instituição.
- Analisar a perspectiva de sustentabilidade dos atores envolvidos direta e indiretamente nos processos de compra da Universidade.
- Identificar as dificuldades do uso da legislação no que se refere à utilização de critérios sustentáveis nas aquisições.
- Sugerir estratégias na adoção de critérios sustentáveis nas compras da instituição com o objetivo de implantar ou melhorar a eficiência.

1.3 Justificativa

A Universidade Federal Rural da Amazônia declarou em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), referente ao interstício de 2014 a 2024, a missão institucional de “formar profissionais qualificados, compartilhar conhecimentos com a sociedade e contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia” (UFRA, 2014a, p.12).

Em sua missão a UFRA assume um compromisso com o desenvolvimento sustentável. Somente este compromisso já evidencia como realmente é importante a

utilização de critérios sustentáveis nas aquisições da instituição. Outra perspectiva está relacionada ao crescimento e fortalecimento institucional, posto que a Universidade possui na maior parte de seu portfólio cursos vinculados as áreas ambientais e agrárias. Ainda deve-se considerar como um fator relevante, a existência de uma legislação que prevê a adoção de tal prática e que a Universidade ainda não se adequou.

A própria legislação é um indicador de viabilidade, e ainda de obrigatoriedade, na utilização de critérios sustentáveis. Algumas instituições⁵ já conseguem fazer uso com sucesso de tais critérios e vem se beneficiando pela resolução de problemas que envolvem questões ambientais, bem como conseguindo captar projetos e recursos por conta da adoção de tal prática, o que seria interessante para o desenvolvimento da Universidade.

A adoção destes critérios na UFRA torna-se favorável com o crescente avanço dos problemas ambientais, sendo uma oportunidade de enraizar práticas ambientais nos processos e atos da instituição, servindo como referência não só para outras instituições que ainda não adotaram tais práticas, mas para a conscientização da sociedade que tem a chance, através de medidas como esta de realizar grandes transformações sem grandes conflitos, posto que “na historia somente grandes guerras e catástrofes mudaram costumes arraigados nas relações socioeconômicas” (MARCOVITCH, 2011, p. 288).

Ademais, almeja-se resultados a médios e longos prazos que ajudarão a redução dos problemas ambientais que a produção e consumo não sustentáveis vêm ocasionando, contribuindo para uma gestão do desenvolvimento socioambiental na região amazônica e para uma sociedade mais sustentável em nível global.

1.4 Organização da pesquisa

Desta forma, a pesquisa apresenta-se dividida em seis capítulos: no capítulo um mostra-se em linhas gerais o que será estudado, os objetivos, justificativas e propostas. O capítulo dois traz o referencial teórico desta pesquisa, onde são trabalhados conceitos relacionados às Compras Públicas Sustentáveis. O capítulo

⁵ São exemplos de boas práticas a Controladoria-Geral da União, o Ministério da Fazenda, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, entre outros (Fonte: <http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/boas-praticas>).

três traz o referencial empírico da pesquisa. No capítulo quatro trata-se do material e métodos utilizados. Posteriormente, será tratada no capítulo cinco a apresentação dos resultados da pesquisa e a discussão. E por fim, no capítulo 6 serão apresentadas as conclusões e considerações finais.

2 COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: O PODER DO ESTADO NO FOMENTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Este capítulo apresenta apontamentos teóricos pertinentes à fundamentação desta pesquisa, que tem como objeto central as Compras Públicas Sustentáveis, uma estratégia da gestão pública com objetivo de regular e fomentar o mercado na geração e utilização de bens e serviços que afetem minimamente o meio ambiente e os recursos naturais.

Inicialmente, abordar-se-á a evolução das preocupações com o meio ambiente e seus recursos, e conseqüentemente das ações no intuito de minimizar os impactos ambientais, que culminaram na construção do conceito de Desenvolvimento Sustentável.

Na seção seguinte será destacada a força que o Estado possui para fomentar a economia e o mercado através de suas ações, e assim compreender a concepção do uso do Poder de Compra, uma das essências do conceito de Compras Públicas Sustentáveis.

Em seguida versa-se sobre as Compras Públicas Sustentáveis, com foco em seus conceitos e legislações, as quais se usam como referência na operacionalização da presente pesquisa.

2.1 Desenvolvimento Sustentável

O homem necessita utilizar dos recursos naturais para gerar matéria e energia para sua sobrevivência. O problema em questão é a forma de apropriação e de consumo destes recursos que ocorrem em taxas incompatíveis de restauração do bioma, necessitando ser repensado e transformado a forma de utilização. Com o desenvolvimento industrial a utilização destes recursos se intensifica, desequilibrando a taxa de desgaste em relação à regeneração desses recursos. Este desequilíbrio vem ocasionando impactos ambientais, perceptíveis ao redor do planeta por meio das mudanças climáticas, escassez de recursos, altos índices de poluição e de produção de lixo, entre outros (FENZL, 2009).

As relações entre as questões da preservação dos recursos naturais e o crescimento econômico mostram-se antagônicas, sendo evidenciado nas últimas

décadas com o avanço dos problemas ambientais e socioeconômicos nas sociedades (FENZL, 2009).

Percebeu-se que este modelo de desenvolvimento era custoso ao meio ambiente, especialmente após alguns estudos⁶ que demonstravam que se o ritmo de degradação continuasse na mesma escala, seria necessário outro planeta para a sobrevivência humana. Realçando a urgente necessidade em redirecionar “os atuais modos de vida em todo o planeta para salvá-lo da insolvência ambiental”⁷ (MARCOVITCH, 2011, p. 288).

Com isso uma série de críticas surge ao modelo de desenvolvimento alicerçado no capitalismo industrial, que prevê o favorecimento de uma minoria em detrimento da maioria, que no entendimento de Furtado (1974), esta idéia de desenvolvimento na verdade desvia a atenção de identificação das necessidades básicas da sociedade e substitui por objetivos abstratos, tais como: investimentos, exportações, crescimento do PIB, e outros, que na realidade levam a sociedade a um nível de colapso global (ENRIQUEZ, 2008).

Este paradigma entre economia e ecologia fez com que nos últimos anos houvesse inúmeros debates sobre novos modelos de gestão e desenvolvimento que incorporassem soluções para os desafios contemporâneos – alinhar as perspectivas econômicas, sociais e ambientais – culminando em uma proposta de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade, que “é a relação entre recursos naturais, o manejo adequado as especificidades das espécies e ecossistemas e as questões sociais envolvidas” (SIMONIAN, 2007, p.27).

2.1.1 Breve histórico do constructo

A percepção da relação conflituosa entre desenvolvimento e os recursos naturais intensificou-se a partir da década de 1960 que também foi considerado um marco na história da gestão ambiental com a publicação do livro ‘Primavera Silenciosa’, da jornalista Rachel Carson, que ressaltava a compreensão das relações interconectadas e indissociáveis entre o meio ambiente, a economia e as

⁶ Dados do relatório bianual Planeta Vivo, em 2006, explicita que para a sobrevivência da humanidade, por volta do ano de 2050 seriam necessários dois planetas, um para a produção de gêneros alimentícios e o outro para descarte de lixo, entretanto novos dados do relatório de 2008 já estimaram a mesma necessidade para o ano de 2030.

⁷ Reflexão de Israeel Klabin, presidente do Conselho Curador da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS)

questões relacionadas ao bem estar social (CASTRO; MIRANDA, 2007). Esta relação foi tratada por Hardin em 1968 como a 'tragédia dos bens comuns', que trata da utilização desordenada e competitiva dos recursos naturais, que possuem uma característica dual de pertencer a todos e não pertencer a ninguém. Outro fato realçado por Hardin em sua teoria é relacionado ao crescimento demográfico⁸, o qual se relaciona com a inversão proporcional entre o aumento populacional e a diminuição de bens (ENRIQUEZ, 2008).

No final da década de 1960 um grupo de pesquisadores que assessoravam o 'Clube de Roma', reuniram-se com o intuito de discutir e analisar as questões do modelo de desenvolvimento econômico e os limites da natureza. Por meio de modelos e teorias matemáticas iniciaram a elaboração do relatório denominado 'Limites ao Crescimento', publicado em 1972, que destacavam que o modelo de economia vigente na época, não considerava a capacidade dos recursos naturais do planeta, e que se fosse mantido os níveis de industrialização, de extração dos recursos naturais, de poluição, e de produção de alimento e lixo, o limite de desenvolvimento do planeta seria atingido em até 100 anos⁹. A questão do limite do crescimento demográfico, tratado por Malthus e Hardin, é resgatada neste relatório como um requisito fundamental no alcance da estabilidade econômica e ecológica, bem como o congelamento do capital industrial, ficando conhecida como a tese do crescimento zero. A tese proposta pelo relatório do Clube de Roma foi contestada por países considerados em desenvolvimento, pois consideravam que o congelamento do capital industrial tornaria o mundo homogêneo e que acarretaria em um retrocesso econômico para os mesmos, para que enfim ocorresse o equilíbrio da economia nos países menos desenvolvidos (FRANCO, 2001).

A lógica capitalista vigente tem como senso que é preferível utilizar os recursos naturais no presente para a geração de capital e bens, os quais gerarão lucro por meio dos fluxos de juros. Ao refletir as ações presentes em relação aos

⁸ Entre o final do Século XVIII e início do XIX Thomas Malthus publicou ensaios que tinham como teoria o controle do aumento populacional, posteriormente ficando conhecida como teorias malthusianas. Estas teorias descreviam o controle dos níveis de crescimento populacional que ocorriam de forma exponencial, enquanto que os meios de subsistência cresciam somente em níveis aritméticos.

⁹ No ano de 2008 Graham Turner da *Commonwealth Scientific and Industrial Research Organisation* (CSIRO) na Austrália, publicou um artigo intitulado "Uma comparação de 'Os Limites do Crescimento' com trinta anos de realidade", o qual examina as previsões realizadas em 1972 e identifica que as prospecções realizadas são coerentes com a atualidade, e reafirmando o breve colapso econômico e social.

ganhos e os interesses das gerações futuras, percebe-se que vivemos a custas do futuro, ou seja, “descontando o futuro”¹⁰. Em relação ao esgotamento dos recursos naturais esta perspectiva acredita que a tecnologia sempre pode arranjar um substituto, não admitindo soluções sustentáveis para a utilização racional dos recursos naturais (FENZL, 2009).

O termo ‘desenvolvimento sustentável’ é utilizado pela primeira vez em 1987 no relatório “O Nosso Futuro Comum” da *World Commission on Environment and Development*, uma comissão das Nações Unidas, chefiada pela então Primeira-Ministra da Noruega, a Sr.^a Gro Harlem Brundtland. O Relatório Brundtland, como ficou conhecido, destaca a necessidade das nações em unir forças, com o intuito de buscar alternativas para o desenvolvimento evitando a degradação do planeta, além de alertar que um crescimento econômico que não busque melhorar a qualidade de vida das pessoas, não pode ser considerado como desenvolvimento.

2.1.2 O conceito de Desenvolvimento Sustentável

A definição de Desenvolvimento Sustentável constante no Relatório Brundtland é descrito como aquele que “atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (ONU, 1988, p.46). Esta definição contém dois aspectos-chave, o primeiro está relacionado ao termo ‘necessidades’ que trata das necessidades essenciais das sociedades mais pobres, e o segundo relacionando a sobrecarga imposta ao meio ambiente que impede o atendimento das necessidades presentes e futuras. Percebe-se que o conceito de Desenvolvimento Sustentável apresentado pelo Relatório Brundtland não está relacionado apenas com o impacto das atividades econômicas no meio ambiente, mas principalmente com as consequências que tais impactos trazem na qualidade de vida e bem estar social dos seres humanos, tanto no presente, quanto futuramente, ou seja, prevê a garantia da “exploração sustentado dos recursos, a eficiência econômica e a equidade social” (SIMONIAN, 2000a *apud* SIMONIAN, 2007, p. 27).

O Relatório Brundtland propõe como meta, uma série de medidas que devem ser adotadas em níveis individuais e globais por parte das nações. Em um nível

¹⁰ Fenzl (2009) destaca que este é um argumento utilizado pela economia neoclássica para determinar o futuro valor dos recursos naturais do presente.

individual as nações devem buscar: limitar o crescimento populacional; garantir alimentos por um longo prazo; preservar os ecossistemas e a biodiversidade; diminuir o consumo de energia e utilizar energias de fontes renováveis; controlar a urbanização desgovernada; e satisfação das necessidades básicas. Já no âmbito global, as metas propostas pelo relatório são: as organizações do desenvolvimento devem adotar a estratégia de desenvolvimento sustentável; a comunidade internacional deve assumir o compromisso de proteger os ecossistemas supranacionais como a Antártica, os oceanos e o espaço; as guerras devem ser banidas; e a ONU deve implementar um programa de desenvolvimento sustentável (CAVALCANTI, 1997).

O constructo de Desenvolvimento Sustentável é amplo e interdisciplinar, e por este fator acaba sendo interpretado por diferentes óticas, de acordo com os interesses específicos dos utentes, suscitando em numerosas percepções, alta abstrabilidade e ausência de elementos de mensuração da sustentabilidade em processos de desenvolvimento. As ações dos indivíduos tendem a ser coerente dentro de padrões aceitos pelos nichos sociais o qual está inserido, e de acordo com o contexto cultural que este indivíduo foi educado. Em tal caso, o indivíduo é considerado racional, sendo a interpretação desta condição relativa a normas de um determinado conjunto social, que em outros ambientes sociais as mesmas ações pode ser consideradas irracionais, ou seja, a interpretação da racionalidade ocorre de acordo com o quadro de referência ética (MARCOVITCH, 2011).

Nesse sentido a educação ambiental é fundamental no processo de construção do Desenvolvimento Sustentável, propiciando aos indivíduos e a coletividade a construção de “valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999).

Carlos Matus destaca que “o mundo do homem é do tamanho dos conceitos que ele conhece” (MATUS, 1989, p.39), e, portanto, ao correlacionar com o desconhecimento dos princípios do Desenvolvimento Sustentável por parte de um indivíduo, a percepção deste indivíduo será limitada e não contará com preocupações no entorno da sustentabilidade. Em relação ao desconhecimento do conceito de Desenvolvimento Sustentável, Matus (1989) adverte que a segurança intelectual nos inclina a associar como sinônimos conceitos desconhecidos a

conceitos já conhecidos, sendo esta uma forma de congelar o vocabulário científico.

Percebe-se assim que apesar do Desenvolvimento Sustentável apresentar-se sob um simples termo, possui implicações profundas em seu conceito, o maior significado é que devemos colocar o atual modo de vida alicerçado na geração de renda e não na extinção dos recursos (WILLUMS; GOLÜKE, 1992), o que “exige a reestruturação profunda e criativa do modo de produção, e conseqüentemente das relações entre produção e das forças produtivas” (FENZL, 2009, p. 20).

Portanto, temos que pensar em Desenvolvimento Sustentável como uma forma de valorizar, manter e desenvolver os recursos naturais de maneira que se possa viver de sua renda e não de seu capital, conduzindo a reflexão que o homem é dependente do meio ambiente para sua sobrevivência e que não basta amenizar a degradação para reverter à atual situação de insustentabilidade ambiental em que vivemos (PFITSCHER, 2008). Ao aprofundar o debate no entorno do Desenvolvimento Sustentável percebe-se que o cerne da discussão está alicerçado entre o atual e insustentável modo de desenvolvimento, e o vigente paradigma do capitalismo liberal.

O paradigma do desenvolvimento sustentável é baseado numa racionalidade econômica e não ecológica. As principais suposições do paradigma econômico neoclássico permanecem intocadas e o crescimento econômico permanece inquestionável, sendo considerado um crescimento sustentado (BANERJEE, 2000, p.62).

Desta forma o Desenvolvimento Sustentável perpassa por várias vertentes, como define o economista Ignacy Sachs ao definir a existência de cinco dimensões do ecodesenvolvimento¹¹, as sustentabilidades: social, econômica, ecológica, cultural e espacial/geográfica (SACHS, 1993). Segundo Sachs (1993, p.37), estas dimensões devem ser consideradas simultaneamente na construção de um processo de Desenvolvimento Sustentável.

Sustentabilidade Social – que se entende como a criação de um processo de desenvolvimento que seja sustentado por um outro crescimento e subsidiado por uma outra visão do que seja uma sociedade boa.

Sustentabilidade Econômica – que deve ser alcançada através da alocação e gerenciamento mais eficientes dos recursos e de um fluxo

¹¹ Termo desenvolvido por Maurice Strong em junho de 1973, como uma alternativa as políticas de desenvolvimento da época.

constante de investimentos públicos e privados.

Sustentabilidade Ecológica – que pode ser alcançada através do aumento da capacidade de utilização dos recursos dos diversos ecossistemas, com um mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida.

Sustentabilidade Espacial/Geográfica – que deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas.

Sustentabilidade cultural – incluindo a procura por raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, que facilitem a geração de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área.

Na perspectiva de Scharf (2004) as vertentes também devem ser trabalhadas simultaneamente, mas o autor considera que o Desenvolvimento Sustentável é apoiado apenas sob três dimensões: social, econômico e ambiental. A Agenda 21 brasileira¹², documento guia das políticas sustentáveis no Brasil, tem como pressuposto a sinergia de ações sustentáveis nas vertentes: social, econômica e ambiental, para a construção de um Desenvolvimento Sustentável.

O Desenvolvimento Sustentável possui uma complexidade na relação das dimensões: social, econômica, política, ambiental, cultural, tecnológica e institucional, que nem sempre as dinâmicas, objetivos e processos convergem entre si, no tempo e espaço (BUARQUE, 1999). Esta complexidade entre as dimensões realça a dificuldade e a necessidade de direcionar as ações e políticas públicas para uma melhoria nos níveis de qualidade de vida e preservação ambiental, que segundo Hungerford e Peyton (1992), não há como pensar-se em qualidade de vida sem pensar na qualidade do meio ambiente, pois uma está condicionada a outra.

A complexidade entre o equilíbrio de tensões e perspectivas, e ainda a transculturalidade¹³, que permeiam a temática do Desenvolvimento Sustentável realça a dificuldade e a necessidade de uma intervenção do Estado de forma mais efetiva no sentido de direcionar ações e políticas públicas, posto que o Estado até age, “porém em descompasso com a celeridade dos processos destrutivos” (SIMONIAN, 2007, p. 30). Com relação a esta efetividade do Estado, Farah (2000 *apud* BANCO MUNDIAL, 1997, p. 67) cita o Relatório de Desenvolvimento Mundial

¹² Processo e instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável e que tem como eixo central a sustentabilidade, compatibilizando a conservação ambiental, a justiça social e o crescimento econômico (Fonte: <http://www.mma.gov.br/>)

¹³ “Lertzman e Vredenburg (2005) comentam que o desenvolvimento sustentável no contexto global é uma proposição Transcultural” (BRANDÃO; BARBIERI; SILVA, 2012, p. 20).

de 1997, que expõe:

Sem um Estado efetivo, o desenvolvimento - econômico, social e sustentável - é impossível. Reconhece-se cada vez mais que um Estado efetivo - e não um Estado mínimo - é essencial para o desenvolvimento econômico e social, mais, porém, como um parceiro e facilitador do que como diretor. Os Estados devem complementar os mercados, e não substituí-los.

Corroborando com essa perspectiva, Jacobi (2003, p.334) traz que “é preciso pensar a questão da sustentabilidade para reforçar políticas socioambientais que se articulem com as outras esferas governamentais” possibilitando assim uma transversalidade, posto que a “possibilidade de alterar a institucionalidade pública está associada às demandas que se estruturam na sociedade” (JACOBI, 2003, p.318). Outro fator relevante, associado à preservação ambiental, é a melhora na utilização dos recursos públicos, visto que a ecoeficiência tem como pressuposto a racionalidade nas decisões e na análise dos custos e benefícios das ações (BARATA, 2007), contudo:

Esses resultados raramente são percebidos, a não ser de forma muito pontual, pois as empresas carecem de mecanismos adequados para sua contabilização, razão pela qual consideram onerosos os gastos incorridos com a gestão e as certificações ambientais (BARATA, 2007, p. 168).

Na perspectiva de Fenzl (2009, p.14), sinteticamente o conceito de Desenvolvimento Sustentável descreve um “processo socioeconômico ecologicamente sustentável e socialmente justo”, contudo o próprio autor destaca que diretrizes tão abstratas, dificilmente concretizarão em ações ou políticas públicas consistentes.

O Estado, para Simonian (2007 *apud* Simonian, 1997), “tem sido ineficaz no controle dos processos de exploração dos recursos naturais (...) e a possibilidade de que assim continue é grande”. No Brasil ainda é necessário que haja uma reformulação dos modelos de desenvolvimento com perspectivas pautadas na sustentabilidade, buscando extinguir novos prejuízos ambientais, como destacado por Serra e Fernández (2004, p.108):

O governo brasileiro reconheceu os impactos sociais e ambientais adversos gerados pelas políticas de desenvolvimento anteriores e

sublinhou enfaticamente que os futuros empreendimentos nessa região devem conciliar uso produtivo e conservação ambiental [...].

A busca pela modernização do Estado já é perceptível em muitos países, sendo o momento propício para enraizar questões ambientais nas políticas públicas, reforçando o compromisso com o desenvolvimento sustentável. Esta tendência global é um reflexo da economia global pós-industrial a qual dá oportunidades e visibilidade a questões que antes ficavam em segundo plano.

Assim, o Estado vem repensando as prioridades e as formas de ações, direcionando políticas públicas frente às perspectivas sustentáveis, estimulando a absorção destas novas concepções nos processos de aquisição de bens e serviços¹⁴ na Administração Pública (MARCOVITCH, 2011). Esta perspectiva se baseia na grande receita em mãos que o Estado possui, além de ser o corpo regulador e de indução econômica do país, assim as aquisições governamentais representam uma grande força e tende a ser vista como uma grande forma de poder, pois através de suas aquisições podem fomentar e direcionar de forma estratégica os rumos das políticas públicas e do mercado.

2.2 O Estado e as compras

Com a reunião e agrupamento de indivíduos de forma voluntária, ocorre a formação de uma sociedade. As sociedades, segundo Giddings (1987 *apud* AZAMBUJA, 2005), são conjuntos de indivíduos reunidos e organizados com uma finalidade comum. Analiticamente e realçando outros atributos, sociedade trata-se do agrupamento voluntário de seres livres e racionais, organizados de maneira estável e eficaz, visando à realização de uma finalidade comum e conhecida por todos (JOLIVET, 1955).

Nesse contexto, emerge a necessidade de uma organização que pudesse gerenciar este novo modelo de vida em sociedade, denominada de Estado. O Estado é uma organização investida de autoridade pelo povo e dispendo de poder legitimado para realizar ações que vise o bem da coletividade, sendo este objetivo inconfundível com o de qualquer outra instituição (AZAMBUJA, 2005). Desta forma, o conceito de Estado torna-se indissociável ao de poder, sendo este a capacidade

¹⁴ Como destaca Marcovitch (2011, p. 291) o quadro de escolha seletiva de produtos a partir de critérios sustentáveis vem crescendo e se desenhando internacionalmente.

que um indivíduo ou um grupo possui de influenciar decisivamente as ações e comportamentos de outros indivíduos (SILVA, 2008).

As ações que o Estado realiza são materializadas por meio das políticas públicas, estas constituem resposta na resolução de problemas relevantes para importantes setores da sociedade, concebidas e implementadas através de processos políticos e técnicos (CARDOZO BRUM, 2013, tradução nossa). Para isso, o Estado necessita adquirir bens e serviços no mercado interno ou externo para a realização do desempenho de suas atividades primordiais e das ações que constituem as políticas públicas governamentais.

Nesse contexto, o Estado não é um comprador comum, na verdade trata-se do maior da nação, por dois motivos fundamentais: (i) por possuir uma grande receita em mãos e (ii) fazer parte do corpo indutor e regulador da economia no país. Assim as aquisições governamentais representam uma grande força e tende a ser vista como uma grande forma de poder.

2.2.1 O poder de compra do Estado

Os novos desafios que o Estado vem enfrentando - por conta da integração econômica mundial, a redefinição da visão e concepção de Estado, o avanço das tecnologias da informação, e os problemas ambientais – vem fazendo com que o mesmo repense as prioridades e formas de ações das políticas públicas, e assim vêm incorporando em seus processos de compras novas concepções frente a estas perspectivas.

Neste sentido, e ainda considerando o poder legitimado para as suas ações em prol do benefício da nação e da coletividade, o Estado vem utilizando o ato de comprar como uma forma de poder. O ato de comprar é um grande potencial, considerando que o poder do consumidor define seu perfil, suas condições e anseios, tornando as compras um incitante de qualidade, produtividade e inovação, sejam em entidades privadas, públicas ou pessoa física contribuindo para a competitividade e desenvolvimento do país (BRASIL, 2007).

A expressão “uso do poder de compra” tem em si uma idéia de capacidade de influência, que se apresenta como um “poder” a partir do momento em que a disponibilidade de recursos de uma determinada instituição lhe confere a possibilidade de induzir

comportamentos em terceiros, buscando quase sempre a obtenção de resultados paralelos e, conseqüentemente, uma maior eficiência de suas ações, à semelhança dos conceitos de poder e influência já colocados anteriormente (SILVA, 2008, p.61).

Assim, as nações vêm utilizando desse poder de compra para alcançar objetivos secundários por meio de suas compras, fomentando e direcionando estratégias das políticas públicas e do mercado. O termo 'uso do poder de compra' é definido em Silva (2008, p.66 *apud* MPOG/SLTI, 2007) que relaciona com:

O direcionamento da demanda por bens e serviços do Estado para desenvolver a economia local, micros e pequenas empresas e setores sensíveis da economia ou de interesse estratégico, gerando emprego e renda e primando pelo desenvolvimento econômico sustentável.

Na perspectiva de Moreira e Morais (2003), ao decidir utilizar o poder de compra do Estado, como instrumento de desenvolvimento ou estímulo a produção de bens ou serviços, a sociedade manifesta concordância de, fortuitamente, assumir sobrepreços em benefício das políticas de fomento a economia e ao desenvolvimento do país. Desta lógica, em que o Estado representa um importante agente econômico por prover e consumir bens e serviços, bem como por ser um agente econômico capaz de induzir e fomentar o mercado, algumas nações reunidas em uma organização vêm utilizando esta força em prol do desenvolvimento e das questões sócio-econômicas e ambientais trata-se da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD)¹⁵.

A OECD vem definindo e adotando medidas para a melhoria e convergência das políticas governamentais, objetivando conservar a estabilidade financeira, elevar o nível da qualidade de vida, desenvolver a economia através da geração de emprego, apoiar outros países no desenvolvimento econômico, contribuir para o crescimento do comércio mundial e nas questões econômico-ambientais. Em 1996, os Ministros dos Estados-Membros do Conselho da OECD, aceitaram a recomendação de adoção ao programa '*Improving the Environmental Performance of Government*' (em português: Melhoria do Desempenho Ambiental do Governo), que não se tratava apenas de uma instrumentação legal, mas de um compromisso entre governos membros objetiva a diminuição e eliminação de impactos ambientais,

¹⁵ OECD é um acrônimo inglês para *Organization for Economic Co-operation and Development*.

resultando num conjunto de orientações que visa às mudanças nos padrões de produção e consumo (OECD, 1997).

Para quantificar o real poder de compra dos Estados, a OECD em 1997 solicitou dados referentes às questões econômicas e ambientais de cada país-membro. Diante dos dados apresentados a OECD organizou e analisou, resultando em um relatório final apresentado durante uma reunião do conselho no ano de 1999. Este relatório demonstra que o poder de compra dos governos gira entre 8% a 30% da movimentação financeira dos países, demonstrando percentuais representativos em relação ao Produto Interno Bruto - PIB (OECD, 1999).

Os percentuais descritos no quadro 01 fazem referência ao montante de recursos financeiros que os governos utilizam nas aquisições governamentais em relação ao seu PIB. No ano de 2014, o PIB do Canadá girou em torno de aproximadamente 1,786 trilhões de dólares, aplicando o percentual de aquisições governamentais indicado pelo relatório da OECD, chega-se ao valor aproximado de 303 bilhões de dólares em compras realizadas pelas entidades públicas deste país. Estes dados retratam que os governos possuem um grande recurso financeiro para estimular induzir critérios sustentáveis no mercado, representando um dos mais importantes instrumentos de fomento do desenvolvimento sustentável.

Quadro 01 – Percentual de compras públicas em relação ao PIB

País membro da OECD	% de compras públicas em relação ao PIB	PIB no ano de 2014 (em trilhões de USD)
Canadá	17	1,786
Inglaterra	17	2,941
França	15	2,829
Estados Unidos	14	17,419
Alemanha	13	3,852
Itália	13	2,144
Japão	7	4,601

Fonte: Elaborado pelo autor / adaptado de Machado (2002) e www.worldbank.org.

No Brasil, o poder de compra do Estado já vem sendo utilizado de forma pontual, como destaca-se o caso da Lei 8.248/1991 que dispõe sobre a aquisição de bens e serviços de informática e automação por parte dos órgãos da administração

pública direta ou indireta, as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e as demais organizações sob o controle direto ou indireto da União, darão preferência a bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País. O Produto Interno Bruto do Brasil, no ano de 2014, alcançou o montante de 2,346 trilhões de dólares, correspondendo a 5,513 trilhões de reais¹⁶. No Brasil, o Governo Federal realizou em 2014, a compras de bens e contratação de serviços no valor de 34 bilhões de reais, Esta receita pode orientar e fomentar o mercado de acordo com as perspectivas das políticas públicas e diretrizes governamentais, assim a utilização do ‘poder de compra do Estado’ tem um caráter estratégico no direcionamento das compras governamentais.

Quadro 02 – Aquisição de Bens e Serviços do Governo Federal – 2014

Elemento de Despesa	Valores (R\$)
52 - Equipamentos e Material Permanente	11.717.881.403,03
37 - Locação de Mão-de-Obra	18.487.688,82
30 - Material de Consumo	672.876.551,48
51 - Obras e Instalações	14.016.191.988,44
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	7.682.021.788,58
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	14.368.636,47
35 - Serviços de Consultoria	164.343.322,60
36 - Outros Serviços de Terceiros – PF	3.354.301,73
Total	34.289.525.681,15

Fonte: Elaborado pelo autor / Portal da Transparência do Governo Federal

2.2.2 Compras governamentais

As ações governamentais são regidas por lei, e assim ao tratar-se de compras governamentais deve-se tomar como referência as legislações pertinentes, posto que estas descrevem a vinculação e discricionariedade dos atos públicos. Nos Estados pós-modernos, a Constituição é o pilar estratégico que direcionam as linhas e diretrizes das políticas públicas. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu

¹⁶ Para esta conversão de dólares em reais, foi o utilizado a média da cotação do dólar ao longo dos 12 meses do ano de 2014 (De janeiro a dezembro de 2014, as cotações marcaram respectivamente: 2,382; 2,383; 2,326; 2,233; 2,220; 2,235; 2,224; 2,267; 2,332; 2,448; 2,548; 2,639), resultando no valor R\$ 2,35 para cada USD 1,00. (Fonte: elaborado pelo autor, adaptado de <http://www.acinh.com.br/servicos/cotacao-dolar>).

artigo 37, incube a Administração Pública Direta e Indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. O inciso XXI, do mesmo artigo, direciona como deve ser realizadas as compras governamentais:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, **as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública** que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Contudo, este dispositivo constitucional necessitava de regulamentação, a qual ocorreu por meio da Lei 8.666/1993 que trata das licitações e contratos na Administração Pública. Para Di Pietro (2002) a licitação é um procedimento administrativo aberto a todos os interessados que preencham os requisitos exigidos pelo instrumento convocatório e ofereça proposta, onde a Administração Pública selecionará a mais vantajosa para a realização de um contrato administrativo.

No artigo 3º da referida Lei é descrito que a licitação destina-se a garantir a “observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a **promoção do desenvolvimento nacional sustentável**” (BRASIL, 1993, grifo nosso) sendo realizada e julgada em conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Na perspectiva de Costa (2011) ao tratar da proposta ‘mais vantajosa’, esta era tratada como sinônimo de “menor preço”, prática que se consolidou, especialmente, com a Lei 10.520/2002 que instituiu a modalidade Pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Neste sentido, destaca Cretella Júnior (2006, p.120):

Mais vantajosa não é a proposta de menor preço, mas a que se apresente mais adequada, mais favorável, mais consentânea com o interesse da Administração, observadas, sem dúvida, outras condições com o prazo, o pagamento do preço, a qualidade, o rendimento.

Na relação entre proposta mais vantajosa e promoção do desenvolvimento nacional sustentável, emerge o conceito de vantajosidade ambiental, que se trata da “qualidade de um objeto ou serviço de possuir um desempenho econômico/ambiental mais eficiente, com custo de operação e manutenção menor, menos agressivo ao meio em comparação a outro produto convencional” (COSTA, 2011, p.24).

Na busca e obtenção da proposta mais vantajosa para a administração, é fundamental eleger uma modalidade de licitação apropriada. A Lei 8666/1993, traz em seu artigo 22, cinco modalidades de licitação: concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão. Posteriormente, por intermédio da Lei 10.520/2002 foi introduzida uma sexta modalidade de licitação, o Pregão. Esta última pode ocorrer na forma presencial, e por meio da regulamentação do Decreto 5.450/2005, podendo ocorrer também de forma eletrônica.

Quadro 03 – Modalidades de licitação

Modalidade	Limites		Características
	Obras e serviços de engenharia	Compras e demais serviços	
Concorrência	Acima de R\$ 1,5 milhão	Acima de R\$ 650 mil	Modalidade aberta a quaisquer interessados que possam preencher os requisitos exigidos pelo instrumento convocatório. Esta modalidade possui como características a universalidade e a ampla publicidade. O instrumento convocatório utilizado é o edital.
Tomada de Preço	Até R\$ 1,5 milhão	Até R\$ 650 mil	Modalidade para os ofertantes cadastrados ou que pretendem se cadastrar até três dias antes da apresentação da proposta. A principal característica desta modalidade é o valor que é de médio vulto. O instrumento convocatório utilizado é o edital.
Convite	Até R\$ 150 mil	Até R\$ 80 mil	Modalidade para os ofertantes cadastrados ou não, no mínimo de três. Possui como característica a margem dos valores para pequeno vulto. O instrumento convocatório é a carta convite.
Concurso	Inexiste	Inexiste	Utilizado para escolher trabalhos técnicos, artísticos e científicos, tendo como característica a ausência de tipos de licitação, além de possuir regulamento próprio. O instrumento convocatório é o edital e o regulamento.
Leilão	Inexiste	Inexiste	Utilizado para alienar objetos derivados de dação de pagamento, de sentença judicial, e também de empenho. Portanto o leilão é para alienar bens da administração, apreendidos e/ou inservíveis. O instrumento convocatório é o edital.
Pregão	Inexiste	Inexiste	Modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns.

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Brasil (1993).

A realização de qualquer licitação depende da ocorrência de certos fatores que, inexistindo, tornariam o procedimento licitatório sem qualquer utilidade ou, simplesmente, sem condições para atender às finalidades para as quais foram concebidos, denominam-se: lógico, fático e jurídico (MELLO, 2000). O pressuposto lógico trata da “existência de uma pluralidade de objetos e de uma pluralidade de ofertantes” (MELLO, 2000, p.470), ou seja, não existe licitação com somente um

licitante. Já o pressuposto fático relaciona-se com a “existência de interessados a disputar a licitação” (MELLO, 2000, p.470). E o pressuposto jurídico é a “aptidão do certame licitatório para acudir ao interesse que a administração deve promover” (MELLO, 2000, p.470).

A Lei 8.666/1993 ainda permite a dispensa e a inexigibilidade de licitação. A palavra dispensa está relacionada com o gênero e desta forma podendo ter duas espécies: a licitação dispensada e a dispensável. No Art. 17 da lei 8.666/93 são tratadas as alienações, sendo no inciso I dos bens móveis e no inciso II dos bens imóveis. O referido artigo descreve as formas de licitação dispensada, englobando os tipos: dação, doação, permuta e investidura. A outra espécie de dispensa de licitação, descrita no Art. 24, é a dispensável que se trata de um ato discricionário do administrador, ou seja, leva em conta a conveniência e/ou a oportunidade para a Administração Pública. O Art. 25 da Lei 8666/1993, traz que a licitação é inexigível, quando houver inviabilidade de competição.

Após a definição da modalidade de licitação é formalizada a licitação por meio da abertura de “processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa” (BRASIL, 1993). No texto do artigo 38 é destacado que serão juntados oportunamente alguns documentos no processo administrativo, estes documentos estão relacionados ao longo dos incisos do artigo:

- I - edital ou convite e respectivos anexos, quando for o caso;
- II - comprovante das publicações do edital resumido, na forma do art. 21 desta Lei, ou da entrega do convite;
- III - ato de designação da comissão de licitação, do leiloeiro administrativo ou oficial, ou do responsável pelo convite;
- IV - original das propostas e dos documentos que as instruírem;
- V - atas, relatórios e deliberações da Comissão Julgadora;
- VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;
- VII - atos de adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação;
- VIII - recursos eventualmente apresentados pelos licitantes e respectivas manifestações e decisões;
- IX - despacho de anulação ou de revogação da licitação, quando for o caso, fundamentado circunstanciadamente;
- X - termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;
- XI - outros comprovantes de publicações;
- XII - demais documentos relativos à licitação.

Em relação ao julgamento das propostas, este ocorrerá de forma objetiva,

devendo o responsável ou comissão de licitação realizar “em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos” (BRASIL, 1993) em vista a facilitar a aferição pelas entidades licitantes e órgãos de controle. Em relação aos tipos de licitação, o §1º do Artigo 45, enumera os seguintes tipos, exceto para a modalidade de concurso: (i) menor preço; (ii) melhor técnica; (iii) técnica e preço; e (iv) maior lance ou oferta, sendo este último nos casos de alienação de bens ou concessão de direito real de uso.

Após o processo licitatório, desde que não seja fracassado¹⁷ ou frustrado¹⁸, é celebrado um contrato entre a Administração Pública e o licitante vencedor do certame, que de forma lacônica Mello (2000) exprime que a licitação é um antecedente lógico, racional e primordial de um contrato administrativo. A própria Lei conceitua o termo contrato, como “todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada” (BRASIL, 1993).

Ressalta-se que no Artigo 15 da Lei 8.666/1993, é disposto que as compras governamentais devem ser processadas através de Sistema de Registro de Preços (SRP), que teve sua regulamentação por meio do Decreto 7.892/2013. No referido Decreto é definido a expressão Sistema de Registro de Preços, como um “conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras” (BRASIL, 2013).

Para gerenciar as licitações e as compras governamentais são utilizados alguns sistemas de tecnologia de informação, que propiciam um maior controle no gerenciamento de informações pertinente as licitações promovidas pela Administração Pública Federal, dos quais se destacam o Comprasnet, o SICAF e o SIASG.

O Comprasnet é o Portal de compras do Governo Federal, gerenciado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), no qual são realizados os processos eletrônicos de aquisições e onde são dispostas às informações referentes às licitações e contratações promovidas pela Administração Pública

¹⁷ A licitação é considerada fracassada quando a administração inabilita ou desclassifica todos os participantes.

¹⁸ A licitação frustrada é quando ninguém se interessa no fornecimento do bem e/ou serviço.

Federal direta, autárquica e fundacional. No portal é possível acompanhar as licitações, além de disponibilizar consultas a editais, atas, manuais, legislações pertinentes, o cadastro de fornecedores, dentre outras informações.

O Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) tem por finalidade cadastrar e habilitar pessoas físicas ou jurídicas interessadas em participar de licitações promovidas por órgãos e entidades da Administração Pública Federal, o qual amplia as opções de compras do Governo Federal e permite acompanhar o desempenho dos fornecedores cadastrados (BRASIL, 2011).

O Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) é o sistema pelo qual ocorrem as operações das compras governamentais dos órgãos integrantes do Sistema de Serviços Gerais (Sisg)¹⁹. O SIASG é composto por subsistemas que auxiliam ao longo das diferentes etapas do processo licitatório, como: (i) a divulgação e a realização das licitações; (ii) a emissão de notas de empenho; (iii) o registro dos contratos administrativos; (iv) a catalogação de materiais e serviços; e (v) o cadastro de fornecedores.

Em relação à catalogação de materiais e serviços, o subsistema é chamado de CATMAT que se trata de um sistema informatizado de catalogação da descrição e codificação de materiais adquiridos pelos órgãos da Administração Pública Federal Direta, estes tendo obrigatoriedade de utilização do sistema²⁰. O CATMAT mantém uma linguagem única e padronizada para identificação, codificação e descrição de materiais a serem adquiridos pelo Governo Federal por meio do Comprasnet (BRASIL, 2011). O referido sistema disponibiliza um mecanismo de pesquisa por nome e também possui um campo denominado sustentável, o qual permite realizar a busca por itens considerados sustentáveis, tal campo vem propiciar a implantação das Compras Sustentáveis no âmbito da Administração Pública, tema da seção a seguir.

¹⁹ Os órgãos integrantes do Sistema de Serviços Gerais (Sisg) correspondem aos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional (BRASIL, 2005).

²⁰ Ao se iniciar um procedimento licitatório, os itens constantes no edital devem estar cadastrados no CATMAT, caso não estejam, o órgão deve solicitar a inclusão do item para a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do MPOG.

2.3 Compras Públicas Sustentáveis

As Compras Públicas Sustentáveis - também conhecidas como compras verdes, eco-compra, ecoaquisição, compra ambientalmente amigável, licitação positiva, ou ainda licitação sustentável - surgiram como um mecanismo de minimização de impactos ambientais causados pela produção e consumo inadequado e irresponsável. Neste tipo de compra busca-se oferecer ao consumidor final um produto compatível com suas necessidades e expectativas, fomentando para um consumo racional dos recursos naturais, que em médio e longo prazo possibilitam benefícios ao meio ambiente e conseqüentemente a sociedade.

Compras sustentáveis consistem naquelas em que se tomam atitudes para que o uso dos recursos materiais seja o mais eficiente possível. Isso envolve integrar os aspectos ambientais em todos os estágios do processo de compra, de evitar compras desnecessárias a identificar produtos mais sustentáveis que cumpram as especificações de uso requeridas. Logo, não se trata de priorizar produtos apenas devido a seu aspecto ambiental, mas sim considerar seriamente tal aspecto juntamente com os tradicionais critérios de especificações técnicas e preço (BRASIL, 2009, p.48).

Na perspectiva de Biderman (2006), as Compras Sustentáveis devem ter como pressupostos: (i) aquisição de produtos de qualidade e responsabilidade, fomentando a produção sustentável; (ii) minimização de consumo; (iii) escolher produtos com menor impacto negativo aos recursos naturais; (iv) avaliar impactos e custos dos produtos ao longo de seu ciclo de vida.

A temática das Compras Públicas Sustentáveis ganhou visibilidade a partir de 1992, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD)²¹, na qual 179 países participantes assinaram a Agenda 21 Global²². O capítulo quatro da Agenda 21, que trata da mudança dos padrões de consumo, tendo como diretrizes: examinar os padrões insustentáveis de consumo e produção; desenvolvimento de estratégias e políticas públicas estimulando mudanças nesta forma de produção/consumo insustentável. Dentre as propostas de ações tem-se o item 4.23, que estimula os governos a incorporarem

²¹ A Organização das Nações Unidas – ONU realizou em 1992 na cidade do Rio de Janeiro – Brasil, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD). Esta conferência ficou conhecida como Eco-92.

²² Este documento é um conjunto de ações que busca promover, em escala global, um padrão de desenvolvimento com caráter sustentável.

conceitos sustentáveis nas suas aquisições (BRASIL, 1996).

Os próprios governos também desempenham um papel no consumo, especialmente nos países onde o setor público ocupa uma posição preponderante na economia, **podendo exercer considerável influência tanto sobre as decisões empresariais como sobre as opiniões do público**. Conseqüentemente, os governos devem examinar as políticas de aquisição de suas agências e departamentos de modo a aperfeiçoar, sempre que possível, o aspecto ecológico de suas políticas de aquisição, sem prejuízos dos princípios do comércio internacional. (BRASIL, 1996, grifo nosso).

Nesta proposta de ação da Agenda 21 é perceptível a indicação de utilização do poder de compra por parte do Estado no fomento à produção e consumo de bens sustentáveis. Outro evento que destacou o uso do poder de compra, ocorrido no ano de 2000, foi a 3ª Conferência Européia sobre Cidades e Municípios Sustentáveis, na qual 250 líderes municipais de 36 países europeus e regiões vizinhas aprovaram a conhecida Declaração de Hannover, na qual os líderes concordam em:

Prestar atenção para as oportunidades que surgem a partir de novas tecnologias e conceitos inovadores de serviços que tornam nossas cidades mais ecoeficientes, e **devem ter consciência sobre o poder de compra das autoridades locais no mercado e usá-lo para direcionar o desenvolvimento para soluções social e ambientalmente saudáveis**. Eles convocaram outras regiões para manter sua própria casa em ordem introduzindo políticas para a compra de produtos e serviços verde (BIDERMAN, 2006, p. 27, grifo nosso).

Na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, ocorrida em Johannesburgo no ano de 2002, foi produzido o Plano de Implementação de Johannesburgo, que ao longo dos seus 11 capítulos, lista as novas prioridades do desenvolvimento sustentável nas áreas de erradicação da pobreza, saúde, comércio, educação, ciência e tecnologia, recursos naturais, considerando as propostas da Agenda 21 Global e os acordos firmados na Eco-92. O capítulo três do referido Plano, denominado de “Mudando padrões insustentáveis de consumo e produção”, incentiva as autoridades a considerar ações de desenvolvimento sustentável na tomada de decisão e também:

No planejamento de desenvolvimento nacional e local, investimento em infra-estrutura, desenvolvimento de negócio e a licitação pública, englobando **ações para promover políticas de licitação pública que incentivem o desenvolvimento e a difusão de bens e serviços ambientais saudáveis** (BIDERMAN, 2006, p. 27, grifo nosso).

O documento de contribuição do Brasil para o processo preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) apresenta as visões e propostas iniciais do Brasil sobre os temas e objetivos para uma proposta no caminho de um Desenvolvimento Sustentável. Neste documento é realçado o poder do Estado no fomento da promoção de padrões sustentáveis.

O Estado pode ainda influenciar significativamente a adoção de modelos mais sustentáveis pela forma como aufere e aplica a receita. Os instrumentos de política fiscal, associados à valoração de serviços ambientais, desempenham, nesse sentido, papel central no repertório de políticas do Estado, **por meio dos quais podem ser estabelecidos estímulos positivos para a adoção de padrões mais sustentáveis em toda a cadeia produtiva** (BRASIL, 2012a, p.12, grifo nosso).

Diante destas movimentações na construção de alternativas para um desenvolvimento sustentável, percebe-se um realce no papel do Estado ao direcionar seu poder de compra como mecanismo de minimização de impactos ambientais, por meio da inclusão de critérios de sustentabilidade em suas políticas de aquisição.

Neste sentido, nações vêm concentrando esforços e ações na direção de implantar critérios sustentáveis em suas estratégias e políticas públicas, especialmente por meio das Compras Públicas Sustentáveis. No Brasil a utilização de critérios sustentáveis nas compras governamentais vem-se ensejando ao longo das últimas décadas, no entanto, foi somente no ano de 2010 que tal política foi alcançada.

2.3.1 Compras Públicas Sustentáveis no Brasil

A Constituição é o ápice do ordenamento jurídico²³ de uma nação, da qual

²³ O ordenamento jurídico é a disposição hierárquica das normas jurídicas dentro de um sistema normativo.

decorrem todos os dispositivos normativos, sendo estes compatíveis materialmente e formalmente com a Constituição. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 prevê em seu texto, o dever de promover o Desenvolvimento Sustentável e a preservação do meio ambiente. O artigo 225, localizado no capítulo VI que trata do meio ambiente, garante que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (...)” remetendo a responsabilidade “(...) ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Em outra parte do texto constitucional, que trata ‘Da Ordem Econômica e Financeira’, é descrito que na manutenção da ordem econômica deve-se observar o princípio da “defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação” (BRASIL, 1988).

Apesar do direcionamento deixado pela Constituição Federal, não havia formas objetivas de atingir esses propósitos. Diante disto, ao longo dos anos foram cunhadas uma série de legislações de cunho ambiental e outras de cunho econômico, até que houve a convergência das perspectivas ambientais e econômica, culminando na instituição da legislação das Compras Públicas Sustentáveis.

Foi somente diante da Instrução Normativa²⁴ nº. 01 de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por intermédio da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, que houve a obrigatoriedade explícita da adoção de “critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional” (BRASIL, 2010).

A referida Instrução Normativa veio complementar o disposto no art. 3º da lei nº. 8.666/93 que prevê a ‘promoção do desenvolvimento nacional sustentável’ por meio das licitações com a Administração Pública, definindo que as regras de sustentabilidade ambiental farão parte dos critérios de compras, incorporando uma perspectiva ambiental à legislação de compras vigente. Esta legislação passa a ser um importante marco legal regulatório, pois exige a utilização de critérios de

²⁴ As Instruções Normativas são atos administrativos expedidos pelos Ministros para a execução das leis, decretos e regulamentos (CF, art. 87, parágrafo único, II), mas são também utilizadas por outros órgãos superiores com a mesma finalidade (BRASIL, 1988).

sustentabilidade ambiental nas aquisições da Administração Pública Federal, obrigando que os atos administrativos sejam realizados em níveis sustentáveis.

A Instrução Normativa traz no Capítulo II, orientações referentes às ‘Obras Públicas Sustentáveis’, onde destacado em seu Artigo 4º que a contratação de obras e serviços de engenharia, deve visar à “economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental” (BRASIL, 2010), tais como:

- I – uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;
- II – automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;
- III – uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;
- IV – energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;
- V – sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;
- VI – sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;
- VII – aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
- VIII – utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; e
- IX – comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço.

No Capítulo III as orientações são referente aos ‘Bens e Serviços’, na qual é previsto que os órgãos poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental: (i) que o bem seja constituído todo ou em parte de material reciclado; (ii) possuir certificados de produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares emitido pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial); (iii) utilização de menor quantidade possível de embalagem e que utilize material reciclado; e (iv) que não possuam contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*) (BRASIL, 2010).

O Artigo 6º que trata dos serviços prevê, quando couber, que as empresas contratadas adotarão práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, tais como: (i) usar produtos de limpeza com especificações determinadas pela ANVISA

(Agência Nacional de Vigilância Sanitária); (ii) adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada; (iii) observar a legislação que trata do nível de ruídos nos equipamentos de limpeza; (iv) fornecer equipamentos de segurança aos empregados; (v) realizar treinamento de seus empregados quanto às práticas de racionalização dos recursos naturais; (vi) realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos; (vii) respeitar Normas Brasileiras (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre resíduos sólidos; e (viii) prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis (BRASIL, 2010).

A Instrução Normativa prevê também que os órgãos devem disponibilizar os bens considerados ociosos, e que não tenham previsão de utilização ou alienação, para doação a outros órgãos e entidades públicas. Neste sentido o parágrafo 1º do Artigo 7º, ressalta que antes de iniciar um processo de aquisição, os órgãos “deverão verificar a disponibilidade e a vantagem de reutilização de bens, por meio de consulta ao fórum eletrônico de materiais ociosos” (BRASIL, 2010).

Para facilitar a adoção e implementação das ações previstas na Instrução Normativa, a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, disponibilizará um espaço específico no Comprasnet para realizar divulgação de:

- I - listas dos bens, serviços e obras contratados com base em requisitos de sustentabilidade ambiental pelos órgãos e entidades da administração pública federal;
- II – bolsa de produtos inservíveis;
- III - banco de editais sustentáveis;
- IV – boas práticas de sustentabilidade ambiental;
- V – ações de capacitação conscientização ambiental;
- VI - divulgação de programas e eventos nacionais e internacionais; e
- VII – divulgação de planos de sustentabilidade ambiental das contratações dos órgãos e entidades da administração pública federal. (BRASIL, 2010)

Outra legislação que veio complementar a promoção do desenvolvimento nacional sustentável - disposto no art. 3º da lei nº. 8.666/93 - é o Decreto 7.746/2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal, além de instituir a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP). No artigo 2º do Decreto é disposto que os órgãos da Administração Pública Federal “poderão adquirir bens e contratar serviços e obras

considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório” (BRASIL, 2012b), neste sentido descreve como diretrizes de sustentabilidade:

- I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

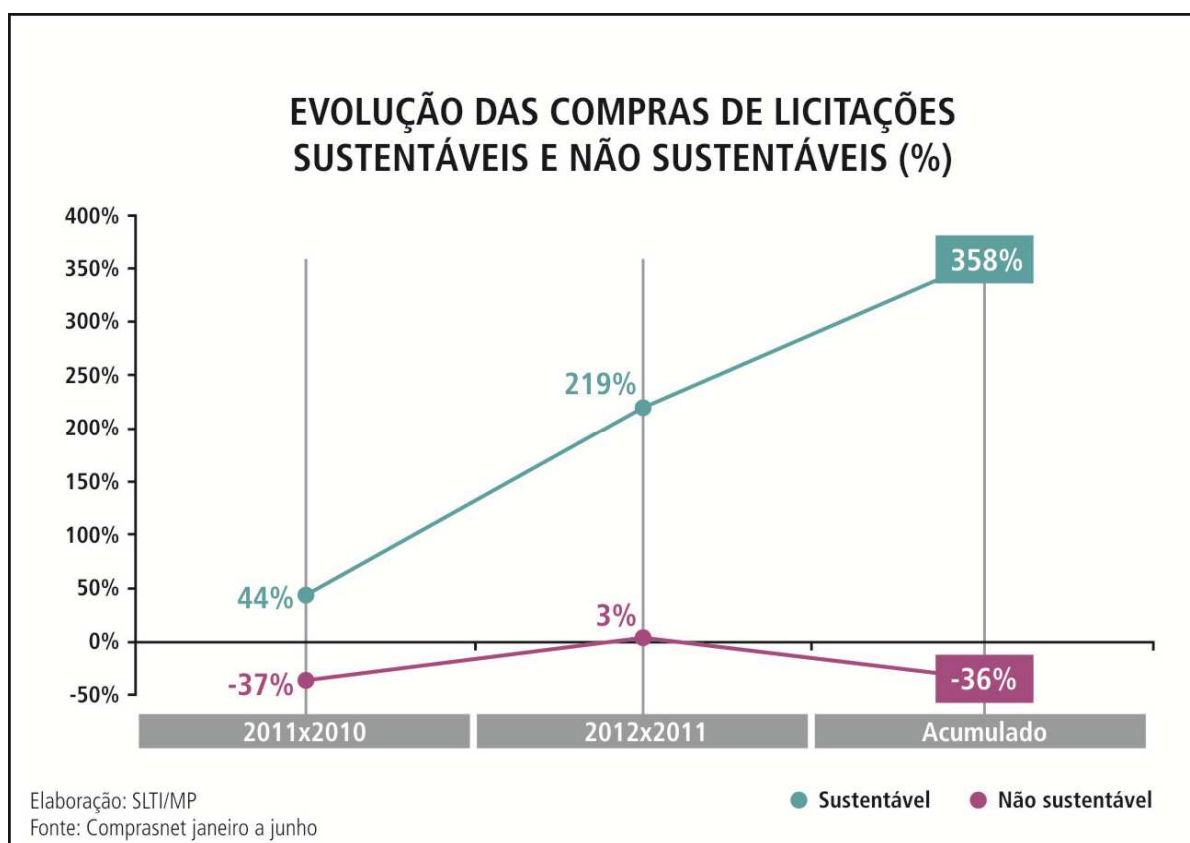
Cabe destacar que “a adoção de critérios e práticas de sustentabilidade deverá ser justificada nos autos e preservar o caráter competitivo do certame” (BRASIL, 2012b). A comissão CISAP, que trata o Decreto 7.746/2012, tem a finalidade de propor a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável no âmbito da Administração Pública Federal. Na alínea ‘d’ do Inciso I do Artigo 11, ressalta que a proposição destes critérios, dentre outras formas, deve ser realizada por intermédio das aquisições, contratações, utilização dos recursos públicos, desfazimento e descarte. Outra competência da CISAP é propor as regras para a elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável, sendo este uma obrigação aos órgãos da Administração Pública Federal.

A Instrução Normativa nº 10/2012 da SLTI/MPOG vem estabelecer as regras de elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746. Nesta IN é previsto que as práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços deverão abranger, em meio a outros temas, as compras e contratações sustentáveis, “compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial” (BRASIL, 2012c).

Desde que a Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI/MPOG entrou em vigor, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão vem acompanhando a utilização das Compras Públicas Sustentáveis por parte dos órgãos da Administração Pública

Federal. Em um de seus relatórios identificou o crescimento entre 2011 e 2012 de 219%, tal crescimento foi obtido pela comparação das compras realizadas no primeiro semestre de 2011, que movimentou R\$ 5,73 milhões, em relação ao mesmo período de 2012 que obteve como movimentação o montante de R\$ 18,3 milhões. Se a comparação for realizada em relação ao período de 2010 a 2012, o aumento foi de 358%, conforme demonstra a figura 01 (BRASIL, 2012d).

Figura 01 – Comparação evolutiva das compras sustentáveis e não sustentáveis



Fonte: BRASIL, 2012b

Apesar dos números crescentes nos primeiros três anos da legislação das Compras Públicas Sustentáveis, o relatório de 'Informações Gerenciais de Contratações Públicas Sustentáveis' do ano de 2014, destaca que as CPS movimentaram o montante de R\$ 39,06 milhões na aquisição de bens, representando apenas o percentual de 0,06% do total de compras realizadas pela Administração Pública Federal, que ao se comparar com o mesmo período de 2013, as aquisições sustentáveis no ano de 2014 sofreram um decréscimo de 14% (BRASIL, 2015).

2.4 Síntese do capítulo

Neste capítulo foi abordado o referencial teórico da presente dissertação, no qual inicialmente tratou das preocupações com as questões ambientais, evoluindo para o conceito de Desenvolvimento Sustentável, que se relaciona com o atendimento das necessidades das gerações presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades.

Em seguida tratou-se do Estado que dispondo de poder legitimado, realiza ações que vise o bem da coletividade, sendo estas ações materializadas pelas políticas públicas. Para realizar as políticas públicas o Estado necessita adquirir bens e serviços, que para isso possui um grande montante de recursos financeiros, este acaba se apresentando com uma forma de poder, denominado de uso do poder de compra do Estado.

Diante da necessidade de reverter o quadro de degradação dos recursos naturais e utilizando a lógica do uso do poder de compra do Estado, surge as Compras Públicas Sustentáveis, como uma estratégia de desenvolvimento sustentável por intermédio das compras, fomentando a produção e consumo de bens sustentáveis.

No capítulo a seguir será apresentado o *locus* da pesquisa, a Universidade Federal Rural da Amazônia, dando ênfase à estrutura e processos que se relacionam com as compras na instituição, destacando-se também a questão das Compras Públicas Sustentáveis de forma contextualizada na instituição.

3 O AMBIENTE DE COMPRAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA

Neste capítulo é apresentado o referencial empírico da presente pesquisa, o qual busca a obtenção de dados relevantes e convenientes obtidos por meio de experiências e vivências no *locus* de trabalho. Este tipo de conhecimento é a base para se chegar ao conhecimento científico de qualidade e, portanto não deve ser ignorado, de acordo com Fachin (2010).

Desta forma, o presente capítulo apresenta o *locus* da pesquisa; a estrutura organizacional; o fluxo dos processos de compras; e o cenário da pesquisa, no contexto das aquisições da Universidade Federal Rural da Amazônia. Tais informações são necessárias para conhecer a realidade e orientar os métodos e técnicas utilizados na pesquisa.

3.1 Locus da pesquisa

A Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) é uma instituição pública de ensino superior com sede no município de Belém, Estado do Pará, vinculada ao Ministério da Educação, criada pela Lei nº. 10.611, de 23 de dezembro de 2002, através de uma série de transformações e sucessões de diversas instituições. Localizada entre as coordenadas 01°28'S de Latitude, Longitude de 48°27'W e Altitude de 12,5 m (GAZIEL FILHO, 2007).

A primeira antecessora da UFRA foi a Escola de Agronomia do Pará (EAA) em 1951, quando oferecia apenas o curso de graduação em Agronomia. A EAA foi criada para funcionar como parte do Instituto Agrônomo do Norte (IAN)²⁵, utilizando as estruturas, equipamentos e pessoal técnico do IAN nas atividades de magistérios da recém-criada escola (SANTOS, 2014).

²⁵ Instituição de pesquisa agropecuária na região Amazônica, criado em 1939, abrangendo os Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí e Acre, sendo a antecessora da Embrapa Amazônia Oriental.

Figura 02 – Vista aérea da área da UFRA



Fonte: <https://www.google.com.br/maps/>. Acesso em: 1 abr. 2016.

Figura 03 - Vista aérea da área do Prédio Centra da UFRA



Fonte: <https://vimeo.com/156104134>

O Conselho Federal de Educação em 1971 aprovou e o Decreto Presidencial nº 69.786 autorizou o funcionamento do Curso de Engenharia Florestal na Escola de Agronomia da Amazônia, em seguida foi transformada pelo Decreto nº 70.286 de março de 1972 em Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP) vinculada ao Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação. Posteriormente, por meio do Decreto nº 70.686 de junho de 1972, foi transformada em autarquia de regime especial, com mesmo regime jurídico das Universidades, e conseqüentemente, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com a legislação vigente (SANTOS, 2014).

A partir de então vários cursos de graduação e pós-graduação foram criados, nos quais era visível a grande preocupação na preservação da Região Amazônica, por meio de sua exploração racional, este direcionamento fortaleceu a FCAP como a mais antiga Instituição de Ensino Superior de pesquisa científica e tecnológica na área de Ciências Agrárias da Região. Esta trajetória no ensino superior das Ciências Agrárias estimulou a comunidade universitária a apresentar uma proposta de transformação da FCAP em UFRA. O pedido de transformação foi aceito e sancionado pelo Presidente da República através da Lei 10.611, de 23 de dezembro de 2002 e assim criou-se a Universidade Federal Rural da Amazônia (SANTOS, 2014).

No presente, a Universidade Federal Rural da Amazônia vem expandindo o número de *campi* e cursos, além da sede, em Belém, a Universidade Federal Rural da Amazônia possui cinco *campi*, localizados nos municípios de: Paragominas, Parauapebas, Capitão Poço, Capanema e Tomé-Açu (UFRA, 2014a).

Os cursos da Universidade são em níveis de graduação e pós-graduação, os de graduação são 13, dos quais a maior parte é da área da saúde animal e das ciências agrárias e ambientais, são eles: Agronomia; Engenharia Ambiental; Engenharia Cartográfica e de Agrimensura; Engenharia de Pesca; Engenharia Florestal; Medicina Veterinária; Zootecnia; e Biologia. Contudo, já há cursos de outras áreas de conhecimento, atendendo a uma perspectiva inter, multi e transdisciplinar, tais como: Administração; Ciências Contábeis; Licenciatura em Computação; Engenharia de Produção; e Sistemas de Informação. Em relação às pós-graduações a UFRA possui 10 cursos, sendo 06 em nível de mestrado e 04 em nível de doutorado, todos voltados para a área das ciências agrárias (UFRA, 2014a).

Ao longo da trajetória da Universidade Federal Rural da Amazônia ocorrem vários processos de transformação e mudança organizacional. Estas transformações fizeram com que surgisse a necessidade da Universidade realinhar sua estrutura organizacional em resposta aos novos desafios da instituição.

3.2 Estrutura organizacional

A descrição da estrutura organizacional da Universidade Federal Rural da Amazônia é fundamental para entender a forma como está organizada a instituição, o fluxo de processos entre as unidades administrativas, a dimensão e complexidade da Universidade. Desta forma é realizado um breve relato acerca da estrutura organizacional da Universidade, atendo-se mais especificamente as unidades hierarquicamente relacionadas ao processo de compras na instituição.

A Universidade Federal Rural da Amazônia para desenvolver as atividades de ensino, pesquisa e extensão, está estruturada em Conselhos Superiores, Reitoria, Institutos e Pró-reitorias, com suas respectivas subdivisões, as quais estão descritas no Estatuto e no Regimento Geral da UFRA (UFRA, 2003; UFRA, 2004). Em relação aos Conselhos Superiores a Universidade possui cinco instâncias diferenciadas:

- Conselho Universitário (CONSUN) - órgão máximo deliberativo;
- Conselho Consultivo - órgão consultivo, de discussão de políticas e diretrizes globais;
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) - órgão deliberativo e consultivo em assuntos didático-científicos;
- Conselho de Administração (CONSAD) - órgão deliberativo em matéria de planejamento e gestão administrativa;
- Conselho curador (CONCUR) - órgão de fiscalização econômico financeiro da Universidade.

A Reitoria da Universidade Federal Rural da Amazônia é composta pelas seguintes unidades administrativas: a) Gabinete da Reitoria; b) Assessoria Jurídica; c) Assessoria de Assuntos Estratégicos; d) Assessoria de Cooperação Interinstitucional e Internacional; e) Assessoria de Comunicação; f) Secretaria Geral e dos Conselhos superiores; g) Comissão permanente do pessoal docente – CPPD;

h) Comissão permanente do pessoal técnico administrativo – CPPTA; i) Auditoria Interna; j) Unidades descentralizadas (UFRA, 2004). Este último corresponde aos *campi* interiorizados que atualmente são situados nos municípios de: Paragominas, Parauapebas, Capitão Poço, Capanema e Tomé-Açu, todos localizados no Estado do Pará.

A Universidade Federal Rural da Amazônia é constituída de quatro Institutos Temáticos, que são as unidades responsáveis pela execução do ensino, da pesquisa e da extensão, possuindo caráter inter, multi e transdisciplinar em áreas do conhecimento, a saber: Instituto Sócio Ambiental e Recursos Hídricos (ISARH); Instituto Ciberespacial (ICIBE); Instituto de Ciências Agrárias (ICA); e Instituto de Saúde e Produção Animal (ISPA). Como parte de apoio e vinculados a estes institutos, a UFRA possui três Fazendas Escolas, as quais funcionam como um local de prática e experimentação científica, localizadas nos municípios paraenses de Igarapé Açu, Castanhal e Benfica.

Com relação as Pró-reitorias, tanto o Estatuto da Universidade que é do ano de 2003, quanto o Regimento Geral, trazem o detalhamento de quatro Pró-reitorias as quais são descritas as seguintes atribuições:

- I- PLANEJAMENTO E GESTÃO (PROPLAGE) – Responsável pela formulação e implementação das políticas de pessoas, patrimonial e de controle orçamentário, que compõem a estrutura organizacional da Instituição.
- II- ENSINO (PROEN) – Responsável pela formulação e implementação das políticas de ensino de graduação e pós-graduação.
- III- PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO (PROPED) – Responsável pela formulação e implementação das políticas e dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, conduzidos no âmbito dos Institutos.
- IV- EXTENSÃO (PROEX) – Responsável pela formulação e implementação das políticas e dos programas de extensão universitária a serem executados pelos Institutos, visando à interação da Universidade com a sociedade (UFRA, 2004).

Contudo, diante da expansão da Universidade houve a necessidade de departamentalizar ainda mais sua estrutura, desta forma por meio da Resolução nº. 60, de 28 de junho de 2013, do Conselho Universitário (Consun), foi aprovada a criação de novas pró-reitorias no âmbito da UFRA, ficando assim a relação das mesmas (UFRA, 2013a):

- PROPLADI – Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
- PROAES – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
- PROGEP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
- PROAF – Pró-Reitoria de Administração e Finanças
- PROEN – Pró-Reitoria de Ensino
- PROEX – Pró-Reitoria de Extensão
- PROPED – Pró-Reitoria de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

Esta reestruturação organizacional permitiu o desmembramento da antiga PROEN que era responsável pelo ensino e pelos assuntos estudantis em PROEN e PROAES; e a PROPLAGE, responsável pelo planejamento e gestão, inclusive a de Pessoas, desmembrou-se em PROAF, PROPLADI e PROGEP.

Desta forma, a antiga PROPLAGE tem suas atribuições reduzidas ao se tornar PROAF e nesta pró-reitoria que são concentrados os setores que operacionalizam as compras da instituição, objeto de pesquisa da presente dissertação, destarte faz-se necessário detalhar as subdivisões desta pró-reitoria.

A PROAF é responsável pela formulação e implementação das políticas patrimoniais e de controle orçamentário da Instituição, tendo como apoio para estas funções quatro Superintendências, a Prefeitura do *campus*, e a Comissão Permanente de Licitação (CPL). No processo aquisitivo da Universidade as unidades administrativas da PROAF que possuem maior grau de inserção no processo são: a Superintendência de Patrimônio e Material; a Prefeitura do *campus*, e a Comissão Permanente de Licitação (CPL).

A Superintendência de Patrimônio e Material (SPM) é responsável pelo planejamento e coordenação das atividades vinculadas ao patrimônio e material da instituição. Esta é a que possui maior grau de interação na atividade de aquisição de bens da Universidade, possuindo três divisões: Compras, Patrimônio e Almoxarifado. A Divisão de Compras é a unidade administrativa que operacionaliza o processo de compra da instituição. A Divisão de Patrimônio é responsável por gerenciar os bens permanentes da instituição. E a Divisão de Almoxarifado é responsável por gerenciar os bens de consumo da instituição.

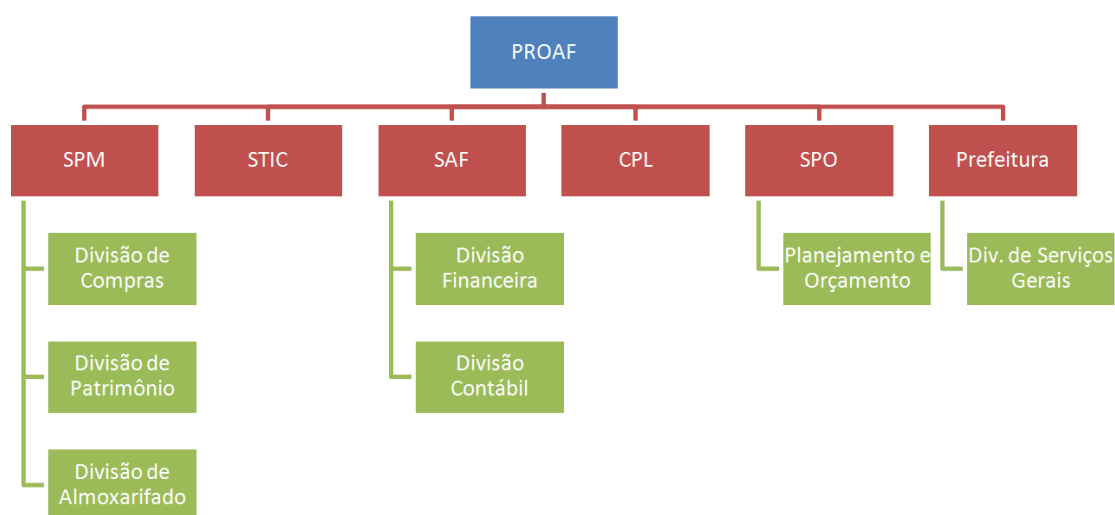
O papel da Prefeitura do *campus* no contexto do processo de aquisição está

relacionado com os procedimentos licitatórios para execução das obras estruturais da instituição e com as licitações de serviços prestados a Universidade.

A Comissão Permanente de Licitação (CPL) tem como principal atribuição realizar os procedimentos licitatórios para aquisição de bens e serviços para a Universidade Federal Rural da Amazônia em consonância com a legislação vigente.

Estas unidades administrativas possuem uma ligação direta no processo de aquisição da Universidade. As compras seguem um fluxo processual, onde cada unidade que se relaciona tem uma incumbência específica, de maior ou menor grau de relevância no processo, este rito será descrito na seção seguinte.

Figura 04 – Organograma da PROAF – UFRA - 2014



Fonte: elaborado pelo autor.

3.3 Fluxo do processo de compras

As aquisições de bens na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) ocorrem de duas formas, por meio das compras e do recebimento de doações. No que se referem às compras, estas ocorrem de quatro maneiras: (1) processos licitatórios gerenciados pela própria instituição; (2) adesão à ata de registro de preços de outras instituições; (3) compra por dispensa de licitação; e (4) inexigibilidade de licitação, conforme ilustrado pela figura a seguir.

Figura 05 - Tipos de compras na UFRA

Fonte: elaborado pelo autor

A maior parte das compras na Universidade Federal Rural da Amazônia ocorre por meio das licitações gerenciadas pela própria instituição, todavia a Universidade não possui uma agenda de compras oficialmente instituída, e assim as licitações ocorrem conforme surgem às necessidades das unidades ou ao término da vigência da ata do processo licitatório do ano anterior. Determinadas unidades possuem a responsabilidade de iniciar o processo licitatório, por conta das atribuições inerentes ao setor ou ainda em decorrência de legislações, como se exemplifica no quadro a seguir:

Quadro 04- Relação de processos licitatórios x unidade responsável

Unidade Administrativa	Processo Licitatório	Responsabilidade
Divisão de Almoxarifado	- Material de Expediente - Água Mineral - Gás GLP engarrafado - Material de Limpeza	Atribuições do setor
Divisão de Patrimônio	- Mobiliários em geral	Atribuições do setor
Biblioteca	- Livros e periódicos	Atribuições do setor
Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação	- Equipamentos de Informática - Suprimentos de Informática - Serviços de Informática	Decorrência de legislações
Restaurante Universitário	- Gêneros Alimentícios	Atribuições do setor

Fonte: elaborado pelo autor

Contudo, nem todos os materiais necessários para as atividades da instituição podem ser previamente determinados e ainda, como a UFRA é uma instituição de

ensino e pesquisa, naturalmente surgem necessidades novas a todo instante, além de haver a necessidade de materiais muito específicos. Assim é instituído na UFRA que cada unidade pode demandar e iniciar um processo licitatório individualmente. Esta prática também é adotada entre os *campi*, onde são gerados processos licitatórios individuais, acarretando em retrabalhos e varias licitações para um mesmo objeto²⁶.

O processo de aquisição de bens e serviços na UFRA segue um fluxo que vai desde a formalização do processo licitatório até o ato de recebimento do material, este rito é ilustrado nas duas seções seguintes.

3.3.1 Formalização do processo licitatório

Ao se abrir um processo licitatório, inicialmente é formalizado um processo interno da instituição, contendo a justificativa para aquela licitação e o Termo de Referência²⁷, este último contém o detalhamento dos itens a serem licitados e o valor de referência, pesquisados entre fornecedores, para balizar as cotações deste futuro certame. Após isso o processo segue para o aval do gestor máximo da Pró-reitoria ou do Instituto que a unidade demandante pertence.

Em seguida o processo segue para a Pró-Reitoria de Administração e Finanças (PROAF) a qual analisa o pleito e caso seja favorável, encaminha o processo a sua Superintendência Orçamentária (SPO) para verificar se há limite orçamentário disponível para que seja realizada a licitação. Após esta verificação o processo é retornado a PROAF que o encaminha a Comissão Permanente de Licitação (CPL) para que seja iniciada a confecção do edital de licitação de acordo com o projeto básico, memorial descritivo ou termo de referência elaborado pelo interessado.

Posteriormente o processo segue para a Procuradoria Federal junto à Universidade (PF/UFRA) que analisa e emite parecer acerca do edital, sugerindo, eventualmente, modificações a fim de adequá-lo à legislação, o processo fica neste ciclo entre a CPL e PF/UFRA até que não haja correções a serem realizadas. Após

²⁶ Podendo caracterizar em alguns casos o 'fracionamento de despesa', que consiste dividir a despesa para utilizar modalidades de licitação inferior à recomendada pela legislação para o total da despesa, que é vedado pelo § 5º do art. 23 da Lei 8.666/1993.

²⁷ O Termo de Referência é parte integrante do "contrato" celebrado entre a instituição e o fornecedor, visando à execução de um produto (Fonte: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Estrutura_TR_01112007.pdf)

isso o processo retorna a CPL, que prosseguirá com os procedimentos licitatórios: (1) publicação do edital e do aviso de licitação, (2) realização do certame em sessão pública e de forma virtual, (3) indicação (adjudicação) da empresa que atendeu às condições previstas no edital e ofereceu as melhores condições conforme o edital.

Após estas fases o processo segue para a fase de homologação do resultado, ato realizado pelo Ordenador da despesa – o Reitor da Universidade - que representa a validação de todo o processo licitatório, tornando-o disponível para ser utilizado na aquisição dos bens e serviços da instituição.

A seguir o processo é encaminhado para a Superintendência de Patrimônio e Material (SPM), o qual o encaminha para a Divisão de Compras (DAM) que o mantém armazenado de forma permanente. Ao chegar nesta divisão são confeccionados os documentos de vínculo jurídico entre a Universidade e os fornecedores. Caso o processo licitatório tenha sido realizado por meio de pregão da forma tradicional, na qual todos os itens licitados obrigatoriamente têm que ser adquiridos, o documento produzido é o Contrato, um para cada empresa vencedora do certame. A outra situação é quando o processo licitatório foi realizado pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) ²⁸, neste caso os documentos confeccionados são a Ata de Registro de Preço e um Extrato, um para cada fornecedor.

Após a confecção da Ata ou Contrato em três vias, este documento segue para a assinatura do gestor máximo da instituição – o Reitor – e em seguida é encaminhada via correios de forma registrada para os fornecedores vencedores do processo licitatório. Na correspondência segue a instrução de que uma cópia deve permanecer com o fornecedor e as outras duas devidamente assinadas, devem ser reencaminhadas para a UFRA.

Ao retornar as duas vias da Ata de Registro de Preço, uma é arquivada na CPL e a outra vai compor o processo licitatório, caracterizando o aceite e o registro da empresa em fornecer conforme as regras e prazos estabelecidos. Após isso o Extrato é publicado no Diário Oficial da União (DOU), cumprindo o princípio constitucional da publicidade. Concomitante, na CPL ocorre o registro da data da assinatura do documento no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), somente a partir da execução deste processo que o Sistema Integrado de

²⁸ No Decreto Nº 7.892/2013 é descrito o conceito de Sistema de Registro de Preço como um “conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras” (BRASIL, 2013).

3.3.2 Fluxo processual do pedido de compra

Em relação ao Processo de Pedido de Compra, a Divisão de Compras fica aguardando ser formalizado pelas unidades administrativas por meio de um processo interno no qual é informado o processo licitatório, os itens e as quantidades. Este processo segue para o aval do gestor máximo ao qual a unidade solicitante é vinculada. Caso o solicitante não seja o formulador do processo licitatório, o processo deverá seguir para o formulador autorizar ou não a compra daquelas quantidades em vista a não comprometer o seu planejamento de atividades, materializada em parte naquela compra.

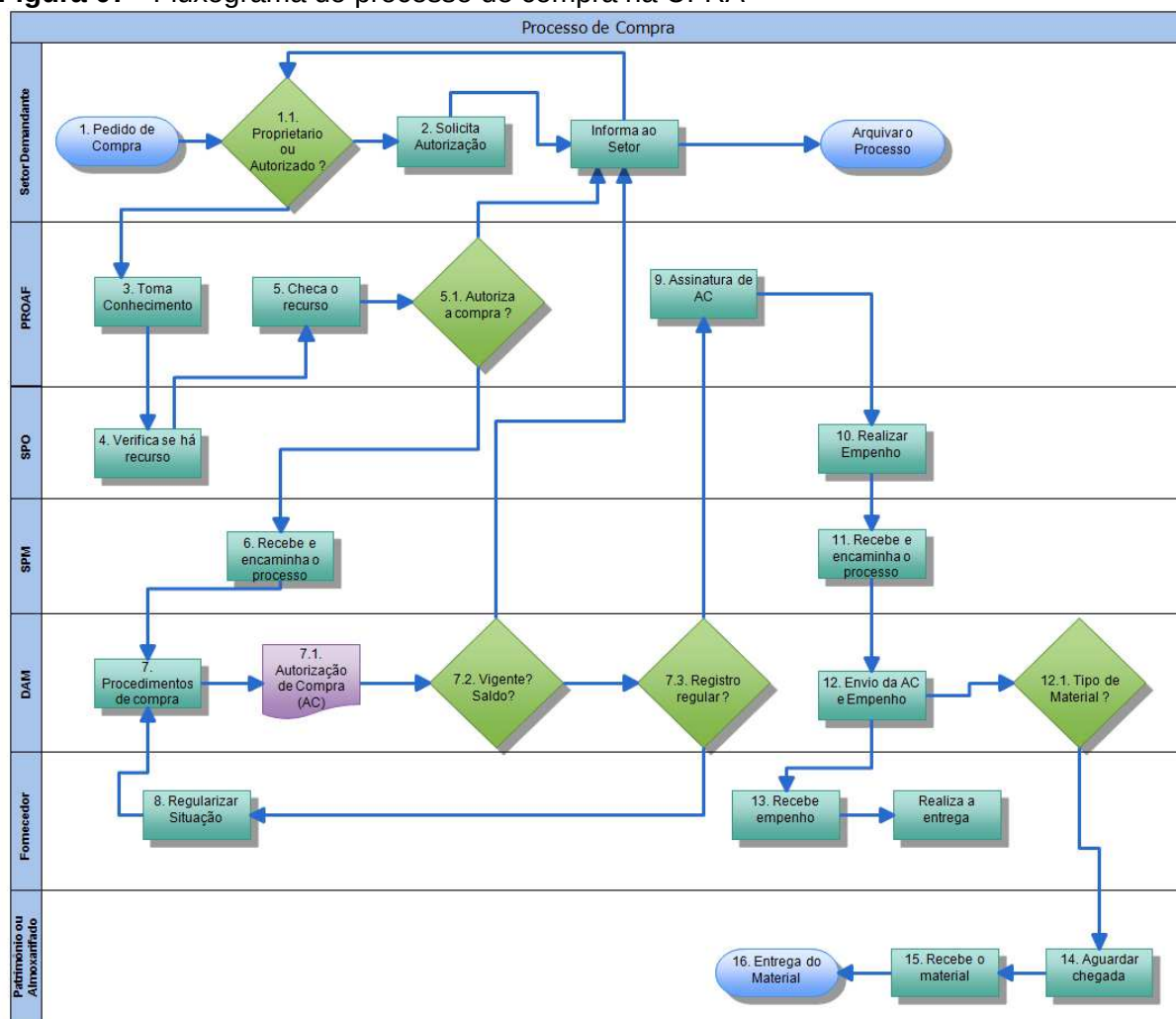
Com as devidas autorizações o processo segue para a PROAF tomar conhecimento e encaminhar para a SPM, que por sua vez o encaminha para a Divisão de Compras. Nesta divisão é verificado se o pregão está vigente, se há saldo disponível para compra e se o fornecedor encontra-se com o seu registro regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Após estas verificações é confeccionado o documento Autorização de Compra (AC), no qual são concentrados todos os dados do pregão, material, quantidades e do fornecedor, além do enquadramento e codificação do material conforme o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

O processo é encaminhado novamente para a PROAF, a qual registra ciência e anuência ao pedido de compra, por meio da assinatura do documento AC e em seguida encaminha o processo para a SPO, onde será realizada a Nota de Empenho em favor da empresa e o registro na Matriz de Alocação Interna de Recursos Orçamentários (Mairo) que auxilia no controle das cotas e execuções orçamentárias.

O processo é retornado para a SPM que o encaminha para a Divisão de Compras para que seja enviada uma cópia da Nota de Empenho e da Autorização de Compra a empresa fornecedora. Neste momento é iniciada a contagem do prazo, conforme estabelecido no edital, para a empresa entregar os materiais solicitados na Autorização de Compra em vista a receber o pagamento conforme a Nota de Empenho. Por fim o processo é encaminhado para Divisão de Almoxarifado ou Divisão de Patrimônio – de acordo com o tipo de material – para aguardar a chegada do material, e se este estiver de acordo com a licitação, o processo segue junto a

Nota Fiscal para a SAF, para que seja realizado o pagamento.

Figura 07 - Fluxograma do processo de compra na UFRA



Fonte: elaborado pelo autor.

A descrição do fluxo do processo de compras da Universidade Federal Rural da Amazônia é de fundamental importância para a compreensão do atual cenário de aquisições na Universidade.

3.4 Cenário da pesquisa

A presente dissertação tem como objeto de pesquisa as Compras Públicas Sustentáveis, que visam incorporar critérios sustentáveis nas aquisições governamentais, ampliando e fomentando a produção e consumo de bens sustentáveis. No sentido de contextualizar o citado objeto ao *locus* da pesquisa, identificaram-se na Universidade as pessoas envolvidas no processo aquisitivo da

Instituição; os processos de aquisições da Universidade; e os recursos financeiros utilizados na aquisição de bens e serviços, relacionando-os ao quadro das Compras Públicas Sustentáveis.

A Universidade Federal Rural da Amazônia possui uma população de 5.316 pessoas, entre servidores técnico-administrativos, servidores terceirizados, alunos e professores, distribuídos em Belém e nos *campi*, conforme detalhamento abaixo.

Quadro 05 – Detalhamento da população da UFRA

Vínculo com a Instituição	Quantidade	%
Servidores técnico-administrativos	440	8,28
Servidores docentes	348	6,55
Servidores terceirizados	147	2,77
Alunos de graduação	4.164	78,33
Alunos de pós-graduação	217	4,08
Total	5.316	100,00

Fonte: UFRA (2014b *apud* SGDP/PROGEP, 2014; SIGAA/PROEN, 2014).

Deste universo tem-se o quantitativo de 440 servidores técnico-administrativos que atuam nos atos administrativos e parte destes, na gestão da instituição. Outro estrato da população que têm um papel relevante na gestão da Universidade são os servidores docentes, seja de forma direta por exercerem funções em cargos administrativos ou de forma indireta por intermediar e encaminhar as demandas dos cursos e dos alunos, que posteriormente se materializará por meio das compras na instituição.

Como descrito, na seção que trata do fluxo processual das compras na UFRA, há unidades administrativas que atuam de forma mais direta no processo de aquisição de compras da instituição, relaciona-se estas unidades e detalham-se os quantitativos de funcionários no quadro a seguir.

Quadro 06 – Quantitativo de servidores ligados diretamente ao processo de compra

Unidade Administrativa	Quantidade de Servidores			
	Efetivo	Gestor	Docente	Total
Pró-Reitoria de Administração e Finanças	1	2	-	3
Comissão Permanente de Licitação	2	1	-	3
Procuradoria Federal junto à UFRA	0	1	-	1
Superintendência de Patrimônio e Material	1	1	-	2
Divisão de Compras	3	1	-	4
Divisão de Almoxarifado	1	1	-	2
Divisão de Patrimônio	3	1	-	4
Totais	11	8	-	19

Fonte: elaborado pelo autor.

Além da estrutura de recursos humanos, a Universidade investe parte dos recursos financeiros na aquisição de bens e serviços. Ao longo dos anos de 2010 a 2014 a Universidade Federal Rural da Amazônia realizou a compra de aproximadamente 4,2 milhões de itens, alcançando o montante financeiro de R\$ 216 milhões computados sob o regime de caixa³⁰, entre materiais permanentes, de consumo, obras e serviços.

Quadro 07 – Quantidade de itens adquiridos por modalidade de licitação, UFRA: 2010 a 2014

Modalidade de Licitação	Quantidade de Itens adquiridos					
	2010	2011	2012	2013	2014	Total geral
Concorrência	-	4.775	667	13	4	5.459
Dispensa de Licitação	2.066	10.378	1.821	469	111	14.845
Inexigibilidade de Licitação	2	13	23	15	24	72
Pregão	830.051	1.552.410	783.371	768.036	265.528	4.199.396
Tomada de Preços	12	11.051	3	1	-	11.067
Total geral	832.131	1.578.627	785.885	768.534	265.667	4.230.884

Fonte: Elaborado pelo autor / Dados do sistema DW-Siasg

³⁰ A referência ao 'regime de caixa' tem o intuito de realçar que as compras podem ter sido iniciadas em um ano e concretizadas no ano subsequente. Desta forma a computação dos dados é realizada no ato da concretização.

Quadro 08 – Quantitativo financeiro de aquisições por ano e modalidade de licitação.

Modalidade de Licitação	Montante financeiro investido (em mil R\$)					
	2010	2011	2012	2013	2014	Total geral
Concorrência	0,00	8.878	917	20.171	9.463	39.430
Dispensa de Licitação	6.564	5.579	8.558	16.162	15.115	51.980
Inexigibilidade de Licitação	24	226	194	966	352	1.763
Pregão	6.173	47.631	21.535	25.460	13.497	114.299
Tomada de Preços	6.410	839	836	849	0,00	8.936
Total geral	19.172	63.156	32.041	63.610	38.428	216.410

Fonte: Elaborado pelo autor / Dados do sistema DW-Siasg

Tal montante pode e deve ser utilizado com critérios de sustentabilidade nas aquisições da Universidade. Contudo, a Controladoria-Geral da União (CGU) ao realizar auditoria na UFRA no ano de 2011, referente à gestão de 2010, constatou que a Unidade Jurisdicionada (UJ) “não adotou em 2010 critérios de sustentabilidade ambiental em seus processos de aquisição de bens, contratação de serviços ou de obras” (PARÁ, 2011, p.19). Em 2012 a CGU realizou nova auditagem na Universidade e constata que “UJ não adotou em 2011 critérios de sustentabilidade ambiental em seus processos de aquisição de bens, contratação de serviços ou de obras” (PARÁ, 2012, p.10).

Estas constatações apresentam um cenário de contradição em relação aos princípios institucionais da Universidade Federal Rural da Amazônia. Em sua missão é descrita que a Universidade objetiva “formar profissionais qualificados, compartilhar conhecimentos com a sociedade e **contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia**” (UFRA, 2014a, p.12, grifo nosso), sendo dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Esta autonomia é tratada em seu Estatuto, que no artigo 2º que traz:

A autonomia da Universidade Federal Rural da Amazônia visa garantir a liberdade de pensamento, a livre produção e transmissão do conhecimento e a **autogestão racional de seus recursos** e meios **para o fiel atendimento aos princípios e às normas estabelecidas na legislação em vigor** (UFRA, 2003, p.04, grifo nosso).

Outra constatação que ratifica um discurso sustentável da Universidade é vista em seu Planejamento Estratégico Institucional (período: 2014 a 2024), onde a

Universidade Federal Rural da Amazônia declara os seus valores, dos quais traz o de 'responsabilidade social e ambiental', descrevendo-o assim:

Responsabilidade social e ambiental - produzir conhecimento consciente da importância de compartilhar os resultados com a sociedade e com a **valorização dos serviços ambientais** produzidos pela natureza **em benefício do bem-estar social** (UFRA, 2014a, p. 12, grifo nosso).

3.5 Síntese do capítulo

No presente capítulo iniciou-se com a descrição do *locus* do estudo; da estrutura organizacional; e do fluxo dos processos de compras, relacionando-o com o objeto da pesquisa, que trata das Compras Públicas Sustentáveis. Identificou-se no cenário da pesquisa: os processos de compra da instituição; as pessoas envolvidas; e os recursos empregados.

Identificou-se uma discrepância entre o discurso e a prática da sustentabilidade na organização, especificamente por meio das aquisições de bens e serviços. Assim, para auxiliar na compreensão desta divergência o capítulo a seguir traz um conjunto de métodos e técnicas utilizados de forma sistemática, com o intuito de realizar o cruzamento do cenário das aquisições da UFRA em relação às teorias vistas no capítulo dois.

4 MÉTODOS E TÉCNICAS

No presente capítulo expõe-se a fundamentação metodológica na qual se ancora a pesquisa, seguido da caracterização da pesquisa, procedimentos técnicos e finaliza-se com a síntese do capítulo.

4.1 Fundamentação metodológica

Ao se propor investigar a ocorrência de um fenômeno como objeto de estudo, deve-se buscar consistência e coerência, obedecendo a uma lógica. Este é o sentido da metodologia, que tem como pressuposto dar uma “orientação geral que facilita planejar uma pesquisa, formular hipótese, coordenar investigações, realizar experiências e interpretar os resultados” (FACHIN, 2010, p. 29).

Assim, o ato de pesquisar tem por finalidade “descobrir respostas para questões, mediante a aplicação de métodos científicos” Selltiz (1965 *apud* LAKATOS; MARCONI; 2012, p.2). Desta forma, neste capítulo é descrita a metodologia da presente pesquisa, sistematizada por meio dos métodos e das técnicas.

4.2 Caracterização da pesquisa

A presente dissertação objetiva que os resultados obtidos possam ser utilizados na prática, caracterizando-se assim, como uma pesquisa aplicada. A pesquisa aplicada, apesar da finalidade prática, pode contribuir “teoricamente com novos fatos para o planejamento de novas pesquisas ou mesmo para a compreensão teórica de certos setores do conhecimento” (TRUJILLO FERRARI, 1982, p. 171).

Para isso, a metodologia da pesquisa está estruturada quanto à abordagem na perspectiva quantitativa que permitirá transformar os dados com representação numérica em informações relevantes para a pesquisa através de instrumentos estatísticos. A pesquisa realizada é caracterizada como um estudo de caso, desenvolvido na Universidade Federal Rural da Amazônia. Este tipo de pesquisa “envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento” (FARIAS FILHO; ARRUDA FILHO,

2013, p. 66).

Quanto aos objetivos da pesquisa é utilizado o método descritivo, posto que descreve “as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (FARIAS FILHO; ARRUDA FILHO, 2013, p. 63). Com relação aos procedimentos técnicos utilizados, estes encontram-se descritos na seção a seguir.

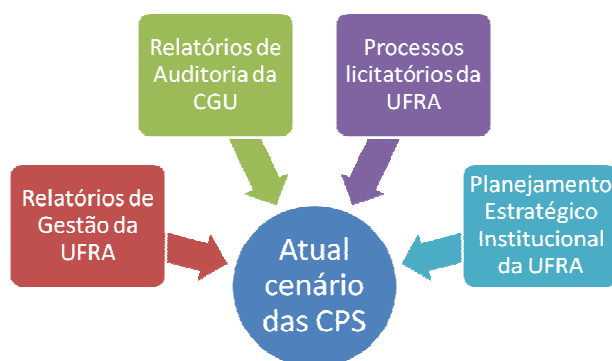
4.3 Procedimentos técnicos

Para alcançar o objetivo propostos na presente pesquisa, foram definidos alguns objetivos específicos, os quais se buscam atingir ao longo desta pesquisa, bem como testar as hipóteses inicialmente levantadas. Nesta seção será descrito os procedimentos utilizados para tanger tais objetivos.

4.3.1 Levantamento de dados documentais

Para atender ao objetivo de “identificar o atual cenário de utilização das Compras Públicas Sustentáveis nos processos licitatórios da instituição”, foi realizado um amplo levantamento de dados primários e secundários. Como fonte de dados primários foi realizada a coleta de dados acerca dos processos licitatórios ocorridos na Universidade em relação aos dados secundários foram utilizados relatórios de fontes interna e externa. O detalhamento da fonte de informação e a relevância de tais dados para o objetivo da presente dissertação são descritas a seguir.

Figura 08 – Esquema visual de identificação da utilização das CPS na UFRA



Fonte: elaborado pelo autor.

Na perspectiva de dados secundários, foram coletadas informações provenientes do Relatório de Gestão³¹ da Universidade Federal Rural da Amazônia, do período compreendido entre 2010 a 2014. Nestes relatórios, são apresentados os principais dados que retratam a atuação da Universidade, distribuído de forma a mostrar em detalhes todas as atividades desenvolvidas na instituição, servindo de ferramenta para avaliação das estratégias de planejamento, das políticas de trabalho e dos indicadores institucionais. Estes relatórios mostram-se relevantes para a pesquisa, posto que há neles um segmento que trata da Gestão Ambiental na Universidade, onde por meio de formulários específicos a Universidade auto-avalia a “Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis” e o “Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água”.

Em contra ponto a própria avaliação que a Universidade realiza em seu Relatório de Gestão, será avaliado também os Relatórios de Auditorias Anuais de Contas realizados pela Controladoria-Geral da União (CGU). Esta avaliação é decorrente da competência legal da CGU, descrita ao longo do Art. 18 da Lei 10.683/2003, na qual se destaca o inciso IV: “realizar inspeções e avocar procedimentos e processos em curso na Administração Pública Federal, para exame de sua regularidade, propondo a adoção de providências, ou a correção de falhas” (BRASIL, 2003). Este relatório é realizado como uma fonte de controle externo, onde auditores verificam a concordância dos dados disponibilizados no Relatório de Gestão (RG) da Universidade e emitem um laudo, fazendo recomendações para ajustar possíveis discrepâncias entre o descrito no RG e a realidade percebida. Um dos pontos avaliados neste Relatório de Auditoria de Contas é o da ‘Sustentabilidade Ambiental em Aquisições de Bens e Serviços’, assim sendo, o conhecimento e análise do referido documento são de fundamental relevância para a pesquisa.

Ainda será utilizado no subsidio de informações o Planejamento Estratégico Institucional da Universidade que prevê um conjunto de objetivos e metas para serem desenvolvidos no período de 2014 a 2024. Cabe identificar neste documento o grau de relevância atribuído as compras com critérios sustentáveis, posto que tal documento guiará as ações de uma década na Universidade. Outro fator de relevância é que neste documento são definidas e descritas a missão, visão e os

³¹ Este relatório é uma exigência legal, conforme Instrução Normativa - TCU Nº 63, de 1º de Setembro de 2010.

valores da Universidade, princípios institucionais que norteiam as ações e influencia as percepções na população da UFRA. As percepções dos servidores é o segundo objetivo da pesquisa e será descrito na próxima seção.

Como fonte primária de informações buscou-se dados acerca de todos os processos licitatórios realizados na instituição no período compreendido entre 2010, ano em que se iniciou a obrigação legal de adquirir bens e serviços com critérios sustentáveis, ao ano de 2014. A coleta dos referidos dados será feita de forma automatizada por meio da utilização de várias API³² (do acrônimo inglês: *Application Programming Interface*) disponibilizadas no Portal Brasileiro de Dados Abertos³³, o qual congrega uma série de dados acerca das ações e resultados das políticas públicas no âmbito da Administração Pública Federal. A disponibilização de dados abertos governamentais é uma forma de promoção da transparência e participação na Administração Pública.

Os dados disponibilizados no referido Portal podem ser visualizados paginados³⁴ no próprio site, esta forma de visualização acrescida com a ausência de disponibilização de ferramentas que realizem filtragens e cruzamento de dados online, inviabiliza a utilização apenas do site do Portal Brasileiro de Dados Abertos. Assim, será utilizado como alternativa o download dos dados sob o formato de arquivo CSV (*Comma-separated values*), que são arquivos que possuem dados organizados e separados por vírgulas. Este tipo de arquivo é universalmente utilizado na importação e exportação entre diversos softwares de tabulação e manipulação de dados.

A “API de Compras Governamentais” (disponível em <http://compras.dados.gov.br>) possui cinco módulos: Contratos; Fornecedores; Licitações; Materiais; e Serviços. Inicialmente será extraída do Módulo ‘Licitações’, a relação de todas as licitações realizadas pelos órgãos do Governo Federal, em seguida tais dados serão carregados em um software do tipo de gerenciamento de

³² É um conjunto de rotinas estabelecidas que permite a utilização das funcionalidades de um aplicativo, sem a necessidade de detalhar todos os detalhes deste aplicativo. Uma das principais vantagens desta tecnologia, além da agilidade no acesso, é a possibilidade de utilizar informações menos evidentes aos usuários tradicionais.

³³ “Dados Abertos são dados que são livremente disponíveis para todos utilizarem e redistribuírem como desejarem, sem restrição de licenças, patentes ou mecanismos de controle. Na prática, a filosofia de dados abertos estipula algumas restrições tecnológicas para que os dados sejam legíveis por máquina”. (Fonte: <http://dados.gov.br/faq/#q2>).

³⁴ A paginação de dados refere-se à quebra de um grande volume de informações em inúmeras páginas, permitindo a visualização mais rápida, contudo de forma parcial em relação a todo o montante de informações.

banco de dados³⁵. Os dados serão armazenados no formato de tabela, a qual permitirá filtrar os processos licitatórios realizados por qualquer órgão da Administração Pública Federal, no caso da presente dissertação será filtrado pelo *locus* da pesquisa, a Universidade Federal Rural da Amazônia.

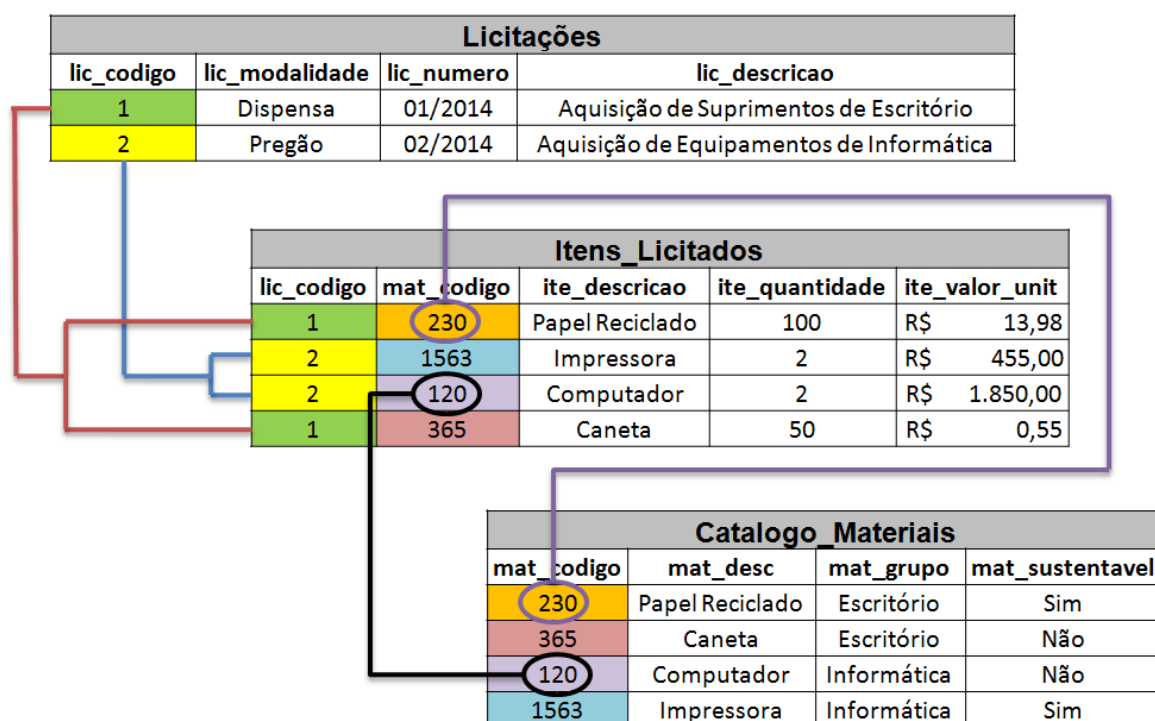
Na recém-criada tabela de licitações existe um campo denominado 'itens da licitação' o qual descreve um link para cada licitação realizada pela Universidade. Cada link aponta para um subconjunto de dados, os quais detalham as informações da licitação, tais como: descrição e código do item licitado, fornecedor vencedor do item, quantidades, valores estimados, entre outros. Diante da relação de links, será realizado o download dos dados referentes aos processos licitatórios efetuados pela Universidade, que serão representados por arquivos, um para cada processo licitatório. Após isso, todos estes arquivos serão carregados em uma única e nova tabela, que conterá de forma detalhada todos os itens já licitados pela UFRA no período de 2010 a 2014.

A posse da relação de todas as licitações realizadas pela Universidade e do respectivo detalhamento dos itens licitados, ainda não é suficiente para avaliar o grau de adesão das licitações da UFRA aos critérios sustentáveis. Neste sentido, buscou-se no Módulo 'Materiais' da mesma API, que é sincronizado com o Sistema de Catalogação de Material (CATMAT), que possui a relação de todos os diferentes itens já adquiridos por parte dos órgãos federais. No referido conjunto de dados, são disponibilizadas informações acerca de cada material, tais como: descrição, código, grupo, classe, sustentável, entre outros. O campo sustentável tem o intuito de informar se o material possui características sustentáveis ou não, assumindo os valores 'sim' e 'não'. A descrição do valor no campo sustentável é realizada pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que com base nas legislações vigentes e dados técnicos dos itens do catálogo, atribui um valor ao campo. De forma semelhante à coleta de dados já realizada, será procedido com o download dos dados em arquivo do tipo CSV, os quais irão alimentar uma nova tabela que permitirá filtrar todos os itens considerados sustentáveis, o que oportunizará criar um Catálogo de Materiais da Administração Pública Federal, com a possibilidade de realizar filtragens entre itens sustentáveis e não sustentáveis.

³⁵ São softwares que controlam o armazenamento, organização e recuperação de dados.

Ressalta-se que todas as consultas descritas e realizadas por meio da “API de Compras Governamentais”, não necessitam de autorização de acesso, ou seja, a utilização de usuário e senha, portanto podem ser realizado por qualquer indivíduo. Sucedidas as fases de coleta de dados e após a inserção destes dados, devidamente organizado em tabelas, no software de banco de dados, será realizado o cruzamento das tabelas, que resultará na lista das licitações da Universidade, com o detalhamento dos itens de cada licitação e a identificação destes itens quanto ao critério de sustentabilidade, conforme ilustrado na figura 09.

Figura 09 – Esquema de correlação de dados entre as tabelas



Fonte: elaborado pelo autor

Com o intuito de facilitar análise dos dados obtidos, sugere-se instrumentalizar a investigação por meio da utilização de indicadores. Os indicadores são métricas utilizadas na operacionalização da interpretação da realidade, transformando em uma representação simplificada desta realidade por um aspecto da mesma (JANNUZZI, 2009). Para isso propõe-se a criação e utilização de dois indicadores para analisar os dados e medir o nível de adesão do uso de critérios sustentáveis nas aquisições da Universidade Federal Rural da Amazônia: o Índice de Adoção de Critérios Sustentáveis na Licitação (ICSL) e a Taxa de Adoção de

Critérios Sustentáveis nas Aquisições (TACSA).

O Índice de Adoção de Critérios Sustentáveis na Licitação (ICSL) demonstra numericamente o grau de itens considerados sustentáveis em cada licitação. A metodologia de cálculo utilizada é descrita pela formulação:

$$ICSL = \frac{\sum_{i=1}^n QIS_i}{\sum_{i=1}^n QIL_i}$$

Onde a variável QIS representa a Quantidade de Itens Sustentáveis, obtido pelo somatório de todos os “i” itens de uma licitação que utilizam critérios sustentáveis até o enésimo (n); e a variável QIL (Quantidade de Itens da Licitação) representa o somatório de todos os itens desta mesma licitação. O ICSL gera um valor decimal que varia entre 0,00 e 1,00, o qual se pode interpretar utilizando como parâmetro de resultados, os seguintes intervalos: nível baixo (entre 0,00 e 0,29); nível intermediário (entre 0,30 e 0,59); nível bom (entre 0,60 e 0,89); e nível ideal (entre 0,90 e 1,00).

Quadro 09 – Quadro de referência de avaliação do ICSL

Faixa de Intervalo	Avaliação
0,00 a 0,29	Nível Baixo
0,30 a 0,59	Nível Intermediário
0,60 a 0,89	Nível Bom
0,90 a 1,00	Nível Ideal

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com relação à periodicidade, recomenda-se que o indicador ICSL deve ser calculado ao final de cada processo licitatório.

A Taxa de Adoção de Critérios Sustentáveis nas Aquisições (TACSA) demonstra o grau de aderência ao programa de Contratações Públicas Sustentáveis ao longo de um ano. A metodologia de cálculo utilizada é descrita pela formulação:

$$TACSA = \frac{\sum_{i=1}^n ICSL_i}{n} \times 100$$

Onde a variável ICSL[i] é o valor do índice ICSL referente ao processo licitatório 'i', e a variável 'n' representa o número de processos licitatórios realizados no ano. Desta forma, a TACSA necessita dos valores do ICSL de todas as licitações ao longo de um determinado ano. A TACSA gera um valor percentual que varia entre 0% e 100%, a qual se pode interpretar utilizando como parâmetro de resultados, os seguintes intervalos: nível baixo (entre 00% e 29%); nível intermediário (entre 30% e 59%); nível bom (entre 60 e 89%); e nível ideal (entre 90% e 100%).

Quadro 10 – Quadro de referência de avaliação do TACSA

Faixa de Intervalo	Avaliação
00% a 29%	Nível Baixo
30% a 59%	Nível Intermediário
60% a 89%	Nível Bom
90% a 100%	Nível Ideal

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação à periodicidade, a taxa TACSA deve ser calculada ao final de cada ano, no qual demonstrará a taxa de aquisições com critérios sustentáveis na instituição ao longo do ano.

A utilização dos indicadores ICSL e TACSA além de facilitar a análise dos dados coletados, permitirá o monitoramento das Compras Públicas Sustentáveis na Universidade, possibilitando identificar possíveis oportunidades e problemas, por meio da análise de comportamentos e inter-relações, com vista a garantir eficácia nas metas, eficiência dos recursos e efetividade das ações, além de permitir também avaliar e demonstrar os resultados obtidos.

4.3.2 Aplicação do *Survey* no *locus* da pesquisa

Para alcançar os objetivos específicos de (i) “analisar a perspectiva de sustentabilidade dos atores envolvidos nos processos de compra da Universidade” e (ii) “identificar as dificuldades do uso da legislação no que refere-se à utilização de critérios sustentáveis nas aquisições” será aplicado um *survey* a dois grupos de participantes: (1) participantes do processo de compras; e (2) os demandadores de bens e serviços. A pesquisa *survey* “é uma forma de levantamento que se caracteriza como estudo descritivo, porque oferece uma descrição da situação no momento da pesquisa” (FARIAS FILHO; ARRUDA FILHO, 2013, p. 63).

Surveys são frequentemente realizados para permitir enunciados descritivos sobre alguma população, isto é, descobrir a distribuição de certos traços e atributos. Nestes, o pesquisador não se preocupa com o porquê da distribuição observada existir, mas com o que ela é (BABBIE, 2003, p. 96).

O desenho do *survey* utilizado será o interseccional, caracterizado pela coleta dos dados realizado em um determinado momento. O questionário está estruturado em quatro seções, com perguntas fechadas e intervalares. A primeira seção busca descrever as características do entrevistado como: o vínculo com a instituição; a classe do cargo; o nível de escolaridade; a lotação; e verificar o exercício da função de gestor. A segunda seção do questionário investiga as questões relativas aos conceitos que permeiam as Compras Sustentáveis. A seção seguinte trata das Compras Sustentáveis na Universidade. E por fim na última seção o entrevistado auto-avalia o seu nível de conhecimento a cerca dos referidos temas.

O *survey* é composto por 26 assertivas³⁶, com graus de qualificação na escala *Likert*³⁷, organizadas em agrupamentos temáticos: relevância da sustentabilidade; conhecimento da legislação; e dificuldades de implementação. A escala foi elaborada com seis opções de resposta³⁸, variando de 1 (um) para maior nível de intensidade a 6 (seis) com um menor nível. As questões foram construídas com base nas referências teóricas, conforme detalhado no quadro 11.

³⁶ O *survey* encontra-se no Apêndice A, localizado na página 120.

³⁷ A escala *Likert* é um tipo de escala de avaliação de respostas, na qual o respondente atribui um grau de concordância com a assertiva descrita.

³⁸ O estabelecimento de seis pontos de avaliação foi para: (i) não admitir a neutralidade, posto que conta com um número par de pontos; e (ii) criar uma diferenciação entre os graus de concordância.

Quadro 11 – Referências teóricas para operacionalização do survey

Perspectiva de análise	Conceito	Definição Teórica	Questões
Relevância da Temática	Sustentabilidade	É a relação entre recursos naturais, o manejo adequado as especificidades das espécies e ecossistemas e as questões sociais envolvidas (SIMONIAN, 2007, p.27).	A01, A04 e B01
	Desenvolvimento Sustentável	O Desenvolvimento Sustentável significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais (BRUNDTLAND, 1987). Atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades (CNUMAD, 1988, p.46). Exploração sustentado dos recursos, a eficiência econômica e a equidade social (LENA, 2006; SIMONIAN, 2000A <i>apud</i> SIMONIAN, 2007, p. 27).	A02, A03, A04 e B02
	Uso do poder de Compra	A expressão “uso do poder de compra” tem em si uma idéia de capacidade de influência, que se apresenta como um “poder” (SILVA, 2008, p.61). A sociedade manifesta concordância de, fortuitamente, assumir sobrepreços em benefício das políticas de fomento a economia e ao desenvolvimento do país (MOREIRA; MORAIS, 2003).	A05, A06 e B04
	Compras Públicas Sustentáveis	Não se trata de priorizar produtos apenas devido a seu aspecto ambiental, mas sim considerar seriamente tal aspecto juntamente com os tradicionais critérios de especificações técnicas e preço (BRASIL, 2009, p.48). Na perspectiva de Biderman (2006), as Compras Sustentáveis devem ter como pressupostos: (i) aquisição de produtos de qualidade e responsabilidade, fomentando a produção sustentável; (ii) minimização de consumo; (iii) escolher produtos com menor impacto negativo aos recursos naturais; (iv) avaliar impactos e custos dos produtos ao longo de seu ciclo de vida. CPS consistem naquelas em que se tomam atitudes para que o uso dos recursos materiais seja o mais eficiente possível. (BRASIL, 2009)	A07, A08 e B03
Conhecimento da Legislação	Instrução Normativa 1/2010	Explicita da adoção de “critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional” (BRASIL, 2010). Deverão verificar a disponibilidade e a vantagem de reutilização de bens, por meio de consulta ao fórum eletrônico de materiais ociosos (BRASIL, 2010).	A09, A10 e B05

	Proposta mais vantajosa	A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável (BRASIL, 1993). Mais vantajosa não é a proposta de menor preço, mas a que se apresente mais adequada, mais favorável, mais consentânea com o interesse da Administração (COSTA, 2011).	A11 e B06
Dificuldades de Implementação	Resultados	Esses resultados raramente são percebidos, a não ser de forma muito pontual, pois as empresas carecem de mecanismos adequados para sua contabilização, razão pela qual consideram onerosos os gastos incorridos com a gestão e as certificação ambientais (BARATA, 2007, p. 168).	A12 e C01
	Educação Ambiental	Valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999). Matus (1989, p.39) destaca que “o mundo do homem é do tamanho dos conceitos que ele conhece”, e, portanto, ao correlacionar com o desconhecimento dos princípios do Desenvolvimento Sustentável por parte de um indivíduo, a percepção deste indivíduo será limitada e não contará com preocupações no entorno da sustentabilidade.	C02, C03 e C05
	Ações do Estado	Consciência sobre o poder de compra das autoridades locais no mercado e usá-lo para direcionar o desenvolvimento para soluções social e ambientalmente saudáveis. (BIDERMAN, 2006). O Estado até age, porém em descompasso com a celeridade dos processos destrutivos (SIMONIAN, 2007, p. 30) Sem um Estado efetivo, o desenvolvimento - econômico, social e sustentável - é impossível (FARAH, 2000). Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (...) remetendo a responsabilidade (...) ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).	C04, C06, C07 e C08

Fonte: elaborado pelo autor

Para a realização da pesquisa *survey* faz-se necessário dimensionar a amplitude da coleta de dados a ser realizada junto aos servidores, para isso descreve-se em seguida as considerações e os cálculos estatísticos realizados para a seleção dos sujeitos da pesquisa.

4.3.3 Seleção dos sujeitos da pesquisa

Como visto no capítulo três, a Universidade Federal Rural da Amazônia possui uma população de 5.316 indivíduos, sendo que destes alguns atuam de forma direta no processo de compra enquanto outros participam de forma indireta demandando suas necessidades. Assim, para efeitos da pesquisa dividiu-se os servidores em dois grupos: (1) participantes do processo de compras; e (2) os demandadores de bens e serviços.

O primeiro grupo, o de participantes do processo de compras, possui uma população de 19 servidores efetivos³⁹, diretamente relacionados nas atividades de compra, para este grupo será considerado a realização de um censo, que é a coleta das informações de todos os elementos de um determinado universo, que permite amplitude e exatidão dos dados coletados (FARIAS FILHO; ARRUDA FILHO, 2013).

Para o segundo grupo, composto pelos usuários demandadores de bens e serviços, será considerado na pesquisa a população de dois subgrupos, o dos técnico-administrativos com 440 servidores, e dos docentes com 348 servidores. A definição por estes dois subgrupos é decorrente do fato que os servidores técnico-administrativos atuam nos atos administrativos e parte destes na gestão da instituição, e em relação aos servidores docentes é decorrente que alguns atuam de forma direta exercendo funções em cargos administrativos e de forma indireta por intermediar e encaminhar as demandas dos cursos e dos alunos.

Assim, considerando o tamanho da população, de 788 servidores, será realizada uma amostragem, que se trata do processo de coleta das informações de parte da população, chamado de amostra, mediante métodos adequados de seleção destas unidades. A seleção de parte da população foi realizada pelo método da Amostragem Aleatória Estratificada (AAE), que consiste em subdividir a população em grupos homogêneos, denominados de estratos, segundo variáveis de interesse. A variável de interesse utilizada foi o tipo de vínculo com a Universidade.

O cálculo do tamanho mínimo da amostra foi realizado por meio da fórmula 01 descrita no quadro 12, onde N é o tamanho da população e n_0 é a primeira aproximação do tamanho da amostra, obtido pela fórmula 02 do quadro 12, sendo E o erro amostral máximo tolerável, que nesta pesquisa será considerado o percentual

³⁹ Conforme detalhamento do quadro 06 localizado na página 63.

de 5%.

Quadro 12 – Fórmulas e cálculos na definição do tamanho mínimo da amostra

Descrição da Fórmula	Representação gráfica da fórmula *	Cálculos e resultado
Fórmula 01 - Aproximação do tamanho da amostra	$n_0 = \frac{1}{E^2}$	$n_0 = \frac{1}{(5\%)^2} = \frac{1}{(0,05)^2} = 400$
Fórmula 02 - Tamanho mínimo da amostra	$n = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$	$n = \frac{788 \times 400}{788 + 400} = \frac{315200}{1188} = 265,31 \cong 265$
Fórmula 03 - Tamanho amostral de cada estrato	$n_h = n \times \frac{N_h}{N}$	$n_{tec} = 265 \times \frac{440}{788} = \frac{116600}{788} = 147,96 \cong 148$ $n_{doc} = 265 \times \frac{348}{788} = \frac{92220}{788} = 117,03 \cong 117$

Fonte: Elaborado pelo autor / Adaptado de Barbetta (2003).

Após os devidos cálculos para identificar o tamanho mínimo da amostra, foi obtido o valor $n = 265$ como quantidade mínima de questionários válidos distribuídos entre os dois estratos, o dos técnico-administrativos e dos docentes. A quantificação da amostra para cada estrato foi realizado pelo método de estratificação proporcional, que seleciona por meio do cálculo amostral a quantidade mínima de amostras para cada estrato, relacionando o tamanho do estrato com o tamanho da população em questão, para que o valor resultante seja representativo dentro de cada estrato.

Com base nos dados do detalhamento dos servidores por vínculo⁴⁰ e ainda com o resultado obtido do tamanho mínimo da amostra, realizou-se o cálculo do tamanho amostral de cada estrato, utilizando a fórmula 03 do quadro 12, onde n é o tamanho mínimo da amostra, Nh é o total populacional do estrato 'h' e N é o tamanho total da população, resultando para o estrato dos técnico-administrativos o valor de $n_{tec} = 148$; e para o estrato dos servidores docentes o valor de $n_{doc} = 117$.

Com isso, chegou-se ao resultado que para realizar uma pesquisa com dados cientificamente representativos, utilizar-se-á para o grupo dos 'participantes do processo de compras' a população de 19 servidores. Já para o grupo

⁴⁰ Descritos no quadro 05, localizado na página 62.

‘demandadores de bens e serviços’ será utilizada a amostra de 265 servidores, divididos em dois estratos, o dos técnico-administrativos e docentes.

4.4 Síntese do capítulo

Neste capítulo foram tratados dos métodos e técnicas utilizados para operacionalizar a presente pesquisa de dissertação. Inicialmente foi realizada uma descrição acerca das características da pesquisa, quanto a sua metodologia. Em seguida foi descrito os procedimentos técnicos de levantamentos de dados documentais, por meio de diversas fontes, bem como a forma de tratamento e análise destes dados. Posteriormente foi descrita a ferramenta de coleta de dados utilizada no *locus* da pesquisa, bem como evidenciado o cruzamento das referências teóricas com o referido instrumento de coleta de dados. Após, descreve-se a forma de seleção dos sujeitos da pesquisa, detalhando as quantidades e os estratos utilizados. No próximo capítulo será descrito os resultados levantados e devidamente analisados.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Ao longo deste capítulo são alinhavadas as teorias e a metodologia com o cenário da pesquisa, culminando na análise e discussão de acordo com os objetivos traçados. Inicialmente abordar-se-á o cenário das compras com critérios sustentáveis na Universidade federal Rural da Amazônia. Posteriormente, trata-se das perspectivas de sustentabilidade dos servidores da Universidade e das dificuldades de implementação de critérios sustentáveis nas compras da instituição.

5.1 Cenário das Compras Públicas Sustentáveis na UFRA

Com o intuito de identificar o atual cenário de utilização das Compras Públicas Sustentáveis nos processos licitatórios da Universidade Federal Rural da Amazônia, realizou-se o levantamento de dados documentais, dentre os dados, inicialmente usou-se os Relatórios de Gestão emitidos pela UFRA, no período de 2010 a 2014.

Os Relatórios de Gestão são um instrumento de transparência e prestação de contas anuais à sociedade, que detalha as ações desenvolvidas pela Universidade, de acordo com os termos do art. 70 da Constituição Federal de 1988.

Esses Relatórios são normatizados por Decisões Normativas do TCU, que anualmente detalham os itens e modelo a serem apresentados, dentre os quais, possui uma seção que trata da Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis. No período de 2010 a 2013, o TCU mantém um modelo de questionário com assertivas que utilizam a Escala de *Likert* para avaliação, sendo utilizado como legenda para os níveis de avaliação:

- (1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ. (UFRA, 2011, p.65)

Utilizou-se o valor zero para indicar questões que não foram contempladas em um determinado ano. Além das assertivas com graus de avaliação, o questionário possui um campo dissertativo e aberto, a qual a UJ pode tecer considerações acerca da gestão ambiental e Licitações Sustentáveis. No quadro 13 é realizada a comparação das assertivas realizada pela UFRA em seus Relatórios de Gestão, no período de 2010-2013.

Quadro 13 – Comparação das informações referente a Licitações Sustentáveis contidas no Relatório de Gestão da UFRA – Período: 2010 a 2013

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação			
	2010	2011	2012	2013
Licitações Sustentáveis				
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.	1	1	2	2
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	1	1	2	2
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).	1	1	2	3
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	1	1	1	1
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).	1	1	2	2
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	1	1	2	2
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	1	1	4	0
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	1	1	2	3
9. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	0	0	0	1
10. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.	0	0	0	1
11. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.	4	4	5	5
12. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	1	1	5	5
13. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	1	4	5	4
14. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.	1	1	1	0
15. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.	1	1	1	0

Fonte: Elaborado pelo autor / Adaptado de UFRA (2011); UFRA (2012); UFRA (2013b); UFRA (2014c); UFRA (2015).

Diante da comparação dos questionários presente nos Relatórios de Gestão, percebe-se que no período de 2010 a 2012, não houve mudança na estrutura das assertivas, contudo, a partir de 2013 foram inseridas questões como a 09 e 10, que tratam da temática de logística reversa e do plano de gestão de logística sustentável. Em relação às supressões, o Relatório de Gestão do ano de 2013 não possuía a questão que tratam da aquisição de veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos, representada pela assertiva 07. Outra supressão que se destaca é referente às campanhas de conscientização entre os servidores que visem à proteção ao meio ambiente e preservação de recursos naturais, e também ao uso racional de água e energia elétrica, realçadas nas assertivas 14 e 15.

Nos anos de 2010 e 2011 o Relatório de Gestão da Universidade Federal Rural da Amazônia, informa que não é utilizado critérios de sustentabilidade ambiental de suas licitações, por meio da resposta da assertiva 01. Em 2010 a UFRA informa que a comissão de licitação da UFRA já está “ciente das licitações sustentáveis e está readequando seus editais” (UFRA, 2011, p.69). No Relatório de Gestão de 2011, publicado em Março de 2012, a Universidade informa que a utilização de critérios sustentáveis nas compras é:

(...) relativamente nova tanto para a UFRA quanto para os fornecedores, estamos procurando uma forma de incluir nos editais de licitações tais critérios sem restringir a competitividade até porque nem todos os participantes de licitação estão com essa exigência consolidada na sua empresa, com isso diminuiria a quantidade de interessados. Por isso, ainda não acrescentamos estes critérios de sustentabilidade aos certames (UFRA, 2012, p.65).

A preocupação em não diminuir a quantidade de participantes, informada na justificativa da Universidade, é louvável e advertida no Art.2 da Instrução Normativa, que os critérios dos instrumentos convocatórios devem ser formulados de forma a não frustrar a competitividade. Contudo, a Instrução Normativa tem caráter obrigatório de utilização, sendo publicada em janeiro de 2010, e a Universidade após 27 meses da publicação da Norma, em seu Relatório de Gestão informar se tratar de algo ‘relativamente novo’.

Nos anos de 2012 e 2013, a Universidade informa no questionário que avalia as licitações sustentáveis no Relatório de Gestão que a utilização de critérios

sustentáveis é parcialmente aplicada, porém, em minoria. Nas considerações realizadas no ano de 2012 é informado que a Universidade “vem agindo no sentido de aplicar na sua plenitude a legislação aplicável a Licitações Sustentáveis” (UFRA, 2013a, p.81).

Por sua vez o Relatório de Gestão no ano de 2014 já apresenta uma estrutura diferente, ao invés de assertivas com graus de avaliação, este apresenta apenas 08 perguntas fechadas, tendo como opção de respostas na forma binário ‘Sim’ e ‘Não’. No relatório é informado ‘Sim’ para a indagação de número 03, que investiga a utilização de critérios sustentáveis nas contratações da Universidade. O quadro 14 demonstra os aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis apresentados no Relatório de Gestão do ano de 2014.

Quadro 14 - Informações referentes a Licitações Sustentáveis contidas no Relatório de Gestão da UFRA – 2014

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis	Avaliação	
	Sim	Não
01. Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
02. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
03. As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
04. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
05. A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
06. O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
07. O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
08. Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X

Fonte: UFRA, 2015, p.92

Apesar de ter sido destacado o posicionamento da Universidade em relação às compras com critérios sustentáveis por meio de seus Relatórios de Gestão, do quinquênio 2010 – 2014, estes relatórios são auto-avaliativos e dessa forma buscou-se também como fonte dados secundários os Relatórios de Auditoria Anual de

Contas (RAAC) realizados pela Controladoria-Geral da União (CGU) no referido quinquênio, com o intuito de fazer um contra ponto. Foram identificados na base de dados da CGU⁴¹, dois relatórios referentes aos exercícios de 2010 e 2011.

No Relatório de Auditoria Anual de Contas - Exercício 2010, a CGU comprova a não adoção de critérios de sustentabilidade ambiental nos processos de aquisição de bens, contratação de serviços ou de obras, informado no Relatório de Gestão emitido pela Universidade referente ao ano de 2010. O Relatório de Auditoria Anual de Contas - Exercício 2011, constata por meios dos trabalhos de auditoria que a Universidade não adotou em 2011 critérios de sustentabilidade ambiental em seus processos de aquisição de bens, contratação de serviços ou de obras, e ainda neste sentido afirma:

Trata-se de reincidência, visto que houve a mesma ocorrência no exercício anterior, sendo o fato objeto de recomendação no Relatório de Auditoria de Gestão do exercício de 2010, monitorada via Plano de Providências Permanente, mas que ainda não foi sanada pela IFES (PARÁ, 2012, p.10).

Desde então, a CGU, através de sua regional no Estado do Pará, vem exarando por meio de Notas Técnicas solicitações de providências referentes à adequação das compras da Universidade aos critérios de sustentabilidade ambiental. Dentre as quais, destaca-se a Nota Técnica 2.699/2014/CGU-Regional/PA/CGU-PR, registrada sob o número de processo 23084.022785/2014-06 e datado em 18/12/2014, a qual traz na 'Recomendação 005' um conjunto de solicitações referente à Gestão Ambiental, no meio destas, a de implantar plano/estratégia dos critérios de sustentabilidade ambiental nas aquisições da Universidade.

Percebe-se que até Dezembro de 2014 são realizadas solicitações quanto a providências no que tange a utilização de critérios de sustentabilidade ambiental em suas contratações. Referente a esta solicitação, a Universidade responde que já:

(...) instituiu a chamada Comissão de elaboração do Projeto de Logística Sustentável, (...), tal comissão encontra-se desenvolvendo o Plano de Logística Sustentável da instituição. Porém, vale ressaltar que, a Prefeitura nas suas aquisições já vem adotando medidas que

⁴¹ http://sistemas.cgu.gov.br/relats/relatorios.php?linha_atuacao=TODO&ano=&titulo=&ministerio=Educa%C3%A7%C3%A3o&ano_exercicio=&programa=TODO&uf=PA&municipio=TODO

visem a sustentabilidade ambiental, principalmente nas compras de equipamentos de ar-condicionado (...) (UFRA, 2015, p.103).

O Plano de Logística Sustentável (PLS) da Universidade Federal Rural da Amazônia, ainda em fase de construção, é um instrumento de planejamento institucional que se volta para a implantação das práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos na Universidade, buscando adequar todas as suas atividades aos requisitos da sustentabilidade e contribuir para alcançar a sua missão institucional. A referida missão foi declarada no Planejamento Estratégico Institucional da UFRA, publicado em 14 de agosto de 2015, o qual prevê um conjunto de objetivos e metas estratégicas que guiaram as ações da Universidade no período de 2014 a 2024.

Além da missão de “formar profissionais qualificados, compartilhar conhecimentos com a sociedade e contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia” (UFRA, 2015, p.13), o Planejamento traz um conjunto de valores dentre os quais um que trata da ‘Responsabilidade social e ambiental’, que se relaciona com a produção de “conhecimento consciente da importância de compartilhar os resultados com a sociedade e com a valorização dos serviços ambientais produzidos pela natureza em benefício do bem-estar social” (UFRA, 2015, p.14).

Ressalta-se que no Planejamento Estratégico Institucional da Universidade a questão da sustentabilidade é bem evidente:

A gestão da UFRA está em processo de evolução para alcançar plena democratização do desenvolvimento de suas atividades, ampliando a transparência, a interação participativa dos grupos de interesse e a racionalização da burocracia, com respeito ao meio ambiente, eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos públicos e na condução das políticas internas que orientam o desenvolvimento sustentável da instituição (UFRA,2015,p.18).

Ao destacar de forma veemente a sustentabilidade em sua missão, visão, valores e princípios institucionais, a Universidade assume um compromisso com a população da UFRA e com a sociedade, posto que o Planejamento Estratégico Institucional norteia e influencia as ações e percepções em uma Instituição.

Contudo, existe uma divergência entre o declarado em seu Planejamento Estratégico Institucional, o levantado pelos Planos de Providências Permanente da CGU e as informações declaradas nos Relatórios de Gestão da Universidade.

Diante disso, buscaram-se dados primários para averiguar o atual cenário de critérios sustentáveis nas compras da Universidade Federal Rural da Amazônia.

Como fonte de dados primários utilizou-se as informações extraídas da 'API de Compras Governamentais'⁴², conforme descrito no capítulo anterior, referentes ao quinquênio 2010-2014. Inicialmente relacionaram-se as licitações ocorridas no período, agrupadas por modalidade e pelo ano de ocorrência, conforme descrito no quadro 15 a seguir:

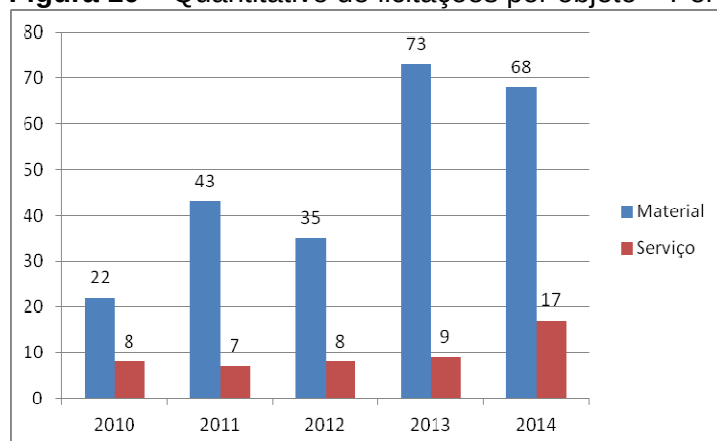
Quadro 15 – Licitações da UFRA – Período: 2010-2014

Modalidade de Licitação	2010	2011	2012	2013	2014	Total	%
1: CONVITE		1				1	0,31
2: TOMADA DE PREÇOS	10	1	3			14	4,34
3: CONCORRÊNCIA		6	1	7	4	18	5,57
5: PREGÃO	30	50	43	82	85	290	89,78
Total geral	40	58	47	89	89	323	100

Fonte: Elaborado pelo autor

Das 323 licitações ocorridas no período, foram relacionadas as 290 que utilizaram a modalidade de Pregão, posto que é a modalidade utilizada na aquisição de bens e serviços comuns, sendo esta definida como: "(...) aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado" (BRASIL, 2002). As 290 licitações realizadas pela modalidade de Pregão, foram divididas em aquisição de Bens ou Serviços, conforme ilustra a figura 10.

Figura 10 – Quantitativo de licitações por objeto – Período: 2010-2014

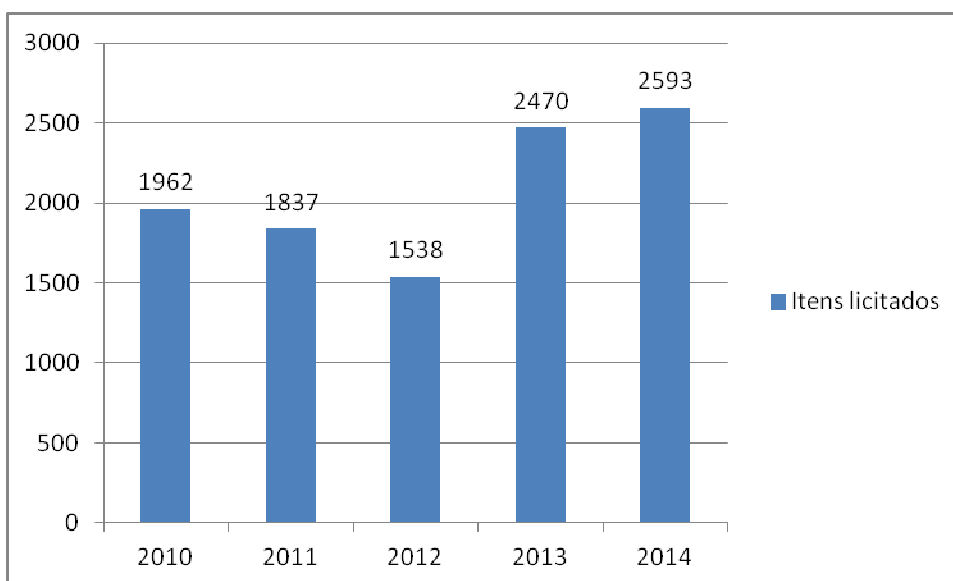


Fonte: Elaborado pelo autor

⁴² Funcionalidade que permite acessar todos os dados das compras no âmbito do Governo Federal.

Concluída a fase de levantamento das licitações que são alvo da investigação de pesquisa, passou-se a fase de detalhamento dos itens licitados ao longo destas 241 licitações. As licitações realizadas no período de 2010 a 2014, pela modalidade de Pregão, tendo com objeto a aquisição de Bens, tiveram um total de 10.400 itens licitados, agrupado por ano e descritos, conforme ilustra a figura 11.

Figura 11 – Quantitativo de Itens licitados – Período: 2010-2014



Fonte: Elaborado pelo autor

Paralelamente, levantou-se os materiais cadastrados no Catálogo de Materiais – CATMAT, que reúnem todos os itens já licitados no âmbito do Governo Federal, dos quais foram relacionados o montante de 248.057 tipos de materiais diferentes. Em seguida desmembrou-se estes itens em materiais sustentáveis e não sustentáveis, conforme detalhado no quadro 16:

Quadro 16 – Quantitativo de itens do CATMAT – sustentáveis e não sustentáveis

Tipo de bens	Quantidade	%
Bens Sustentáveis	971	0,39
Bens NÃO Sustentáveis	247.086	99,61
Total geral	248.057	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor

Diante da relação dos 10.400 itens licitados pela Universidade Federal Rural da Amazônia, realizou-se o cruzamento com os 971 itens sustentáveis cadastrados no CATMAT, conforme ilustra a figura 12.

Figura 12 – Itens do catálogo de materiais



Fonte: Elaborado pelo autor

O resultado encontrado: dos 10400 itens licitados pela UFRA no quinquênio de 2010 a 2014, apenas 16 foram licitados com critérios sustentáveis, como detalha o quadro 17.

Quadro 17 – Quantitativo de itens licitados, sustentáveis e não sustentáveis – Período: 2010-2014

Item sustentável	Ano da Licitação					Total geral	%
	2010	2011	2012	2013	2014		
Não	1960	1831	1536	2466	2591	10.384	99,85
Sim	2	6	2	4	2	16	0,15
Total geral	1962	1837	1538	2470	2593	10400	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor

Estes 16 itens com critérios sustentáveis encontram-se distribuídos em 11 das 241 licitações realizadas pela UFRA, conforme detalhado a seguir:

Quadro 18 – Relação dos itens sustentáveis licitados – Período: 2010-2014

ANO	Número	Total	Sustentáveis	Código e Descrição do Item
2010	12/2010	42	1	247155: CARTUCHO TINTA IMPRESSORA DESKJET 3320/3420, RECICLADO
	05/2010	49	1	226694: DETERGENTE, COMPOSIÇÃO TESOATIVOS ANIÔNICOS, COADJUVANTE, PRESERVANTES. CONTÉM TENSOAT
2011	24/2011	117	3	397424: SABONETE, ASPECTO FÍSICO ESPUMA "FOAM", REFIL 800ML, BIODEGRADÁVEL
				397424: SABONETE AROMA SUAVE, REFIL 800ML, BIODEGRADÁVEL
				397424: SABONETE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ANTI-RESSECAMENTO MÃOS, REFIL 800ML, BIODEGRADÁVEL
	14/2011	52	2	249677: TOALHA DE PAPEL (100% FIBRAS RECICLADAS)
				236605: SAPONÁCEO, LIMPEZA PISOS, BIODEGRADÁVEL
	13/2011	87	1	347498: PAPEL A4, MATERIAL PAPEL RECICLADO, GRAMATURA 75 G/M2
2012	23/2012	102	1	391445: CARTOLINA, CELULOSE RECICLADA
	19/2012	17	1	232373: DETERGENTE, COMPOSIÇÃO AGENTE ALCALINO, BIODEGRADÁVEL
2013	60/2013	121	2	301015: PAPEL A4, MATERIAL PAPEL RECICLADO
				301015: PAPEL A4, MATERIAL PAPEL RECICLADO, COR BRANCA
	57/2013	52	2	244138: SAPONÁCEO, ASPECTO FÍSICO PÓ, BIODEGRADÁVEL
				409926: COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL BAGAÇO DE CANA, BIODEGRADÁVEL
2014	62/2014	54	1	389458: DETERGENTE PARA LABORATÓRIO, DEGRADABILIDADE BIODEGRADÁVEL
	10/2014	185	1	222336: FITA ENXERTIA, MATERIAL CERA BIODEGRADÁVEL

Fonte: Elaborado pelo autor

Foi proposta a utilização de dois indicadores (ICSL e TACSA), descritos no capítulo anterior, para facilitar a análise dos dados obtidos e medir o nível de adesão do uso de critérios sustentáveis nas aquisições da Universidade Federal Rural da Amazônia. O cálculo foi realizado para as 11 licitações que possuem itens com critérios sustentáveis, subsidiados com os dados da figura 10 e quadro 18, para as demais 230 licitações não há resultados representativos.

Quadro 19 – Resultado dos indicadores ICSL e TACSA

ICSL			TACSA		
Licitação	Resultado	Nível	Ano	Resultado	Nível
12/2010	$ICSL = \frac{1}{42} = 0,02$	Baixo	2010	$TACSA = \frac{0,02 + 0,02}{22} \times 100 = 0,18\%$	Baixo
05/2010	$ICSL = \frac{1}{49} = 0,02$	Baixo			
24/2011	$ICSL = \frac{3}{117} = 0,03$	Baixo	2011	$TACSA = \frac{0,03 + 0,04 + 0,01}{43} \times 100 = 0,19\%$	Baixo
14/2011	$ICSL = \frac{2}{52} = 0,04$	Baixo			
13/2011	$ICSL = \frac{1}{87} = 0,01$	Baixo			
23/2012	$ICSL = \frac{1}{102} = 0,01$	Baixo	2012	$TACSA = \frac{0,01 + 0,06}{35} \times 100 = 0,20\%$	Baixo
19/2012	$ICSL = \frac{1}{17} = 0,06$	Baixo			
60/2013	$ICSL = \frac{2}{121} = 0,02$	Baixo	2013	$TACSA = \frac{0,02 + 0,04}{73} \times 100 = 0,08\%$	Baixo
57/2013	$ICSL = \frac{2}{52} = 0,04$	Baixo			
62/2014	$ICSL = \frac{1}{54} = 0,02$	Baixo	2014	$TACSA = \frac{0,02 + 0,01}{68} \times 100 = 0,04\%$	Baixo
10/2014	$ICSL = \frac{1}{185} = 0,01$	Baixo			

Fonte: Elaborado pelo autor

Ao longo da análise dos processos licitatórios, observou-se a repetição de vários itens do mesmo tipo na mesma licitação, recorreu-se aos editais para realizar uma comparação e identificou-se que não se tratavam dos mesmos itens. Além desta repetição, percebeu-se a existência de divergência entre a descrição constante no edital e a descrição do resultado do processo licitatório.

Para demonstrar essas divergências, utilizar-se-á o Pregão 23/2012 o qual tem como objeto a aquisição de material de expediente. Em seu edital os itens de 16 a 20 relacionam cinco tipos diferentes de 'Clips', material destinado para prender papéis. Contudo, no resultado do processo licitatório a descrição encontrada para estes cinco itens foram às mesmas, descritas como '106585: Clips - bomba

incendiaria', que se trata de um material encontrado no grupo de 'munições e explosivos', na classe das 'bombas'. Apesar da semelhança semântica na descrição dos itens, trata-se de materiais distintos, o quadro 20 ilustra essa divergência:

Quadro 20 - Comparação dos itens constantes no edital e no resultado do processo licitatório do Pregão 23/2012

Item	Descrição no Edital	Descrição no Resultado do Pregão
16	Clips nº 1/0 - Metal niquelado; Caixa c/ 100 unidades; Tipo Bacchi, Acc ou Similar com o mesmo padrão de qualidade.	106585: CLIPS - BOMBA INCENDIARIA / BOMBA FINS GERAIS, CLIPS - BOMBA INCENDIARIA / BOMBA FINS G NOME
17	Clips nº 2/0 - Metal niquelado; Caixa c/ 500 gramas; Tipo Bacchi, Acc ou Similar com o mesmo padrão de qualidade.	106585: CLIPS - BOMBA INCENDIARIA / BOMBA FINS GERAIS, CLIPS - BOMBA INCENDIARIA / BOMBA FINS G NOME
18	Clips nº 3/0 - Metal niquelado; Caixa c/ 500 gramas; Tipo Bacchi, Acc ou Similar com o mesmo padrão de qualidade.	106585: CLIPS - BOMBA INCENDIARIA / BOMBA FINS GERAIS, CLIPS - BOMBA INCENDIARIA / BOMBA FINS G NOME
19	Clips nº 4/0 - Metal niquelado; Caixa c/ 500 gramas; Tipo Bacchi, Acc ou Similar com o mesmo padrão de qualidade.	106585: CLIPS - BOMBA INCENDIARIA / BOMBA FINS GERAIS, CLIPS - BOMBA INCENDIARIA / BOMBA FINS G NOME
20	Clips nº 8/0 - Metal niquelado; Caixa c/ 500 gramas; Tipo Bacchi, Acc ou Similar com o mesmo padrão de qualidade.	106585: CLIPS - BOMBA INCENDIARIA / BOMBA FINS GERAIS, CLIPS - BOMBA INCENDIARIA / BOMBA FINS G NOME

Fonte: elaborado pelo autor

O problema desse tipo de discrepância em relação ao objeto da pesquisa é que ao realizar o cruzamento dos itens licitados pela Universidade com os Itens Sustentáveis do Catalogo de Materiais (CATMAT), o resultado encontrado pode não representar em totalidade a realidade das compras da Universidade.

Este erro ocorre no momento do cadastro do processo licitatório no Sistema Siasg, realizado pela Comissão Permanente de Licitação da Universidade. Nesse sistema é feito uma busca nos itens do CATMAT para associar ao item a ser licitado pela Universidade, o problema reside quando não se encontra o item exato. Nessa situação é associado outro item que se assemelhe ao que se pretende licitar, apesar de haver a possibilidade de solicitar a inserção de novos itens, o próprio Manual do CATMAT orienta a "solicitar o pedido de inclusão de item de acordo com as especificações técnicas do site e/ou catálogo do fabricante/fornecedor, caso não exista item semelhante no CATMAT" (BRASIL, 2014, p.33).

Na sequência realizam-se algumas considerações acerca dos dados levantados e analisados nesta seção.

5.1.1 Considerações acerca das Compras Públicas Sustentáveis na UFRA

A Universidade declara em seus instrumentos estratégicos uma grande importância no trato das questões ambientais e do desenvolvimento sustentável, como se pode verificar de forma explícita em sua missão institucional. Com o levantamento e análise de dados para identificar o atual cenário das compras sustentáveis na Universidade, percebe-se que a Universidade não vem utilizando critérios sustentáveis em seus processos licitatórios, conforme dados dos Relatórios de Auditoria Anual de Contas realizadas pela CGU e confirmado pelas informações e indicadores gerados a partir dos dados primários.

Outro fato que merece destaque é a associação incorreta de itens do processo licitatório com os itens do sistema de Catálogo de Materiais, circunstância esta que pode transmitir dados incorretos sobre a utilização de critérios sustentáveis nas compras da Universidade, para o gestor do sistema, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Para que ocorra a associação de itens de forma correta, é necessário que haja solicitações de inserções de novos itens junto ao MPOG. Além disso, percebe-se que não há um setor que reúna todos os pedidos de compra da instituição, cada grande unidade é responsável pelos processos licitatórios. Não obstante, ressam-se de um setor que direcione e oriente estas grandes unidades na utilização de critérios sustentáveis em seus processos licitatórios.

Neste sentido, resgam-se os fluxos dos processos licitatórios e dos pedidos de compra, detalhada ao longo do capítulo 3, e percebe-se que dois setores que poderiam atuar na resolução dessas dificuldades e que são subutilizados dentre os fluxos citados são: Superintendência de Patrimônio e Material (SPM) e a Divisão de Compras (DAM). A redefinição das atribuições destes setores inerente aos processos licitatórios e de compra podem auxiliar nas deficiências detectadas.

Na próxima seção, investiga-se a perspectiva dos servidores quanto à sustentabilidade e as dificuldades de implementação de critérios sustentáveis nas compras da instituição.

5.2 A perspectiva de sustentabilidade dos servidores e as dificuldades de implementação

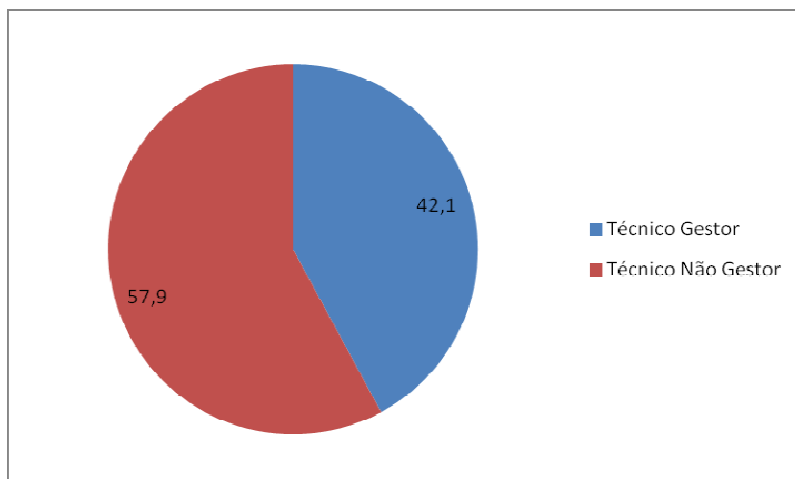
Para identificar a perspectiva de sustentabilidade dos servidores da Universidade e as dificuldades de implementação dos critérios sustentáveis nas compras da Instituição, utilizou-se do instrumento *Survey*, conforme detalhado no capítulo anterior, para dois grupos de servidores: (1) participantes do processo de compras; e (2) os demandadores de bens e serviços.

As repostas colhidas pelo *Survey* foram contabilizadas e condensadas com o intuito de facilitar a análise por meio das frequências das respostas, descritas no apêndice b, na página 125. Estão categorizadas pelas perspectivas de análise e dos conceitos, conforme quadro 11 da página 75, e ainda divididos dentro dos grupos, detalhados por vínculo com a instituição e pelo exercício da função de gestor.

5.2.1 Participantes do processo de compras

Para este grupo foram aplicados 19 questionários, a todos os servidores que atuam de forma direta no processo de compras da instituição, conforme detalhados no quadro 06 da página 63. Dos 19 participantes, 8 atuam como gestor em suas respectivas unidades administrativas, correspondendo a 42,10% dos respondentes. Os 11 restantes atuam no suporte e operacionalização dos processos de aquisição da Universidade correspondendo a 57,90% dos entrevistados.

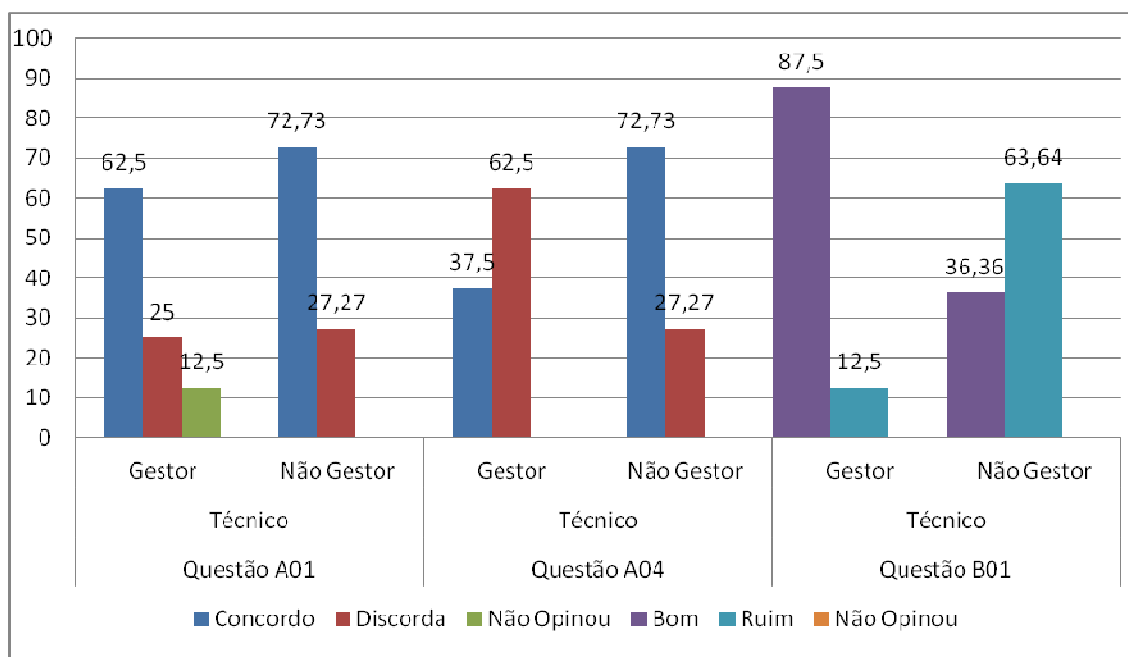
Figura 13 – Quantitativo em % de servidores participantes do processo de compra



Fonte: Elaborado pelo autor.

Pela perspectiva de análise que avalia a ‘Relevância da Temática’ por meio do conceito de Sustentabilidade investigada pelas questões A01, A04 e B04, identificou-se que 68,42% dos entrevistados desconhecem o conceito de sustentabilidade, sendo destes 26,32% são gestores do processo de compra e o restante é atribuído a não gestores. Apenas 15,79% dos entrevistados demonstraram certeza a cerca do conhecimento de sustentabilidade, dos quais 5,26% são gestores. Quando proposto ao servidor auto-avaliar seu nível de conhecimento acerca do conceito de sustentabilidade 47,37% acreditam conhecer o conceito, contudo ao confrontar esse resultado com a questão que avalia tal conhecimento ocorre uma discrepância entre o que os servidores conhecem e acreditam conhecer. Percebe-se ainda que 57,89% dos entrevistados confundem os conceitos de Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável.

Figura 14 – Frequência em % de respostas do grupo para as questões A01, A04 e B01.

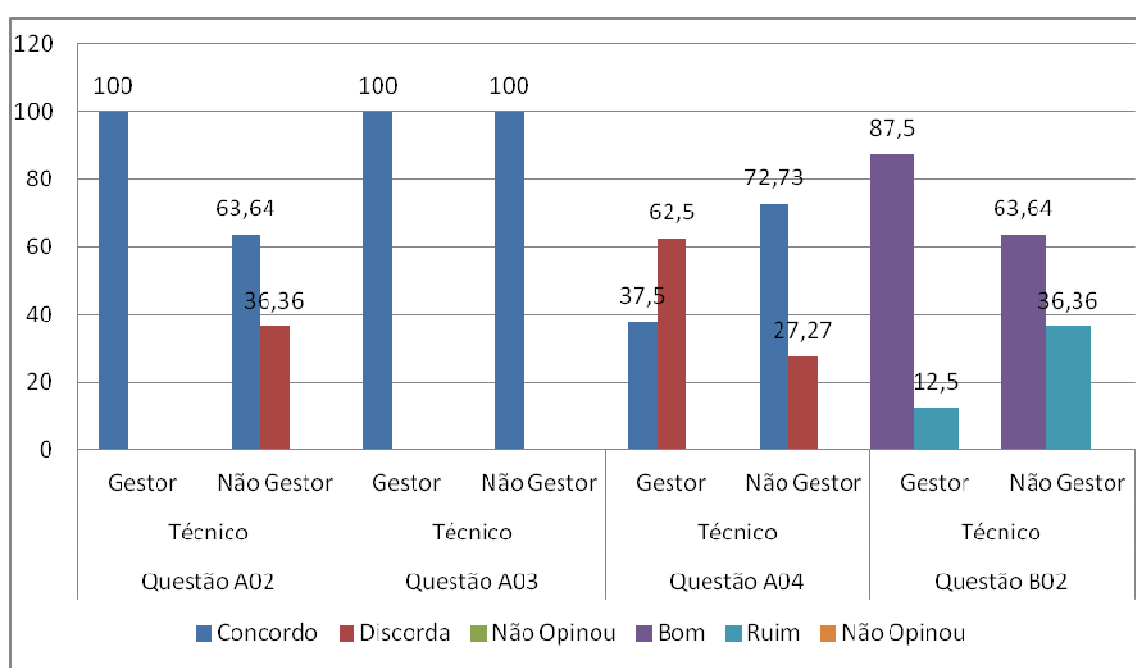


Fonte: Elaborado pelo autor.

A percepção dos servidores participantes do processo de compras da Universidade em relação ao conceito de Desenvolvimento Sustentável, apurado pelas questões A02, A03, A04 e B02, demonstrou que 78,95% dos servidores apresentam conhecimento do conceito. Um fato que merece destaque é que a totalidade dos gestores identificam de forma clara os conceitos apresentados de

Desenvolvimento Sustentável, contudo 37,50% desses gestores confundem o conceito de Desenvolvimento Sustentável com o de Sustentabilidade. Ao solicitar que o próprio servidor avalie seu conhecimento, resultou que 21,05% dos respondentes acreditam ter um conhecimento em nível regular, enquanto 5,26% afirmam não possuir conhecimento acerca do conceito. Contudo, 73,69% acreditam conhecer o conceito, o que pôde ser confirmado ao investigar os conceitos junto aos servidores.

Figura 15 – Frequência em % de respostas do grupo para as questões A02, A03, A04 e B02



Fonte: Elaborado pelo autor.

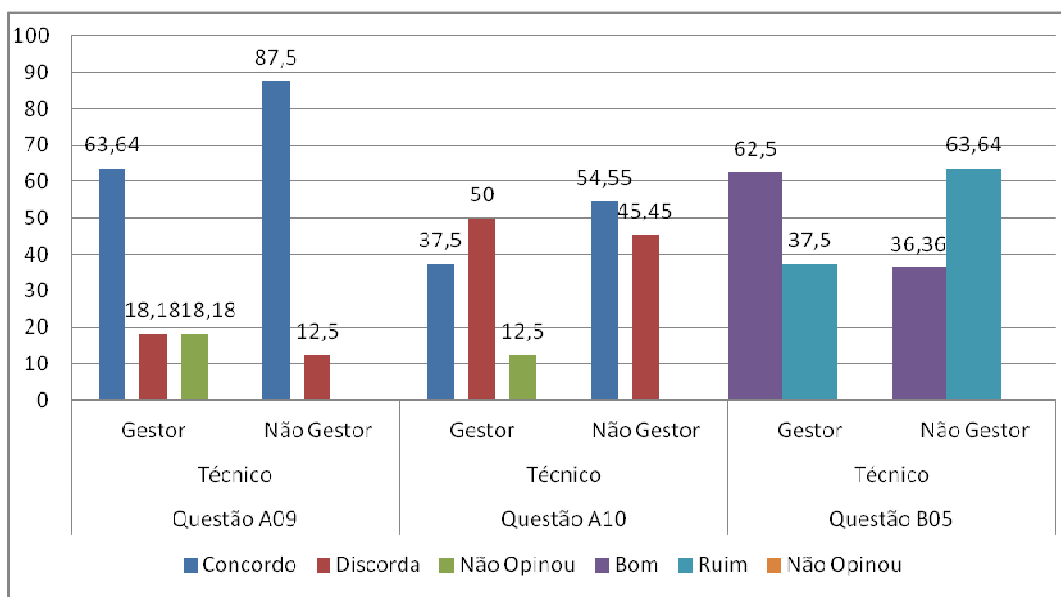
Ao tratar do conceito do Uso do Poder de Compra junto aos servidores que atuam nos processos de compra da Universidade, estes se demonstraram divididos entre a influência do Estado nas compras governamentais, cerca 57,89% acreditam que o Estado deve influenciar, enquanto que 42,11% discordam da ação do Estado no fomento das compras governamentais. Outro aspecto levantado pelo questionário é a relação da política de fomento por meio das compras governamentais e um possível sobrepreço em detrimento a esta política. Nesse aspecto, 47,39% dos respondentes discordam de um possível sobrepreço, enquanto que os 52,61% acreditam ser benéfico custear um sobrepreço em prol de uma política de fomento.

Ao investigar a percepção do conceito de Compras Públicas Sustentáveis junto a este grupo de servidores, obteve-se 68,42% compreendem que neste tipo de

compra não é priorizado apenas os produtos devido aos aspectos ambientais. Contudo, ao analisar apenas os gestores, totalizam apenas 37,5% os que compartilham da mesma visão. No aspecto que relaciona a minimização e uso racional de recursos ao conceito das Compras Públicas Sustentáveis (CPS), 78,95% dos servidores acreditam que o aspecto faz parte do conceito das CPS, os 21,05% restantes acreditam que o uso dos recursos de forma mínima e racional em nada se relaciona com o conceito de CPS. Ao verificar de que forma o servidor avalia seu conhecimento a cerca do conceito de CPS, 36,84% dos respondentes acreditam ter conhecimento em um nível que varia de regular a conhecimento nenhum.

Pela perspectiva de análise que avalia a 'Conhecimento da Legislação' por meio do conceito da Instrução Normativa 1/2010 investigada pelas questões A09, A10 e B05, 73,68% dos servidores sabem da existência da legislação que obriga aos órgãos a utilizar critérios sustentáveis em seus processos de compra. Os 26,32% servidores restantes desconhecem a existência desta legislação, um detalhe é que deste subtotal 21,05% dos respondentes correspondem a gestores. Ao aprofundar no detalhe da referida legislação que prevê que antes de efetuar a compra, os órgãos devem buscar materiais ociosos em outros órgãos, 47,37% demonstraram ter esse conhecimento, os demais 52,63% apresentaram desconhecimento a cerca dessa orientação legal, sendo que destes que desconhecem metade são gestores.

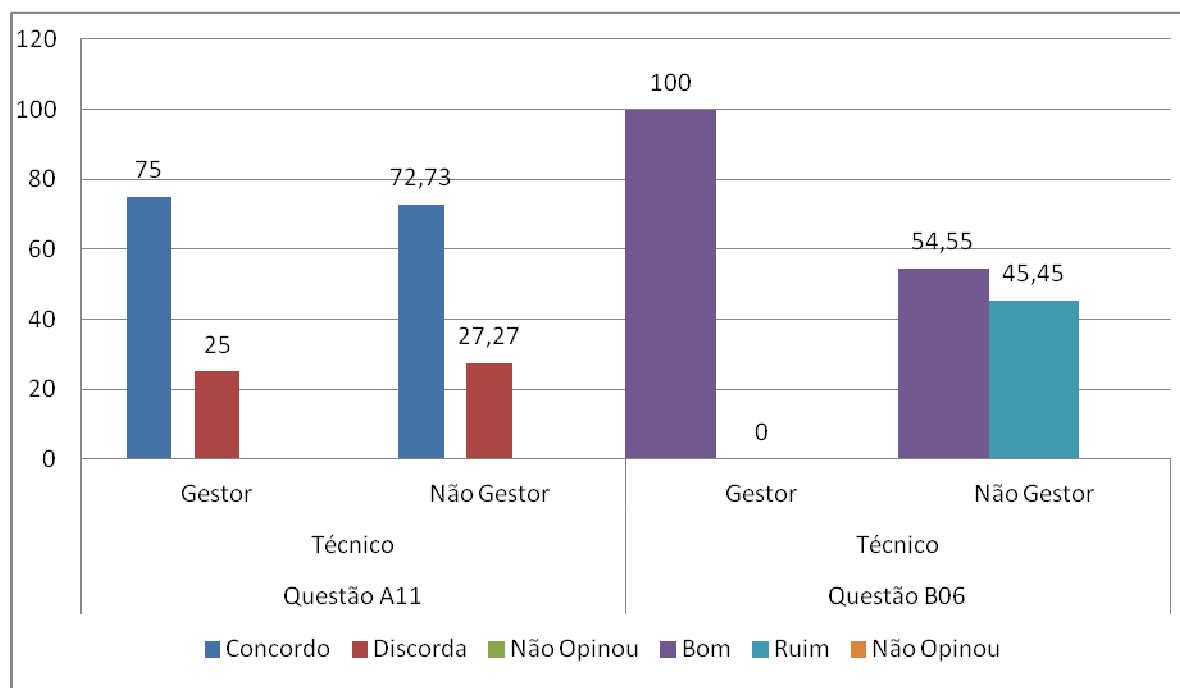
Figura 16 – Frequência em % de respostas do grupo para as questões A09, A10 e B05.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao tratar do conceito de Proposta mais vantajosa, 73,68% dos respondentes tem a concepção errônea do conceito ao acreditar que sempre a proposta mais vantajosa trata-se da proposta de menor preço, sendo que deste total, 31,58% são gestores. Contudo, como destaca Costa (2011), a proposta mais vantajosa é aquela que se apresenta mais adequada para o interesse da Administração. Ao solicitar que o respondente avaliasse o nível de conhecimento a cerca do conceito, 89,47% afirmaram ter conhecimento entre regular e extremamente bom, o que não foi comprovado de acordo com o questionamento que trata do conceito de Proposta mais vantajosa.

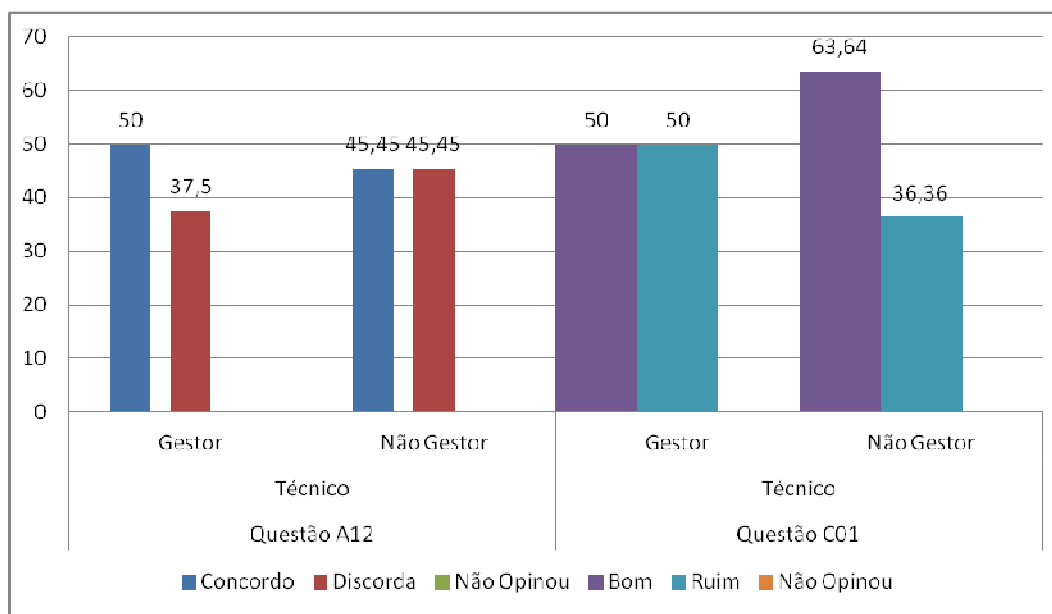
Figura 17 – Frequência em % de respostas do grupo para as questões A11 e B06.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Como destaca Barata (2007), os resultados destas políticas de cunho ambiental são raramente percebidos, e dessa forma tidos como onerosos em relação aos benefícios. Essa visão é compartilhada por 47,37% dos respondentes, 10,53% não souberam opinar e os demais 42,10% acreditam que os benefícios são superiores aos custos.

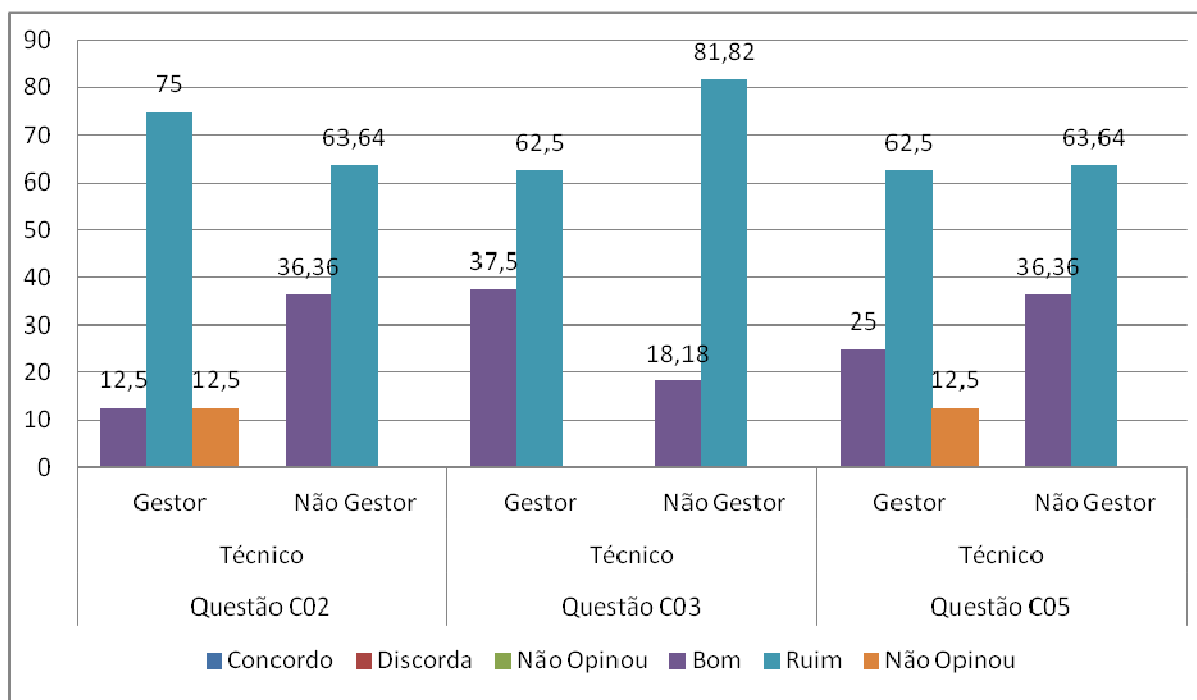
Figura 18 – Frequência em % de respostas do grupo para as questões A12 e C01.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao questionar de que forma são perceptíveis na UFRA ações que preveem o Desenvolvimento Sustentável 57,90% acreditam ser perceptível, 21,05% percebem ações em um nível regular, e 21,05% não percebem nenhuma ação de Desenvolvimento Sustentável.

A Lei 9.759/1999 em seu Art. 1º conceitua o termo 'Educação Ambiental' como o processo pelo qual "o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente" (BRASIL, 1999), desta forma investigou-se como o servidor percebe a preocupação da coletividade a respeito do Desenvolvimento Sustentável, 47,37% dos respondentes destacaram que não percebem ou ainda percebem de forma insatisfatória. Outro aspecto levantado foi em relação às capacitações ofertadas aos servidores, para identificar se atende a temática do Desenvolvimento Sustentável, 47,37% dos respondentes considera ruim ou ausente o tratamento a esta temática no plano de capacitações aos servidores. Ao perguntar se a Universidade trata das Compras Públicas Sustentáveis em suas capacitações, 63,16% afirmaram que de forma ruim ou ausente.

Figura 19 – Frequência em % de respostas do grupo para as questões C02, C03 e C05.

Fonte: Elaborado pelo autor.

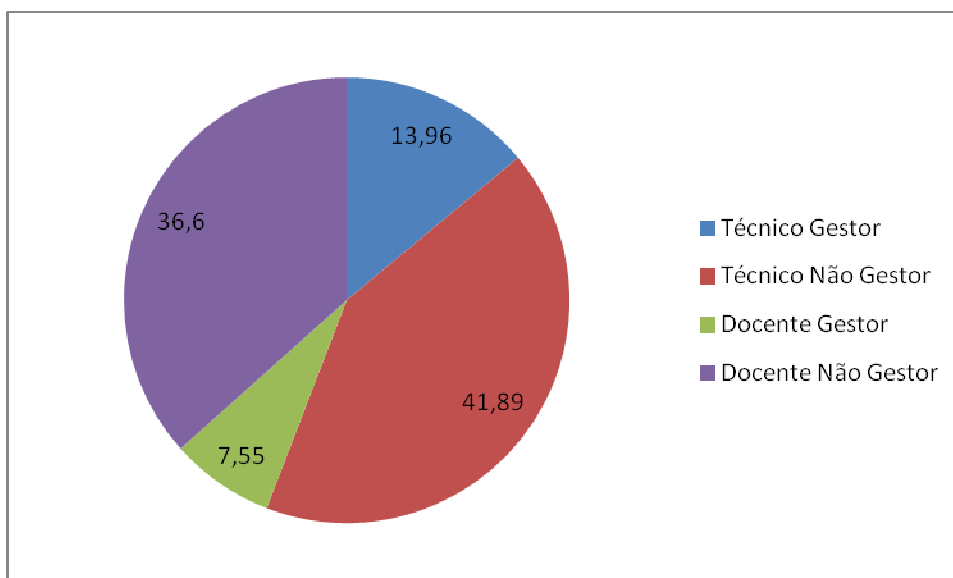
Para identificar as percepções dos servidores em relação às ações da Universidade no sentido das compras sustentáveis, questionou-se inicialmente de que forma a Universidade observa a norma das compras sustentáveis 63,16% dos respondentes acreditam que um nível moderado a extremamente bom. Outro dado levantado foi em relação à existência de rotinas e manuais que preveem a utilização de critérios sustentáveis na Universidade, neste quesito 47,37% afirmam não existir e/ou ser insatisfatório. Ao indagar se a Universidade promove orientações a cerca da utilização das Compras Públicas Sustentáveis 57,89% afirmam não existir e/ou ser insatisfatório. Em relação a forma como é percebida as ações dos gestores da Universidade no que se refere as compras sustentáveis, 47,37% afirmam não haver essa preocupação ou ainda ocorre de forma insatisfatória.

5.2.2 Demandadores de bens e serviços

Para o grupo dos demandadores de bens e serviços, realizou-se a pesquisa na amostra de 265 servidores, conforme detalhado no quadro 13 da página 82. Deste total alcançaram-se os seguintes quantitativos: 148 técnico-administrativos (37 que exercem a função de gestor e 111 que não exercem tal função) e 117

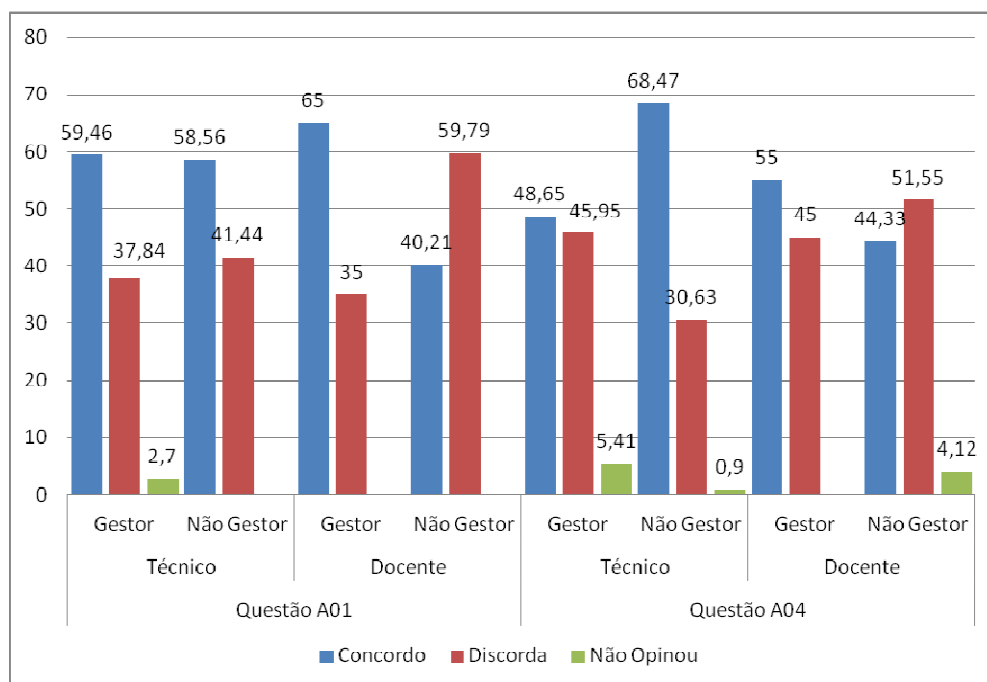
docentes (20 que exercem a função de gestor e 97 que não exercem tal função).

Figura 20 – Distribuição em % do Survey entre técnicos e docentes, gestores e não gestores



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao analisar a perspectiva 'Relevância da Temática' por meio do conceito de Sustentabilidade, investigada pelas questões A01, A04 e B04, identificou-se que os técnico-administrativos possuem a concepção errônea do referido conceito. No estrato dos técnico-administrativos que atuam os respondentes desassociaram a sustentabilidade das questões econômicas, obtendo-se um percentual de 59,46% para os que atuam como gestores e 58,56% aos que não exercem tal função. No estrato dos docentes que atuam como gestores também houve a referida desassociação, alcançando o patamar de 65%. Por sua vez, os docentes que não exercem funções de gestor, esse número reduz para 40,21%. Quando proposto ao servidor auto avaliar seu nível de conhecimento acerca do conceito, todos os estratos apresentaram um índice elevado no quesito de acreditar conhecer o referido conceito: 75,68% nos técnicos gestores; 61,26% nos técnicos não gestores; 90% nos docentes gestores; e 79,38% nos docentes não gestores. Ao confrontar os resultados, percebe-se que a maioria dos respondentes acredita conhecer o conceito de sustentabilidade, contudo, na prática observa-se nos estratos dos técnicos gestores, técnicos não gestores, e docentes gestores, uma discrepância entre o que os servidores conhecem e acreditam conhecer.

Figura 21 – Frequência em % de respostas do grupo para as questões A01 e A04.

Fonte: Elaborado pelo autor.

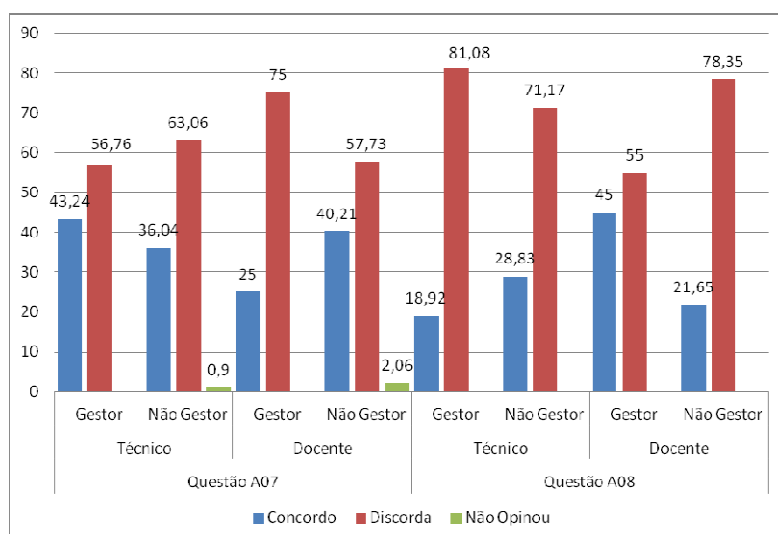
Ao analisar a percepção dos servidores a respeito do conceito de Desenvolvimento Sustentável, identificou-se que em todos os estratos os respondentes apresentaram um elevado índice de conhecimento do conceito: 94,59% técnicos gestores; 78,38% técnicos não gestores; 90% docentes gestores; e 75,26% docentes não gestores. Ao avaliar os objetivos do Desenvolvimento Sustentável, os servidores demonstraram conhecer, por meio dos seguintes resultados: 97,3% técnicos gestores; 96,4% técnicos não gestores; 100% docentes gestores; e 100% docentes não gestores. Ao cruzar estes dados com a avaliação realizada pelo servidor a cerca do seu conhecimento do conceito de Desenvolvimento Sustentável, o resultado encontrado é condizentes com as informações levantadas. Apesar dos percentuais elevados de conhecimento dos conceitos de Desenvolvimento Sustentável, ao relacionar este com o de Sustentabilidade, 55,85% confundem os dois conceitos e os tratam como sinônimos, tendo maior frequência nos estratos dos técnicos não gestores (68,47%) e dos docentes gestores (55%).

Ao investigar o conceito do ‘uso do poder de compra’, por meio das questões A05, A06 e B04, percebeu-se que entre os técnicos a concepção do conceito é mais bem aceita, para os técnicos gestores 62,16%, para os técnicos não gestores

55,86%. Por sua vez, os docentes apresentaram índices menores, 45% para docentes gestores e 37,11% para docentes não gestores. Ao verificar a relação entre o conceito e os possíveis sobrepreços, identificou-se que em todos os estratos, a maior parte dos respondentes acredita ser aceitável um sobrepreço em relação às políticas governamentais: 56,76% técnicos gestores; 60,36% técnicos não gestores; 60% docentes gestores; e 49,48% docentes não gestores. Ao perguntar sobre seu nível de conhecimento a cerca da temática, os técnicos obtiveram índices mais próximos da realidade, enquanto que os docentes acreditam conhecer o significado da expressão ‘uso do poder de compra’, contudo obtiveram índice abaixo da média.

Ao analisar a percepção do conceito de Compras Públicas Sustentáveis junto aos quatro estratos do grupo de demandadores de bens e serviços da Universidade, pela diretriz que neste tipo de compra não é priorizado apenas os produtos devido aos aspectos ambientais, obteve-se os seguintes percentuais que concordam com esta diretriz: 56,76% técnicos gestores; 63,06% técnicos não gestores; 75% docentes gestores; e 57,73% docentes não gestores. Pela diretriz que relaciona a minimização e uso racional de recursos ao conceito das Compras Públicas Sustentáveis (CPS), obtiveram-se os seguintes percentuais que concordam: 81,08% técnicos gestores; 71,17% técnicos não gestores; 55% docentes gestores; e 78,35% docentes não gestores. Apesar dos altos índices, alguns servidores consideram seu nível de conhecimento baixo a cerca da temática, como os técnicos que exercem a função de gestor, que apresentaram um percentual de 35,14%.

Figura 22 - Frequência em % de respostas do grupo para as questões A07 e A08

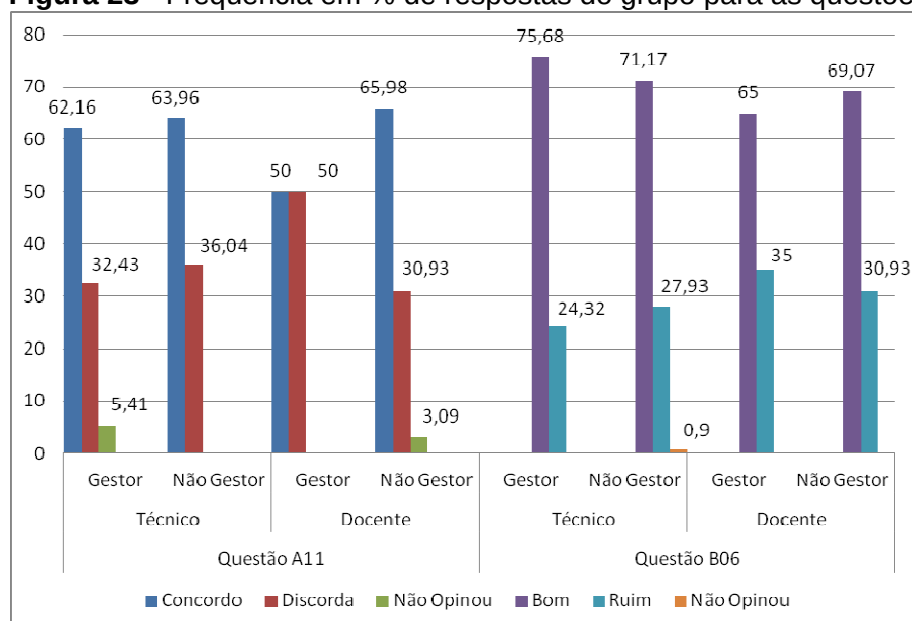


Fonte: Elaborado pelo autor.

Pela perspectiva de análise que avalia a ‘Conhecimento da Legislação’ por meio da Instrução Normativa 1/2010 identificou-se que em todos os estratos os servidores demonstraram conhecer a existência da legislação: 67,57% técnicos gestores; 77,48% técnicos não gestores; 55% docentes gestores; e 55,67% docentes não gestores. Contudo, ao avaliar detalhes da referida norma, os servidores demonstraram uma diminuição no índice de conhecimento. Quando proposto ao servidor avaliar o nível de conhecimento a cerca da legislação, as maiores frequências ocorrem em níveis moderado e regular, o que foi comprovado pelas percepções colhidas nas questões anteriores.

Com o intuito de identificar o conhecimento a respeito das legislações de compras vigentes, investigou-se o conceito do termo ‘proposta mais vantajosa’, posto que seja relevante para as compras sustentáveis, no contexto de que elas têm mais vantagem para a sociedade, porém nem sempre estas possuem o menor preço. Em todos os quatro estratos a maior parte dos servidores associaram erroneamente ‘proposta mais vantajosa’ a de ‘menor preço’. Na auto avaliação os servidores acreditam que possuem altos níveis de conhecimento a cerca do assunto: 75,68% técnicos gestores; 71,17% técnicos não gestores; 65% docentes gestores; e 69,07% docentes não gestores, o que é perceptível não tratar-se da realidade capturada.

Figura 23 - Frequência em % de respostas do grupo para as questões A11 e B06



Fonte: Elaborado pelo autor.

A visão que os custos são altos em relação aos benefícios recebidos pela utilização de critérios sustentáveis, é compartilhada pela maior parte dos técnicos não gestores, docentes gestores e docentes não gestores. Ao questionar de que forma são perceptíveis na UFRA ações que preveem o Desenvolvimento Sustentável os índices dos quatro estratos demonstram que ocorrem em níveis de regular a nenhum.

Investigou-se como o servidor percebe a preocupação da coletividade a respeito do Desenvolvimento Sustentável, 69,96% dos respondentes destacaram que não percebem ou ainda percebem de forma insatisfatória. Ao tratar das capacitações ofertadas aos servidores, para identificar se atende à temática do Desenvolvimento Sustentável, 63,44% dos respondentes considera ruim ou ausente o tratamento a esta temática no plano de capacitações aos servidores. Ao perguntar se a Universidade trata das Compras Públicas Sustentáveis em suas capacitações, 66,36% afirmaram que de forma ruim ou ausente.

Com o intuito de identificar as percepções dos servidores em relação às ações institucionais em relação a compras sustentáveis, questionou-se inicialmente de que forma a Universidade observa a norma das compras sustentáveis 60,25% dos respondentes acreditam que um nível regular a nenhum. Outro dado levantado foi em relação à existência de rotinas e manuais que preveem a utilização de critérios sustentáveis na Universidade, neste quesito 74,83% afirmam não existir e/ou ser insatisfatório. Ao indagar se a Universidade promove orientações a cerca da utilização das Compras Públicas Sustentáveis 77,93% afirmam não existir e/ou ser insatisfatório. Por sua vez, questionou-se a forma como é percebida as ações dos gestores da Universidade no que se refera as compras sustentáveis, 67,03% afirmam não haver essa preocupação ou ainda ocorre de forma insatisfatória.

5.2.3 Considerações acerca das perspectivas e das dificuldades

Com a aplicação do instrumento *Survey* foi possível realizar o levantamento de dados para a análise das perspectivas do conceito de sustentabilidade e as dificuldades de implementação junto aos dois grupos de servidores: (1) participantes do processo de compra; e (2) demandadores de bens e serviços.

Em ambos os grupos é perceptível que há um desconhecimento a respeito do

conceito de sustentabilidade. Contraditoriamente os respondentes dos grupos demonstraram conhecer o conceito de Desenvolvimento Sustentável, contudo de forma errônea têm associados ambos os conceitos como sinônimos. Neste sentido, Matus (1989, p.49) destaca que por conta de uma segurança intelectual tende-se a associar como sinônimos conceitos desconhecidos a conceitos já conhecidos.

Outra associação equivocada é em relação ao termo proposta mais vantajosa, o qual os servidores consideraram ser a de menor preço, isso demonstra um desconhecimento as minúcias da legislação de compras. Tratando de legislações, identificou-se que os servidores compreendem o conceito e a lógica das Compras Públicas Sustentáveis, contudo não percebem possíveis benefícios. Esta compreensão pode estar influenciando a não utilização de critérios sustentáveis no processo de compra.

No que diz respeito às capacitações que tratem da temática de Compras Públicas Sustentáveis, os servidores destacam que não existem ou são insatisfatórias, tendo o mesmo resultado ao indagar sobre a existência de rotinas e manuais que orientem a utilização das CPS. A maior parte dos servidores destaca que os gestores não demonstram preocupações na utilização de critérios sustentáveis nas compras da instituição.

No capítulo a seguir tecem-se algumas considerações e proposta de estratégias, que permitirão a adoção de critérios sustentáveis nas compras da Universidade, com o objetivo de atender a legislação e cumprir a sua missão institucional, bem como contribuir para uma gestão do desenvolvimento socioambiental.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões ambientais vêm a algum tempo ganhando notoriedade e força especialmente após constatações e previsões do esgotamento dos recursos renováveis e não renováveis. Dessa perspectiva, o conceito de Desenvolvimento Sustentável surge como uma alternativa de redução ao ritmo de degradação de tais recursos. Diante deste cenário, o Estado tem um papel fundamental em direcionar e fomentar práticas ambientais através das ações e políticas públicas governamentais. Uma dessas políticas é a legislação das Compras Públicas Sustentáveis que prevê a utilização de critérios sustentáveis nas aquisições de bens e serviços no âmbito do governo federal.

A Universidade Federal Rural da Amazônia declara de forma explícita em seus instrumentos estratégicos uma grande relevância para a temática do Desenvolvimento Sustentável. Contudo, a Universidade nos anos de 2011 e 2012 foi autuada pelos órgãos de controle externo, pela não adoção de critérios sustentáveis em suas aquisições. Dessa forma, a pesquisa realizada teve como objetivo propor a construção de um conjunto de critérios sustentáveis, visando à implantação futura, para a utilização nas compras da UFRA. Para isso utilizou-se de levantamento de dados nos processos licitatórios da Universidade e junto aos servidores da instituição por meio de um *survey*.

Identificou-se que a Universidade não vem utilizando de forma plena critérios sustentáveis em seus processos licitatórios, e ainda que os servidores possuem concepções distorcidas dos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, chegando a tratá-los como sinônimos. Outro ponto identificado é a descrença dos resultados que podem ser alcançados com a utilização de critérios sustentáveis. Por conseguinte, a Universidade não investe efetivamente na capacitação da temática para os servidores, bem como não há manuais e rotinas que possam inicialmente orientar os servidores na utilização de tais critérios em seus pedidos de compra. Não obstante, os servidores não percebem a preocupação da gestão no sentido de implementar os critérios sustentáveis nas compras da instituição.

Diante do cenário e com base nas observações e resultados que a pesquisa propiciou, propõe-se um conjunto de ações que subsidiarão a utilização de critérios

sustentáveis nas compras da instituição, conforme prevê a legislação das Compras Públicas Sustentáveis, detalhadas no Apêndice C e relacionadas a seguir:

- a) Capacitação dos servidores envolvidos nos processos de compra
- b) Readequação do fluxo de processos e de atribuições
- c) Comissão Multidisciplinar de Compras Sustentáveis
- d) Criação e divulgação do manual de rotinas e procedimentos de compras
- e) Disponibilizar e pesquisar bens ociosos em outros órgãos
- f) Catálogo de materiais e os itens sustentáveis
- g) Capacitação dos servidores demandadores de bens e serviços
- h) Campanha de sensibilização e envolvimento dos gestores
- i) Incentivar as boas práticas sustentáveis na instituição
- j) Indicadores de licitações sustentáveis

A utilização dessas ações propiciará a minimização dos entraves e obstáculos que permeiam a efetivação das compras com critérios sustentáveis na Universidade, que além de cumprir com a legislação e adequar-se frente aos órgãos de controle externo, contribuirá para o cumprimento pleno da missão de “formar profissionais qualificados, compartilhar conhecimentos com a sociedade e contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia” (UFRA, 2014a, p.12), bem como colaborar na redução dos problemas ambientais e, por conseguinte contribuir para uma sociedade mais sustentável em níveis local-global.

Para a realização de trabalhos futuros propõe-se: mecanismos de ampliação e fomento de itens sustentáveis no catálogo de materiais do governo federal; instrumentos qualitativos de avaliação do impacto das compras sustentáveis; e criação de políticas nacionais e regionais de compras sustentáveis em rede.

REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, D. **Teoria geral do Estado**. 38. ed. São Paulo: Globo, 2005.

BANERJEE, S. B. Who sustains Whose development? Sustainable development and reiventon of nature . In: WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY DO INTERNATIONAL SOCIOLOGICAL ASSOCIATION RESEARCH COMMITTEE ON ENVIRONMENT AND SOCIETY SYMPOSIUM NO SOCIOLOGICAL REFLECTIONS ON SUSTAINABILITY. 10., Rio de Janeiro, 2000. **Anais...** Rio de Janeiro, 2000

BARATA, M. M. L.; KLIGERMAN, D. C.; MINAYO-GOMEZ, C. A gestão ambiental no setor público: uma questão de relevância social e econômica. **Ciência e Saúde Coletiva, Opinião**, v. 12, n. 1, p. 165-170, 2007.

BARBETTA, P. A. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. Editora da UFSC. Florianópolis (SC), 2003.

BIDERMAN, Rachel (Org) et al. **Guia de compras públicas sustentáveis: uso do poder de compra do governo para promoção do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: ICLEI European Secretariat, 2006.

BRASIL. Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei 8.248/91** Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 1991.

_____. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Estatuto das Licitações e Contratos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 jun. 1993.

_____. **AGENDA 21**. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992 - Rio de Janeiro. Brasília: Senado Federal, 1996. 585p.

_____. **Lei 9.795/99.** Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, DF: Senado Federal, 1999.

_____. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 2002a.

_____. **Lei Nº 10.611, de 23 de dezembro de 2002.** Dispõe sobre a transformação da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará em Universidade Federal Rural da Amazônia e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 2002b.

_____. **Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003.** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 2003.

_____. **Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.** Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1 jun. 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Política de desenvolvimento produtivo, 2007.** Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>> Acesso em: 05 de abr. 2015.

_____. **A3P:** Agenda Ambiental na Administração Pública. 2009. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/10_12_22_16_43_26_cartilha_a3p..pdf>. Acesso em: 01 de jun. de 2015.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010.** Regulamenta a utilização de critérios sustentáveis na compra de bens e na contratação de obras e serviços pelo Governo Federal.

Brasília, DF: Senado Federal, 2010.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instrução Normativa nº 02, de 16 de agosto de 2011**. Estabelece procedimentos para a operacionalização dos módulos e subsistemas que compõem o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, para os órgãos da Presidência da República, Ministérios, Autarquias e Fundações que integram o Sistema de Serviços Gerais - SISG, assim como para os demais órgãos e entidades que utilizam o SIASG. Brasília, DF: Senado Federal, 2011.

_____. **Documento de Contribuição Brasileira à Conferência Rio+20**. 2012a. Disponível em: <http://hotsite.mma.gov.br/rio20/wp-content/uploads/BRASIL_Rio_20_portugues.pdf>. Acesso em: 05 de abr. 2015.

_____. Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012. Regulamenta o art. 3º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 jun. 2012b.

_____. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. **Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012**. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 nov. 2012c.

_____. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. **Manual CATMAT e CATSER**. 2014. Disponível em: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/arquivos/manuais/manual_catmat_catser_julho_2006.pdf/@@download/file/Manual%20CATMAT%20e%20CATSER%2028022014.pdf> Acesso em: 05 de abr. 2015.

_____. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. **Compras sustentáveis têm crescimento de 219% no primeiro semestre de 2012**. 2012d. Disponível em:

<<http://www.governoeletronico.gov.br/noticias-e-eventos/noticias/compras-sustentaveis-tem-crescimento-de-219-no-primeiro-semester-de-2012/>> Acesso em: 05 de abr. 2015.

_____. Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013. Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 de jan. de 2013.

_____. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. **Informações Gerenciais de Contratações Públicas Sustentáveis**, 2015. Disponível em: <http://www.comprasnet.gov.br/ajuda/03_-_Compras_Sustentaveis.pdf> Acesso em: 10 de jun. 2015.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisa survey**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BRANDÃO, C. N.; BARBIERI, J. C.; SILVA, L. C. J. S. Turismo sustentável em comunidades indígenas da Amazônia. **Revista de Administração de Roraima**, Boa Vista, UFRR, v. 2, p. 17-28, 2012.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**: material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília: MEPF, INCRA, IICA, jun. 1999. Disponível em: <<http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIICA/SergioBuarque.pdf>> Acesso em: 5 jun. 2015.

CARDOZO BRUM, M. De la evaluación a la reformulación de políticas públicas. **Política y Cultura** [online], n. 40, p. 123-149, 2013.

CASTRO, H. A.; MIRANDA, A. C. Desafios para o nosso século: um mundo ambientalmente saudável é possível. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.23, Sup 4, S472-S473, 2007.

CAVALCANTI, C. (Org). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma

sociedade sustentável. Recife: INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, 1997.

COSTA, C. E. L. **As licitações sustentáveis na ótica do controle externo**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2435919.PDF>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

DENHARDT, R. B. **Teoria Geral da Administração Pública**. Ênfase em política pública e a nova gestão pública. Florianópolis: ESAG/UDESC, 2008. Cap. 6.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito administrativo**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ENRÍQUEZ, G. E. V. **Desafios da sustentabilidade da Amazônia**: biodiversidade, cadeias produtivas e comunidades extrativistas integradas. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2008.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

FARAH, M. F. S. Governo local, políticas públicas e novas formas de gestão pública no Brasil. **O&S**, v.7, p.59-86, jan-jun. 2000.

FENZL, N.; MACHADO, J. A. **A Sustentabilidade de Sistemas Complexos**. Belém: NUMA/UFPA, 2009.

FARIAS FILHO, M. C.; ARRUDA FILHO, E. J. M. **Planejamento da Pesquisa Científica**. São Paulo: Atlas, 2013.

FRANCO, M. A. R. **Planejamento Ambiental para a Cidade Sustentável**. Recôncavo Baiano: EdiFurb, 2001.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GAZIEL FILHO, A. B. et al. Produção de biomassa em quatro procedências de Paricá (*Schizolobium parahyba* var. *amazonicum* (Huber ex Ducke) Barneby no estágio de muda. *Revista Brasileira de Biociências*, v. 5, supl. 2, p. 1047-1049, 2007.

HUNGERFORD, H. R; PEYTON, R. B. **Cómo construir un programa de educación ambiental**. Programa Internacional de Educação Ambiental. Madrid: UNESCO-PNUMA, CYAN, 1992.

JACOBI, P. R. Espaços públicos e práticas participativas na gestão do meio ambiente no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 18, n. 1/2, p. 315-338, jan/dez, 2003.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública**. Florianópolis: UFSC; 2009. (Módulo Básico).

JOLIVET, R. **Curso de Filosofia**. Rio de Janeiro: Agir, 1961.

CRETELLA JÚNIOR, J. **Das licitações públicas**. 18. ed. Rio de Janeiro: forense, 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MACHADO, J. G. **Gestão ambiental na administração pública: a mudança dos padrões de consumo “começa em casa”**. 2002. 125 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2002.

MALTHUS, T. R. **Ensaio sobre a População**. Tradução de por Antonio Alves Cury. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARCOVITCH, J. **A Gestão da Amazônia: Ações Empresariais, Políticas Públicas, Estudos e Propostas**. São Paulo: EDUSP, 2011. 312p

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MATUS, C. **Adeus, Senhor Presidente**. Planejamento, antiplanejamento e governo. Recife: Litteris Editora, 1989.p 204.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W. W. **Limites do Crescimento**: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

MELLO, C. A. B. **Curso de direito administrativo**. 12.ed. São Paulo: Malheiros, 2000. 845p.

MOREIRA, H. C.; MORAIS, J. M. **Compras Governamentais**: Políticas e Procedimentos na Organização Mundial de Comércio, União Européia, Nafta, Estados Unidos e Brasil, Série estudios y perspectivas. Brasília, 2003.

ONU. Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION DEVELOPMENT (OECD). OECD Programme on Sustainable Consumption and Production. WORKSHOP ON IMPROVING THE ENVIRONMENTAL PERFORMANCE OF GOVERNMENT. v.97, n.124, 1997. Paris,1996. **Anais...** Paris, 1997

_____. **Report by the Environmental Policy Committee on Implementation of the 1996 Recommendation on Improving the Environmental Performance of Government. 1999.**(Relatório C(99)33/FINAL)

_____. **Recommendation of the Council on Improving the Environmental Performance of Public Procurement**. Paris: OECD, 2002.

PARÁ. Controladoria Geral da União. **Relatório de Auditoria Anual de Contas nº. 201108965 da CGU 2011.** Disponível em: <<http://sistemas.cgu.gov.br/relats/uploads/RA201108965.pdf>> Acesso em: 5 jun. 2015.

_____. **Relatório de Auditoria Anual de Contas nº. 201203455 da CGU - 2012.**

Disponível em: <<http://sistemas.cgu.gov.br/relats/uploads/RA201203455.pdf>>

Acesso em: 5 jun. 2015.

PFITSCHER, E. D. **Tópicos Especiais de Contabilidade III: A Responsabilidade social e ambiental com aporte da contabilidade**, 2008.

SACHS, I. **Estratégias de Transição para do século XXI: desenvolvimento e Meio Ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SANTOS, W. H. **Registros Históricos: Contribuição à Memória da Universidade Federal Rural da Amazônia**. Belém: EDUFRA, 2014. 186 p.

SCHARF, R. **Manual de Negócios Sustentáveis**. São Paulo, Amigos da Terra, 2004.

SERRA M. A.; FERNANDEZ, R. G. Perspectivas de Desenvolvimento da Amazônia: Motivos para o Otimismo e para o Pessimismo. **Economia e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 107-131, 2004.

SILVA, E. P. **O uso do poder de compra do estado como instrumento de política pública: a lei complementar nº 123/2006, sua implementação**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getulio Vargas. Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, J. N.; QUEIROZ, F. C. **As Compras Públicas Sustentáveis: uma análise da aplicabilidade da lei**. 2012. 29 f. Artigo (Especialização em Gestão Pública) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2012.

SIMONIAN, L. L. T. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: ARAGÓN-VACA, L. E. **População e Meio Ambiente na Pan Amazônia**. Belém: NAEA/UNESCO, 2007. p. 25-44.

SOARES, A. M. S.; SILVA, J. N. **Compras Públicas Sustentáveis**: um estudo de caso da visão dos servidores da Universidade Federal Rural da Amazônia. 2014. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2014.

TRUJILLO FERRARI, A. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

TURNER, G. **A Comparison of “The Limits to Growth” with Thirty Years of Reality**. Austrália: Commonwealth Scientific and Industrial Research Organisation, 2008, 49p.(CSIRO Working Paper Series 2008-09).

Universidade Federal Rural da Amazônia. **Estatuto da UFRA**. Belém, 2003. Disponível em: <https://portal.ufra.edu.br/images/1380_Estatuto_da_UFRA.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2015.

_____. **Regimento Geral**. Belém, 2004. Disponível em: <https://portal.ufra.edu.br/images/1380_Regimento_da_UFRA.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2015.

_____. Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão. **Prestação de contas ordinária anual - Relatório de Gestão do exercício de 2010**. Belém, 2011. Disponível em: <https://portal.ufra.edu.br/images/RelatorioGestao/2243_Relat%C3%B3rio_de_Gest%C3%A3o_2010_TCU.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2015.

_____. Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão. **Prestação de contas ordinária anual - Relatório de Gestão do exercício de 2011**. Belém, 2012. Disponível em: <https://portal.ufra.edu.br/images/RelatorioGestao/2244_Relatrio%20de%20Gesto%202011%20Verso%20Final%20TCU.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2015.

_____. **Resolução nº. 60, de 28 de junho de 2013**. Aprova a criação de novas pró-reitorias no âmbito da UFRA, alterando a redação do Estatuto e do Regimento Geral da Universidade Federal Rural da Amazônia. Belém, 2013a. Disponível em:

<https://portal.ufra.edu.br/images/Conselhos_Superiores/CONSUN/2013/resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2060,%20de%2028%20de%20junho%20de%202013...pdf>. Acesso em: 01 jun. 2015.

_____. Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão. **Prestação de contas ordinária anual - Relatório de Gestão do exercício de 2012**. Belém, 2013b. Disponível em: <https://portal.ufra.edu.br/images/RelatorioGestao/2822_RelatriodeGesto2012_UFR A_Versaofinal.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2015.

_____. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. **Plano Diretor Institucional – 2014 a 2024**. Belém, 2014a. Disponível em: <https://portal.ufra.edu.br/images/PROPLADI_PLAIN_UFRA_2014-2024_CONSUN.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2015.

_____. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. **Apresentação dos Relatórios de Planejamento e Avaliação Institucional**. Belém, 2014b. Disponível em: <http://www.propladi.ufra.edu.br/images/th/PRO2K15/ACS_APRESENTACAO_PROPLADI_CPA_UFRA_30MAR15.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2015.

_____. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. **Relatório de Gestão do exercício de 2013**. Belém, 2014c. Disponível em: <[http://www.propladi.ufra.edu.br/images/th/PRO2K15/Relatório de Gestão 2013 - Final_numerado\(1\).doc](http://www.propladi.ufra.edu.br/images/th/PRO2K15/Relatório de Gestão 2013 - Final_numerado(1).doc)>. Acesso em: 01 dez. 2015.

_____. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. **Relatório de Gestão do exercício de 2014**. Belém, 2015. Disponível em: <http://www.propladi.ufra.edu.br/images/th/PRO2K15/PROPLADI_UFRA_RELATORIO_GESTAO_16AGO2015.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2015.

WILLUMS, J.; GOLÜKE, U. **From Ideas to Actions: Business and Sustainable Development**. Norway: Enger Boktrykkeri, 1992.

WORLD WILDLIFE FUND - WWF. **Relatório Planeta Vivo 2006**. WWF

Internacional, Sociedade Zoológica de Londres e Rede Global da Pegada Ecológica, 2006. 44 p. Disponível em: <http://www.footprintnetwork.org/images/uploads/LPR2006_Portuguese.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2015.

_____. **Relatório Planeta Vivo 2008**. WWF Internacional, Sociedade Zoológica de Londres e Rede Global da Pegada Ecológica, 2008. 48 p. Disponível em: <http://assets.panda.org/downloads/lpr_2008_portuguese_final_lores_2_.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2015.

ANEXOS

Anexo A – Autorização para coleta de dados



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA



Ofício nº ____/2015 – PPGGPD/NAEA

Belém, 06 de março de 2015

À Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA

Magnífico Reitor Sueo Numazawa

Ref: Solicitação de Coleta de Dados

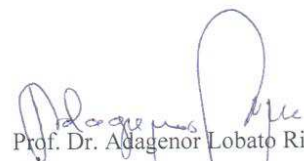
Magnífico Reitor,

O curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública realizado no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA possui como trabalho final um projeto de dissertação, que é necessário para a conclusão do curso. O projeto do discente **JAYME NASCIMENTO SILVA** tem como objeto de estudo: As Compras Públicas Sustentáveis no âmbito da Universidade Federal Rural da Amazônia, decorrente da Instrução Normativa nº. 01, de 19 de janeiro de 2010, da SLTI/MPOG e propor sugestões que facilitem o atendimento da referida lei.

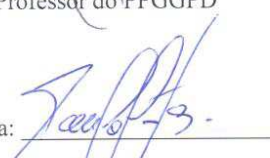
Por esse motivo, solicitamos a Vossa Senhoria autorização para o discente **JAYME NASCIMENTO SILVA**, repassar questionário para os servidores e, caso necessário, realizar entrevistas com os servidores da Universidade.

Atenciosamente,


Jayme Nascimento Silva
Discente do PPGGPD/NAEA/UFPA


Prof. Dr. Adagenor Lobato Ribeiro
Orientador – Professor do PPGGPD

No presente, registro ciência e autorizo a realização da referida pesquisa:


Prof. Paulo de Jesus Santos
Vice-Reitor em exercício da Reitoria da UFPA

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário de coleta de dados



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS DA AMAZÔNIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA**

Caro(a) senhor(a),

No âmbito do curso de Mestrado em Gestão Pública, da Universidade Federal do Pará, estou a realizar um estudo que trata das Compras Públicas Sustentáveis no âmbito da Universidade Federal Rural da Amazônia.

Para isso, convidamos a participar da referida pesquisa como voluntário(a), sendo assegurado o anonimato e a confidencialidade dos seus dados.

Questionário de Nº: _____

I – PERFIL DO RESPONDENTE

Vínculo com a Instituição: ☐ Técnico-administrativo ☐ Docente

Classe do seu Cargo:

☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E	☐ Auxiliar ☐ Assistente ☐ Adjunto ☐ Associado ☐ _____
--	--

Nível de Escolaridade:

☐ Ensino Fundamental ☐ Ensino Médio ☐ Ensino Técnico ☐ Ensino Superior ☐ Pós-Graduação	☐ Graduação ☐ Especialização ☐ Mestrado ☐ Doutorado
---	--

Campus:

☐ Belém ☐ Capanema ☐ Capitão Poço	☐ Paragominas ☐ Parauapebas ☐ Tomé-Açu
--	---

Lotação:

☐ Reitoria	☐ Vice-Reitoria
☐ PROAFI	☐ PROAES
☐ PROEN	☐ PROEX
☐ PROGEP	☐ PROPLADI
☐ PROPED	☐ ICA
☐ ISARH	☐ ISPA
☐ ICIBE	

Exerce a função de gestor: ☐ Sim ☐ Não

II – COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

QUESTÕES	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO MUITO	CONCORDO	DISCORDO	DISCORDO MUITO	DISCORDO TOTALMENTE
A01 – O conceito de sustentabilidade está relacionado com a preservação do meio ambiente, independentemente de questões econômicas.						
A02 – O conceito de Desenvolvimento Sustentável está associado com o uso dos recursos naturais no presente, sem comprometer a utilização destes recursos para as próximas gerações.						
A03 – Além dos objetivos ambientais, o conceito de Desenvolvimento Sustentável prevê a eficiência econômica e a equidade social.						
A04 – Os conceitos de Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade são sinônimos.						

A05 – O Estado deve utilizar seu poder para influenciar no que os órgãos devem comprar.						
A06 – Ao usar o poder de compra, o Estado pode assumir sobrepreços em benefício das políticas de fomento.						
A07 – Nas Compras Públicas Sustentáveis é priorizado apenas a compra de produtos devido ao aspecto ambiental.						
A08 – A lógica das Compras Públicas Sustentáveis esta relacionado apenas com compras de produtos ambientalmente ‘corretos’, e em nada se relaciona com a minimização da utilização de recursos.						
A09 – O Brasil já possui uma legislação que obriga os órgãos a realizarem as Compras Sustentáveis.						
A10 – As legislações vigentes prevêm que antes de realizar uma compra, o órgão deve buscar materiais ociosos em outros órgãos.						
A11 – A legislação prevê que os órgãos devem comprar produtos que possuem a proposta mais vantajosa, sendo esta sempre a de menor preço.						
A12 – Os custos da utilização de critérios sustentáveis nas compras governamentais são demasiadamente altos em relação aos benefícios recebidos.						

III – COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NA UFRA
--

QUESTÕES	EXTREMAMENTE BOM	BOM	MODERADO	REGULAR	RUIM	NENHUM
C01 – São perceptíveis na UFRA ações que prevêm o Desenvolvimento Sustentável em um nível...						
C02 – As capacitações promovidas pela UFRA aos seus servidores prevêm a temática do Desenvolvimento Sustentável em um nível...						
C03 – Em sua opinião, os servidores da UFRA preocupam-se com questões de Desenvolvimento Sustentável de modo...						
C04 – As compras realizadas na UFRA observam os preceitos definidos pelas normas governamentais de compras sustentáveis, de modo...						
C05 – As Compras Públicas Sustentáveis são tratadas nas capacitações da UFRA de modo...						
C06 – A UFRA possui rotinas e manuais de Compras com critérios sustentáveis em um nível...						
C07 – A UFRA promove orientações de forma permanente a cerca da utilização das Compras Públicas Sustentáveis de modo...						

C08 – Os gestores da UFRA utilizam critérios sustentáveis nos pedidos de compra de modo...						
--	--	--	--	--	--	--

IV – AUTO-AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS

QUESTÕES	EXTREMAMENTE BOM	BOM	MODERADO	REGULAR	RUIM	NENHUM
B01 – Você considera o seu nível de conhecimento do conceito de sustentabilidade.						
B02 - Qual é o seu nível de conhecimento do conceito de Desenvolvimento Sustentável.						
B03 – Você considera o seu nível de conhecimento a cerca do conceito de Compras Públicas Sustentáveis.						
B04 – Qual o seu entendimento para a expressão ‘uso do poder de compra’.						
B05 – O seu conhecimento a cerca do da legislação brasileira que trata das Compras Públicas Sustentáveis é...						
B06 – Você compreende o significado de compra com a proposta mais vantajosa, em um nível...						

Obrigado pela sua participação.

Apêndice B – Dados condensados do survey

1. GRUPO: PARTICIPANTES DO PROCESSO DE COMPRAS

Perspectiva de análise: Relevância da Temática

Conceito: Sustentabilidade

Questão	Vínculo	Gestor?	Concordo Totalmente	Concordo Muito	Concordo	Discordo	Discordo Muito	Discordo Totalmente	Não Soube Opinar	Total	Concordo	%	Discorda	%	Não Opinou	%
A01	Técnico	Sim			5	1		1	1	8	5	62,5	2	25	1	12,5
		Não	5		3	1		2		11	8	72,73	3	27,27	0	0
A04	Técnico	Sim			3	5				8	3	37,5	5	62,5	0	0
		Não	1		7	3				11	8	72,73	3	27,27	0	0
Questão	Vínculo	Gestor?	Extremamente Bom	Bom	Moderado	Regular	Ruim	Nenhum	Não Soube Opinar	Total	Bom	%	Ruim	%	Não Opinou	%
B01	Técnico	Sim	1	5	1	1				8	7	87,5	1	12,5	0	0
		Não		3	1	6		1		11	4	36,36	7	63,64	0	0

Perspectiva de análise: Relevância da Temática**Conceito:** Desenvolvimento Sustentável

Questão	Vínculo	Gestor?	Concordo Totalmente	Concordo Muito	Concordo	Discordo	Discordo Muito	Discordo Totalmente	Não Soube Opinar	Total	Concordo	%	Discorda	%	Não Opinou	%
A02	Técnico	Sim	2		6					8	8	100	0	0	0	0
		Não	3	1	3	1	1	2		11	7	63,64	4	36,36	0	0
A03	Técnico	Sim	2	1	5					8	8	100	0	0	0	0
		Não	3		8					11	11	100	0	0	0	0
A04	Técnico	Sim			3	5				8	3	37,5	5	62,5	0	0
		Não	1		7	3				11	8	72,73	3	27,27	0	0
Questão	Vínculo	Gestor?	Extremame nte Bom	Bom	Moderado	Regular	Ruim	Nenhum	Não Soube Opinar	Total	Bom	%	Ruim	%	Não Opinou	%
B02	Técnico	Sim	2	4	1	1				8	7	87,5	1	12,5	0	0
		Não		2	5	3		1		11	7	63,64	4	36,36	0	0

Perspectiva de análise: Relevância da Temática

Conceito: Uso do poder de Compra

Questão	Vínculo	Gestor?	Concordo Totalmente	Concordo Muito	Concordo	Discordo	Discordo Muito	Discordo Totalmente	Não Soube Opinar	Total	Concordo	%	Discorda	%	Não Opinou	%
A05	Técnico	Sim	1	2	3	2				8	6	75	2	25	0	0
		Não	1	1	3	4		2		11	5	45,45	6	54,55	0	0
A06	Técnico	Sim	1	1	3	2			1	8	5	62,5	2	25	1	12,5
		Não	1		4	4		2		11	5	45,45	6	54,55	0	0
Questão	Vínculo	Gestor?	Extremamente Bom	Bom	Moderado	Regular	Ruim	Nenhum	Não Soube Opinar	Total	Bom	%	Ruim	%	Não Opinou	%
B04	Técnico	Sim	2	2	3			1		8	7	87,5	1	12,5	0	0
		Não		4	2	2	1	2		11	6	54,55	5	45,45	0	0

Perspectiva de análise: Relevância da Temática

Conceito: Compras Públicas Sustentáveis

Questão	Vínculo	Gestor?	Concordo Totalmente	Concordo Muito	Concordo	Discordo	Discordo Muito	Discordo Totalmente	Não Soube Opinar	Total	Concordo	%	Discorda	%	Não Opinou	%
A07	Técnico	Sim	2		3	3				8	5	62,5	3	37,5	0	0
		Não			1	10				11	1	9,09	10	90,91	0	0
A08	Técnico	Sim	1			5	2			8	1	12,5	7	87,5	0	0
		Não			3	7		1		11	3	27,27	8	72,73	0	0
Questão	Vínculo	Gestor?	Extremame nte Bom	Bom	Moderado	Regular	Ruim	Nenhum	Não Soube Opinar	Total	Bom	%	Ruim	%	Não Opinou	%
B03	Técnico	Sim	2	2	2	2				8	6	75	2	25	0	0
		Não		3	3	3	1	1		11	6	54,55	5	45,45	0	0

Perspectiva de análise: Conhecimento da Legislação

Conceito: Instrução Normativa 1/2010

Questão	Vínculo	Gestor?	Concordo Totalmente	Concordo Muito	Concordo	Discordo	Discordo Muito	Discordo Totalmente	Não Soube Opinar	Total	Concordo	%	Discorda	%	Não Opinou	%
A09	Técnico	Sim		1	6	2			2	11	7	63,64	2	18,18	2	18,18
		Não	3	1	3	1				8	7	87,5	1	12,5	0	0
A10	Técnico	Sim			3	4			1	8	3	37,5	4	50	1	12,5
		Não	1		5	5				11	6	54,55	5	45,45	0	0
Questão	Vínculo	Gestor?	Extremamente Bom	Bom	Moderado	Regular	Ruim	Nenhum	Não Soube Opinar	Total	Bom	%	Ruim	%	Não Opinou	%
B05	Técnico	Sim	1	3	1	3				8	5	62,5	3	37,5	0	0
		Não		1	3	2	2	3		11	4	36,36	7	63,64	0	0

Perspectiva de análise: Conhecimento da Legislação

Conceito: Proposta mais vantajosa

Questão	Vínculo	Gestor?	Concordo Totalmente	Concordo Muito	Concordo	Discordo	Discordo Muito	Discordo Totalmente	Não Soube Opinar	Total	Concordo	%	Discorda	%	Não Opinou	%
A11	Técnico	Sim		2	4	1		1		8	6	75	2	25	0	0
		Não	3		5	3				11	8	72,73	3	27,27	0	0
Questão	Vínculo	Gestor?	Extremamente Bom	Bom	Moderado	Regular	Ruim	Nenhum	Não Soube Opinar	Total	Bom	%	Ruim	%	Não Opinou	%
B06	Técnico	Sim	2	4	2					8	8	100	0	0	0	0
		Não		3	3	3		2		11	6	54,55	5	45,45	0	0

Perspectiva de análise: Dificuldade de Implementação**Conceito:** Resultados

Questão	Vínculo	Gestor?	Concordo Totalmente	Concordo Muito	Concordo	Discordo	Discordo Muito	Discordo Totalmente	Não Soube Opinar	Total	Concordo	%	Discorda	%	Não Opinou	%
A12	Técnico	Sim	2		2	3			1	8	4	50	3	37,5	1	12,5
		Não	1		4	1		4	1	11	5	45,45	5	45,45	1	9,09
Questão	Vínculo	Gestor?	Extremamente Bom	Bom	Moderado	Regular	Ruim	Nenhum	Não Soube Opinar	Total	Bom	%	Ruim	%	Não Opinou	%
C01	Técnico	Sim		2	2	3		1		8	4	50	4	50	0	0
		Não	1	4	2	1		3		11	7	63,64	4	36,36	0	0

Perspectiva de análise: Dificuldade de Implementação

Conceito: Educação Ambiental

Questão	Vínculo	Gestor?	Extremamente Bom	Bom	Moderado	Regular	Ruim	Nenhum	Não Soube Opinar	Total	Bom	%	Ruim	%	Não Opinou	%
C02	Técnico	Sim			1	2	3	1	1	8	1	12,5	6	75	1	12,5
		Não		3	1	3	3	1		11	4	36,36	7	63,64	0	0
C03	Técnico	Sim		1	2	3		2		8	3	37,5	5	62,5	0	0
		Não	1	1		2	3	4		11	2	18,18	9	81,82	0	0
C05	Técnico	Sim		1	1	1	2	2	1	8	2	25	5	62,5	1	12,5
		Não		3	1		3	4		11	4	36,36	7	63,64	0	0

Perspectiva de análise: Dificuldade de Implementação**Conceito:** Ações do Estado

Questão	Vínculo	Gestor?	Extremamente Bom	Bom	Moderado	Regular	Ruim	Nenhum	Não Soube Opinar	Total	Bom	%	Ruim	%	Não Opinou	%
C04	Técnico	Sim		5		1	2			8	5	62,5	3	37,5	0	0
		Não	1	2	4	2		2		11	7	63,64	4	36,36	0	0
C06	Técnico	Sim			3	2	1	1	1	8	3	37,5	4	50	1	12,5
		Não	1	3		1	1	5		11	4	36,36	7	63,64	0	0
C07	Técnico	Sim			1	2	3	1	1	8	1	12,5	6	75	1	12,5
		Não	1		2	2	1	5		11	3	27,27	8	72,73	0	0
C08	Técnico	Sim		2	2	1	2	1		8	4	50	4	50	0	0
		Não	1	2	1	1	1	5		11	4	36,36	7	63,64	0	0

2. GRUPO: DEMANDADORES DE BENS E SERVIÇOS

Perspectiva de análise: Relevância da Temática

Conceito: Sustentabilidade

Questão	Vínculo	Gestor?	Concordo Totalmente	Concordo Muito	Concordo	Discordo	Discordo Muito	Discordo Totalmente	Não Soube Opinar	Total	Concordo	%	Discorda	%	Não Opinou	%
A01	Técnico	Sim	7	1	14	7	1	6	1	37	22	59,46	14	37,84	1	2,7
		Não	20	7	38	28	5	13	0	111	65	58,56	46	41,44	0	0
	Docente	Sim	7	0	6	1	1	5	0	20	13	65	7	35	0	0
		Não	18	6	15	29	3	26	0	97	39	40,21	58	59,79	0	0
A04	Técnico	Sim	1	1	16	16	0	1	2	37	18	48,65	17	45,95	2	5,41
		Não	6	10	60	30	1	3	1	111	76	68,47	34	30,63	1	0,9
	Docente	Sim	3	2	6	7	2	0	0	20	11	55	9	45	0	0
		Não	7	8	28	45	3	2	4	97	43	44,33	50	51,55	4	4,12
Questão	Vínculo	Gestor?	Extremamente Bom	Bom	Moderado	Regular	Ruim	Nenhum	Não Soube Opinar	Total	Bom	%	Ruim	%	Não Opinou	%
B01	Técnico	Sim	1	15	12	8	0	0	1	37	28	75,68	8	21,62	1	2,7
		Não	1	36	31	34	5	4	0	111	68	61,26	43	38,74	0	0
	Docente	Sim	3	12	3	2	0	0	0	20	18	90	2	10	0	0
		Não	6	50	21	14	6	0	0	97	77	79,38	20	20,62	0	0

Perspectiva de análise: Relevância da Temática**Conceito:** Desenvolvimento Sustentável

Questão	Vínculo	Gestor?	Concordo Totalmente	Concordo Muito	Concordo	Discordo	Discordo Muito	Discordo Totalmente	Não Soube Opinar	Total	Concordo	%	Discorda	%	Não Opinou	%
A02	Técnico	Sim	15	6	14	1	0	1	0	37	35	94,59	2	5,41	0	0
		Não	36	13	38	11	1	12	0	111	87	78,38	24	21,62	0	0
	Docente	Sim	11	4	3	1	0	1	0	20	18	90	2	10	0	0
		Não	47	13	13	10	0	14	0	97	73	75,26	24	24,74	0	0
A03	Técnico	Sim	15	6	15	1	0	0	0	37	36	97,3	1	2,7	0	0
		Não	33	23	51	3	0	0	1	111	107	96,4	3	2,7	1	0,9
	Docente	Sim	11	6	3	0	0	0	0	20	20	100	0	0	0	0
		Não	49	22	26	0	0	0	0	97	97	100	0	0	0	0
A04	Técnico	Sim	1	1	16	16	0	1	2	37	18	48,65	17	45,95	2	5,41
		Não	6	10	60	30	1	3	1	111	76	68,47	34	30,63	1	0,9
	Docente	Sim	3	2	6	7	2	0	0	20	11	55	9	45	0	0
		Não	7	8	28	45	3	2	4	97	43	44,33	50	51,55	4	4,12
Questão	Vínculo	Gestor?	Extremamente Bom	Bom	Moderado	Regular	Ruim	Nenhum	Não Soube Opinar	Total	Bom	%	Ruim	%	Não Opinou	%
B02	Técnico	Sim	3	15	11	7	0	0	1	37	29	78,38	7	18,92	1	2,7
		Não	4	38	32	26	7	4	0	111	74	66,67	37	33,33	0	0
	Docente	Sim	4	11	2	3	0	0	0	20	17	85	3	15	0	0
		Não	9	45	22	17	4	0	0	97	76	78,35	21	21,65	0	0

Perspectiva de análise: Relevância da Temática

Conceito: Uso do poder de Compra

Questão	Vínculo	Gestor?	Concordo Totalmente	Concordo Muito	Concordo	Discordo	Discordo Muito	Discordo Totalmente	Não Soube Opinar	Total	Concordo	%	Discorda	%	Não Opinou	%
A05	Técnico	Sim	4	8	11	12	0	2	0	37	23	62,16	14	37,84	0	0
		Não	13	7	42	34	2	10	3	111	62	55,86	46	41,44	3	2,7
	Docente	Sim	2	3	4	4	6	1	0	20	9	45	11	55	0	0
		Não	15	3	18	45	6	8	2	97	36	37,11	59	60,82	2	2,06
A06	Técnico	Sim	3	5	13	13	0	1	2	37	21	56,76	14	37,84	2	5,41
		Não	7	13	47	31	5	5	3	111	67	60,36	41	36,94	3	2,7
	Docente	Sim	1	3	8	2	3	3	0	20	12	60	8	40	0	0
		Não	7	5	36	29	9	9	2	97	48	49,48	47	48,45	2	2,06
Questão	Vínculo	Gestor?	Extremamente Bom	Bom	Moderado	Regular	Ruim	Nenhum	Não Soube Opinar	Total	Bom	%	Ruim	%	Não Opinou	%
B04	Técnico	Sim	3	10	13	8	2	1	0	37	26	70,27	11	29,73	0	0
		Não	3	21	38	27	10	10	2	111	62	55,86	47	42,34	2	1,8
	Docente	Sim	1	6	8	2	1	1	1	20	15	75	4	20	1	5
		Não	1	33	32	17	8	5	1	97	66	68,04	30	30,93	1	1,03

Perspectiva de análise: Relevância da Temática

Conceito: Compras Públicas Sustentáveis

Questão	Vínculo	Gestor?	Concordo Totalmente	Concordo Muito	Concordo	Discordo	Discordo Muito	Discordo Totalmente	Não Soube Opinar	Total	Concordo	%	Discorda	%	Não Opinou	%
A07	Técnico	Sim	3	5	8	17	1	3	0	37	16	43,24	21	56,76	0	0
		Não	6	8	26	60	5	5	1	111	40	36,04	70	63,06	1	0,9
	Docente	Sim	0	1	4	8	3	4	0	20	5	25	15	75	0	0
		Não	5	7	27	31	11	14	2	97	39	40,21	56	57,73	2	2,06
A08	Técnico	Sim	1	2	4	21	5	4	0	37	7	18,92	30	81,08	0	0
		Não	2	0	30	53	10	16	0	111	32	28,83	79	71,17	0	0
	Docente	Sim	0	4	5	5	3	3	0	20	9	45	11	55	0	0
		Não	0	6	15	38	21	17	0	97	21	21,65	76	78,35	0	0
Questão	Vínculo	Gestor?	Extremamente Bom	Bom	Moderado	Regular	Ruim	Nenhum	Não Soube Opinar	Total	Bom	%	Ruim	%	Não Opinou	%
B03	Técnico	Sim	2	12	10	10	2	1	0	37	24	64,86	13	35,14	0	0
		Não	1	14	34	34	22	6	0	111	49	44,14	62	55,86	0	0
	Docente	Sim	0	3	5	8	3	1	0	20	8	40	12	60	0	0
		Não	0	10	34	18	25	7	3	97	44	45,36	50	51,55	3	3,09

Perspectiva de análise: Conhecimento da Legislação**Conceito:** Instrução Normativa 1/2010

Questão	Vínculo	Gestor?	Concordo Totalmente	Concordo Muito	Concordo	Discordo	Discordo Muito	Discordo Totalmente	Não Soube Opinar	Total	Concordo	%	Discorda	%	Não Opinou	%
A09	Técnico	Sim	5	5	15	7	1	1	3	37	25	67,57	9	24,32	3	8,11
		Não	10	7	69	19	3	0	3	111	86	77,48	22	19,82	3	2,7
	Docente	Sim	1	2	8	8	1	0	0	20	11	55	9	45	0	0
		Não	6	4	44	27	9	6	1	97	54	55,67	42	43,3	1	1,03
A10	Técnico	Sim	0	3	13	15	0	2	4	37	16	43,24	17	45,95	4	10,81
		Não	9	2	61	34	2	0	3	111	72	64,86	36	32,43	3	2,7
	Docente	Sim	1	2	6	11	0	0	0	20	9	45	11	55	0	0
		Não	9	2	40	35	2	8	1	97	51	52,58	45	46,39	1	1,03
Questão	Vínculo	Gestor?	Extremamente Bom	Bom	Moderado	Regular	Ruim	Nenhum	Não Soube Opinar	Total	Bom	%	Ruim	%	Não Opinou	%
B05	Técnico	Sim	2	7	10	15	2	1	0	37	19	51,35	18	48,65	0	0
		Não	0	17	32	23	23	14	2	111	49	44,14	60	54,05	2	1,8
	Docente	Sim	0	0	6	9	4	1	0	20	6	30	14	70	0	0
		Não	0	3	26	30	19	19	0	97	29	29,9	68	70,1	0	0

Perspectiva de análise: Conhecimento da Legislação**Conceito:** Proposta mais vantajosa

Questão	Vínculo	Gestor?	Concordo Totalmente	Concordo Muito	Concordo	Discordo	Discordo Muito	Discordo Totalmente	Não Soube Opinar	Total	Concordo	%	Discorda	%	Não Opinou	%
A11	Técnico	Sim	1	7	15	9	0	3	2	37	23	62,16	12	32,43	2	5,41
		Não	11	17	43	32	4	4	0	111	71	63,96	40	36,04	0	0
	Docente	Sim	6	0	4	5	4	1	0	20	10	50	10	50	0	0
		Não	14	3	47	19	8	3	3	97	64	65,98	30	30,93	3	3,09
Questão	Vínculo	Gestor?	Extremamente Bom	Bom	Moderado	Regular	Ruim	Nenhum	Não Soube Opinar	Total	Bom	%	Ruim	%	Não Opinou	%
B06	Técnico	Sim	4	14	10	8	1	0	0	37	28	75,68	9	24,32	0	0
		Não	5	45	29	18	7	6	1	111	79	71,17	31	27,93	1	0,9
	Docente	Sim	1	9	3	6	1	0	0	20	13	65	7	35	0	0
		Não	8	41	18	22	6	2	0	97	67	69,07	30	30,93	0	0

Perspectiva de análise: Dificuldade de Implementação**Conceito:** Resultados

Questão	Vínculo	Gestor?	Concordo Totalmente	Concordo Muito	Concordo	Discordo	Discordo Muito	Discordo Totalmente	Não Soube Opinar	Total	Concordo	%	Discorda	%	Não Opinou	%
A12	Técnico	Sim	3	1	10	17	2	2	2	37	14	37,84	21	56,76	2	5,41
		Não	8	8	40	32	5	16	2	111	56	50,45	53	47,75	2	1,8
	Docente	Sim	1	3	6	7	1	2	0	20	10	50	10	50	0	0
		Não	8	5	38	39	3	4	0	97	51	52,58	46	47,42	0	0
Questão	Vínculo	Gestor?	Extremamente Bom	Bom	Moderado	Regular	Ruim	Nenhum	Não Soube Opinar	Total	Bom	%	Ruim	%	Não Opinou	%
C01	Técnico	Sim	0	8	5	11	10	3	0	37	13	35,14	24	64,86	0	0
		Não	4	26	12	30	28	11	0	111	42	37,84	69	62,16	0	0
	Docente	Sim	0	1	4	4	8	3	0	20	5	25	15	75	0	0
		Não	3	10	20	26	18	20	0	97	33	34,02	64	65,98	0	0

Perspectiva de análise: Dificuldade de Implementação

Conceito: Educação Ambiental

Questão	Vínculo	Gestor?	Extremamente Bom	Bom	Moderado	Regular	Ruim	Nenhum	Não Soube Opinar	Total	Bom	%	Ruim	%	Não Opinou	%
C02	Técnico	Sim	0	7	4	11	7	7	1	37	11	29,73	25	67,57	1	2,7
		Não	4	24	15	30	28	10	0	111	43	38,74	68	61,26	0	0
	Docente	Sim	1	2	5	3	5	4	0	20	8	40	12	60	0	0
		Não	4	13	17	20	21	22	0	97	34	35,05	63	64,95	0	0
C03	Técnico	Sim	0	4	7	13	7	6	0	37	11	29,73	26	70,27	0	0
		Não	2	21	21	27	25	15	0	111	44	39,64	67	60,36	0	0
	Docente	Sim	0	2	3	3	7	5	0	20	5	25	15	75	0	0
		Não	2	14	9	25	29	18	0	97	25	25,77	72	74,23	0	0
C05	Técnico	Sim	0	6	5	8	5	10	3	37	11	29,73	23	62,16	3	8,11
		Não	1	15	27	24	31	13	0	111	43	38,74	68	61,26	0	0
	Docente	Sim	1	1	3	6	7	2	0	20	5	25	15	75	0	0
		Não	3	15	13	23	22	20	1	97	31	31,96	65	67,01	1	1,03

Perspectiva de análise: Dificuldade de Implementação**Conceito:** Ações do Estado

Questão	Vínculo	Gestor?	Extremamente Bom	Bom	Moderado	Regular	Ruim	Nenhum	Não Soube Opinar	Total	Bom	%	Ruim	%	Não Opinou	%
C04	Técnico	Sim	0	11	6	9	8	3	0	37	17	45,95	20	54,05	0	0
		Não	2	20	28	34	21	5	1	111	50	45,05	60	54,05	1	0,9
	Docente	Sim	0	3	3	5	7	2	0	20	6	30	14	70	0	0
		Não	2	14	19	17	29	15	1	97	35	36,08	61	62,89	1	1,03
C06	Técnico	Sim	0	2	6	11	4	12	2	37	8	21,62	27	72,97	2	5,41
		Não	4	18	19	32	26	10	2	111	41	36,94	68	61,26	2	1,8
	Docente	Sim	0	1	0	6	10	3	0	20	1	5	19	95	0	0
		Não	2	12	14	17	29	22	1	97	28	28,87	68	70,1	1	1,03
C07	Técnico	Sim	0	2	4	10	10	9	2	37	6	16,22	29	78,38	2	5,41
		Não	3	13	22	21	33	17	2	111	38	34,23	71	63,96	2	1,8
	Docente	Sim	0	2	0	7	5	6	0	20	2	10	18	90	0	0
		Não	7	9	4	17	31	29	0	97	20	20,62	77	79,38	0	0
C08	Técnico	Sim	0	6	5	11	7	7	1	37	11	29,73	25	67,57	1	2,7
		Não	5	15	21	26	24	15	5	111	41	36,94	65	58,56	5	4,5
	Docente	Sim	0	2	3	3	8	4	0	20	5	25	15	75	0	0
		Não	3	9	20	14	27	24	0	97	32	32,99	65	67,01	0	0

Apêndice C – Detalhamento das propostas de ações

Neste documento são relacionadas e detalhadas as ações propostas, com o intuito de subsidiar a utilização de critérios sustentáveis nas compras da Universidade Federal Rural da Amazônia:

a) Capacitação dos servidores envolvidos nos processos de compra – A pesquisa demonstrou que este grupo de servidores além de desconhecer os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável, desconhecem detalhes específicos da legislação das Compras Públicas Sustentáveis. Assim, sugere-se que seja investido em capacitações específicas a cercada legislação e de sua implementação.

b) Readequação do fluxo de processos e de atribuições – Os processos licitatórios e de compras da Universidade ocorrem de forma descentralizada, na qual cada demandante solicita de forma individual e diferenciada, não havendo um setor responsável por condensar e avaliar tais pedidos. Sugere-se a readequação das atribuições do setor Divisão de Compras, para reunir os pedidos e iniciar o processo licitatório com a demanda de toda Universidade, bem como fixar critérios sustentáveis nessas licitações.

c) Comissão Multidisciplinar de Compras Sustentáveis – A comissão poderá dar suporte e validar os processos licitatórios formalizados pela Divisão de Compras em relação à forma legal e a critérios sustentáveis, por isso que aconselha-se que a mesma seja formada por servidores de áreas técnicas distintas, que permitirá dar suporte ao processo de forma administrativa, legal, técnica e ambiental. Esta comissão poderá criar o manual de rotinas e procedimentos de compras, e ainda proceder com as solicitações de cadastro no Catálogo de Materiais do Governo Federal (CATMAT).

d) Criação e divulgação do manual de rotinas e procedimentos de compras – Os processos licitatórios e de compra apresentam um percurso temporal muito longo, entre a formalização do pedido e o recebimento do material, isto decorre em parte pela ausência de procedimentos processuais previamente estabelecidos. Com

a criação de um manual de rotinas e procedimentos será possível sanar tal dificuldade, da mesma maneira que permitirá instruir na utilização de critérios sustentáveis.

e) Disponibilizar e pesquisar bens ociosos em outros órgãos – Inserir no manual de rotinas e procedimentos de compras, detalhes de como realizar a disponibilização e pesquisa de bens ociosos que não tenham previsão de utilização ou alienação em outros órgãos, conforme prevê a Instrução Normativa nº 01/2010 do MPOG.

f) Catálogo de materiais e os itens sustentáveis – Como visto ao cadastrar uma licitação a Comissão Permanente de Licitação, na situação de ausência do item exato a ser licitado, busca um item com terminologia aproximada, o que acarreta em divergência do que é licitado, em relação ao que é registrado no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), que acaba gerando estatísticas irreais. Propõe-se que a Comissão ao verificar o processo licitatório e identificar a ausência do item exato, realizar a solicitação de cadastramento junto a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG, gestora operacional do Catálogo de Materiais.

g) Capacitação dos servidores demandadores de bens e serviços – Além de capacitar os servidores que exercem funções diretas no processo de compra propõem-se capacitar os servidores demandadores de bens e serviços, para que ao realizar suas solicitações, estas possam estar previamente ajustadas aos preceitos da sustentabilidade e das Compras Públicas Sustentáveis.

h) Campanha de sensibilização e envolvimento dos gestores – Um dos pontos identificados ao longo da pesquisa é a visão que os servidores têm a cerca da ausência de preocupação da Universidade e de seus gestores em relação às questões de Desenvolvimento Sustentável e das compras com critérios sustentáveis. Nesse sentido, sugere-se que a Universidade realize campanhas de sensibilização junto aos servidores, especialmente os que exercem a função de gestor.

i) Incentivar as boas práticas sustentáveis na instituição – Instituir um conjunto

de boas práticas sustentáveis na Universidade, tais como: substituição de parte dos processos físicos por eletrônicos; utilização de copos reutilizáveis ao invés dos descartáveis; realizar impressão frente e verso; utilizar fonte ecológica na impressão de documentos internos; entre outros. Por meio destas medidas, pode-se instituir um ranking dos setores mais sustentáveis na Universidade , bem como incentivar a utilização de novas práticas sustentáveis.

j) Indicadores de licitações sustentáveis – Realizar a avaliação dos processos licitatórios quanto ao nível de adesão a critérios sustentáveis por meio de indicadores. Com isso será possível identificar deficiências e traçar estratégias para suprir tais deficiências.